



CONSULTA PÚBLICA PARA A AGENDA DO CONJUNTO CFESS/CRESS

RELATÓRIO SÍNTESE PRELIMINAR

Setembro/2020

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	03
2. AS PARTICIPAÇÕES	04
3. COMENTÁRIOS POR EIXO	10
3.1. ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	11
3.2. ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL	65
3.3. SEGURIDADE SOCIAL	87
3.4. AMINISTRATIVO-FINANCEIRO	98
3.5. COMUNICAÇÃO	107
3.6. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	112
3.7. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	119

1. APRESENTAÇÃO

Desde março de 2020, o mundo e, especialmente, o Brasil, vivencia um quadro inédito, com o advento da pandemia do novo coronavírus (covid-19), que afetou profundamente a dinâmica da vida social, exigindo medidas de isolamento e distanciamento social para conter a propagação do vírus. Foi nesse cenário que as gestões do Conjunto Cfess/Cress, triênio 2020-2023 assumiram as entidades e se depararam com mais um desafio organizativo que foi a inviabilidade da realização do 49º Encontro Nacional Cfess/Cress, que se estava programado para acontecer em setembro, na cidade de Brasília (DF).

Para preservar o caráter democrático e participativo, como princípios de atuação do Conjunto com a categoria, o Conselho Pleno do Cfess, ao aprovar a [Resolução Cfess nº 949 de 1º de julho de 2020](#), decidiu manter espaços de debate, em substituição às etapas preparatórias e deliberativas que antecedem o Encontro Nacional e, por se tratar de um momento de absoluta excepcionalidade, optou-se por promover uma **Consulta Pública**, de forma a possibilitar o acesso e manifestação da categoria profissional em relação às propostas em construção para a agenda de ações no triênio 2020-2023.

A consulta pública ficou disponível na internet, por meio do site: <http://www.consultapublicacfesscress.com.br/>, no período de 11 a 26 de setembro de 2020. Ela foi acessada por muitas pessoas e contou com **438** assistentes sociais participantes que, juntos, produziram 2.336 comentários sobre temas, divididos em sete eixos do Conjunto Cfess/Cress.

Esse relatório traz uma síntese, ainda que preliminar, dessa participação, reunindo o conjunto de comentários poderão ser matéria de várias análises – antes e após a Plenária Nacional a ocorrer de 02 a 04 de outubro de 2020, por meio de plataforma virtual. Além disso, também servirão para indicar os temas relevantes e os caminhos a serem trilhados pelos Cress e o Cfess ao longo desse triênio.

Boa leitura, boas reflexões!

Conselho Federal de Serviço Social - Cfess
Gestão Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social (2020-2023)

2. AS PARTICIPAÇÕES

A consulta pública, pelo período que ficou disponível, teve 438 participantes que, juntos/as, teceram 2.336 comentários, em vários temas, divididos pelos sete eixos organizativos do Conjunto Cfess/Cress. Confira, abaixo, alguns números que registram esse importante resultado da 1ª Consulta Pública online para as ações do triênio 2020-2023 do Conjunto Cfess/Cress.

a) Quantas pessoas participaram da consulta pública?

Cress de origem dos/as participantes	Qt. Usuários Cadastrados
Cress 1ª Região/ PA	14
Cress 2ª Região/ MA	16
Cress 3ª Região/ CE	11
Cress 4ª Região/PE	12
Cress 5ª Região/BA	20
Cress 6ª Região/ MG	49
Cress 7ª Região/RJ	55
Cress 8ª Região/DF	6
Cress 9ª Região/SP	74
Cress 10ª Região/ RS	34
Cress 11ª Região/ PR	21
Cress 12ª Região/ SC	9
Cress 13ª Região/ PB	6
Cress 14ª Região/ RN	10
Cress 15ª Região/ AM	4
Cress 16ª Região/ AL	10
Cress 17ª Região/ ES	20
Cress 18ª Região/ SE	1
Cress 19ª Região/ GO	14
Cress 20ª Região/ MT	2
Cress 21ª Região/ MS	6
Cress 22ª Região/ PI	6
Cress 23ª Região/ RO	17
Cress 24ª Região/ AP	3
Cress 25ª Região/ TO	1
Cress 26ª Região/ AC	12
Cress 27ª Região/ RR	5
Total Geral	438

b) Qual o número de propostas recebidas por eixo?

Descrição Eixo	Qt.
EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	986
EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	486
EIXO SEGURIDADE SOCIAL	266
EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	243
EIXO COMUNICAÇÃO	120
EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL	168
EIXO RELAÇÕES INTERNACIONAIS	67
	2336

c) Quantos participantes já participaram de eventos do conjunto;

Já participou de atividades do Conjunto Cfess/Cress	150	34,24%
Nunca participou de atividades do Conjunto Cfess/Cress	288	65,75%
Total Geral	438	100%

d) Número de Comentários por tema e região;

Eixos	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Eixo Ética e Direitos Humanos	45	101	512	38	150
Eixo Orientação e Fiscalização Profissional	1	4	287	38	61
Eixo Seguridade Social	5	23	131	12	33
Eixo Administrativo Financeiro	0	23	135	15	11
Eixo Comunicação	0	0	82	2	8
Eixo Formação Profissional	0	3	98	16	22
Eixo Relações Internacionais	0	0	43	3	7

e) Quais temas mais comentados;

Tema	Descrição Eixo	Qt.
Escuta Especializada	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	57
Combate à LGBTI+Fobia	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	53
Contra a Criminalização das mulheres	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	43
Luta Antipunitivista	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	43

Depoimento Especial	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	40
Comitê de Combate ao Racismo	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	36
Nome Social	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	35
Quesito raça-cor	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	30
Direitos da População LGBTQIA+	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	30
Laicidade do Estado	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	29
Ética em Movimento	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	29
Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQIA+	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	29
Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	28
Conselhos de Direitos LGBTQIA+	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	28
Combate ao Racismo Institucional e Religioso	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	27
Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	27
Educação Permanente	EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL	26
Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência.	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	26
Trabalho profissional e Calamidade Pública	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	25
Povos Originários	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	25
Centralidade da Ética	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	24
Acessibilidade	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	24
Requisições Indevidas	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	23
Trabalho profissional e Aborto	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	23
Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	22
Assistentes Sociais na Educação	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	22
Justiça Restaurativa	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	22
Residência em Saúde	EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL	21
Desagravo Público	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	21
Ações de enfrentamento à precarização do ensino	EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL	21
Fórum em defesa da Formação e Trabalho	EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL	20
Mães usuárias de SPA	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	20
Responsabilidade Técnica	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	20
Trabalho Profissional no INSS	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	20
Parâmetros de Atuação na Assistência Social	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	20
Produção de Documentos Técnicos	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	20
Trabalho Profissional na saúde mental	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	20
Piso Salarial	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	20
Teletrabalho	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	20
Dia do/a Assistente Social de 2021	EIXO COMUNICAÇÃO	19
Trabalho no Sociojurídico	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	19
Trabalho Profissional e Combate ao Racismo	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	19
Trabalho profissional em cargos de gestão	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	19
Trabalho profissional no desporto	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	19
Assistência Social	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	18
Trabalho Profissional e o Depoimento Especial	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	18
Código Processual de Ética	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	18
Trabalho Profissional na condição de peritos	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	18
Trabalho profissional com população em situação de rua	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	18

Fortalecimento das comissões de formação	EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL	18
Defesa do Serviço Social na Educação	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	18
Defesa do SUS	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	17
Interculturalidade	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	17
Ações de articulação com Abepss e UFAs	EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL	17
Pessoa Jurídica	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	17
Reforça Agrária	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	16
Condições éticas e técnicas no trabalho de assistentes sociais com deficiência	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	16
Cursos de extensão	EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL	16
Internação Compulsória	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	15
Campanha de Gestão para o Triênio 2020-2023	EIXO COMUNICAÇÃO	15
BPC	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	15
Intercâmbio entre estudantes e professores/as	EIXO RELAÇÕES INTERNACIONAIS	15
Plano de Lutas	EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL	15
Articulações Internacionais	EIXO RELAÇÕES INTERNACIONAIS	14
Patamares Mínimos e Máximos para pessoa física	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	14
Enfrentamento à Inadimplência	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	14
Reforça Psiquiátrica Luta Antimanicomial	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	14
Concurso Público	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	14
Espaço Criança	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	14
Orçamento Público	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	14
Renda Básica	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	14
Mesa de Negociação do SUAS	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	14
Comitê de enfrentamento à COVID	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	14
Descontos e Parcelamentos	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	14
Diretrizes para planejamento do Conjunto Cfess/Cress	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	14
Serviço Social na Previdência Social	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	14
Resolução Nacional de Diárias	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	13
Trabalho remoto e atendimento no Conjunto Cfess/Cress na Pandemia	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	13
Luta contra Preconceitos	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	13
Anuidade Pessoa Jurídica	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	13
Articulação América Latina	EIXO RELAÇÕES INTERNACIONAIS	13
Autonomia e Independência dos Conselhos	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	13
População em Situação de Rua	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	13
Direito à Alimentação	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	13
Debate sobre RI	EIXO RELAÇÕES INTERNACIONAIS	13
Acessibilidade	EIXO COMUNICAÇÃO	13
Política de Gestão Documental	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	13
Combate ao Racismo	EIXO COMUNICAÇÃO	13
Assistência Estudantil	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	12
Prestador de Serviços Bancários do Conjunto Cfess/Cress	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	12
Capacitação das CPE's	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	12
Internação Compulsória	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	12
Política de Arte e Cultura	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	12

Refugiados e povos indígenas - países de fronteira e trabalho com essas populações	EIXO RELAÇÕES INTERNACIONAIS	12
Publicação de Resolução	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	12
Memória e Cultura da Profissão	EIXO COMUNICAÇÃO	12
Transparência e Lei de Acesso à Informação	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	12
GT de Padronização dos Procedimentos de Inscrição	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	12
Cota-Parte	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	11
Fundo de Apoio	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	11
Seminário de Direitos Humanos	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	11
Abolicionismo Penal	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	11
Sistema Prisional	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	11
Avaliação para acesso à benefícios previdenciários	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	11
Sistemas Integrados de Gestão	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	10
Produtividade do trabalho no INSS	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	10
Processo Eleitoral online e quórum	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	10
Taxas e Emolumentos	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	10
Migrantes, refugiados e apátridas.	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	10
Reforma Agrária e Urbana	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	10
Perícias e avaliações na Pandemia	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	10
Material Técnico Sigiloso	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	10
Apoio financeiro aos Cress	EIXO COMUNICAÇÃO	9
Fórum da Comunicação	EIXO COMUNICAÇÃO	9
Trabalho profissional e população indígena e quilombola	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	9
Cadastro Nacional de Campos de Estágio	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	9
Política de Comunicação do Conjunto Cfess/Cress	EIXO COMUNICAÇÃO	9
TIC e o trabalho profissional	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	9
Paradigma do Bem viver	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	9
Conciliação e Mediação de Conflito	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	9
Cota para negros nas gestões dos Cress	EIXO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	8
Concurso Público	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	8
Educação em Direitos Humanos	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	8
Seminário Nacional de Comunicação	EIXO COMUNICAÇÃO	8
Ética e Direitos Humanos na Educação	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	8
Ações de Fiscalização	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	8
Organização Política de Assistentes Sociais	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	8
Debates junto à supervisoras de estágio	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	8
Sigilo Profissional	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	8
Estratégias de Comunicação com a categoria	EIXO COMUNICAÇÃO	7
Supervisão de Estágio	EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL	7
Trabalho profissional em Conselhos de Comunidade	EIXO ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	7
Serviço Social e Assistência Social	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	7
Informativos	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	7
Direito à Comunicação	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	7
Trabalho Remoto e Formação	EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL	7
Fórum dos/as trabalhadores/as do SUAS	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	6

Condições éticas e técnicas	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	5
População em Situação de Rua	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	5
Articulação interinstitucional	EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	5
Defesa da Política de Previdência Social	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	5
Serviço Social na Saúde	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	4
Comissões de Seguridade Social	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	4
Trabalho no contexto de calamidade pública	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	4
Seminário de Seguridade	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	4
Serviço Social e o campo sócio-jurídico	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	4
Informativo Serviço Social é Notícia	EIXO COMUNICAÇÃO	4
Seguridade Social e os Povos indígenas e tradicionais	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	3
Conselhos de Direitos	EIXO SEGURIDADE SOCIAL	3
Comunicação como Direito Humano	EIXO COMUNICAÇÃO	2
Total Geral		2336

3. COMENTÁRIOS POR EIXO

Como já explicitado, a consulta pública, pelo período em que ficou disponível para participação, reuniu 2.336 comentários, divididos por temas nos sete eixos do conjunto Cfess/Cress. A partir de agora, você poderá ter acesso ao conteúdo, na íntegra, desses comentários.

Por ocasião do tempo e, pelo caráter preliminar do presente relatório, não estamos oferecendo análises acerca desses comentários, mas, sinalizamos que a mesma deve acontecer por parte do Conjunto Cfess/Cress, seja antes, durante ou depois da Plenária Nacional a acontecer no início de outubro/2020, demarcando os vários aspectos importantes a serem considerados nessa análise, bem como, o histórico de participação e construções coletivas do Conjunto Cfess/Cress.

Para efeitos dessa síntese, organizamos por eixo e por tema os comentários recebidos, sendo que, comentários repetidos foram transcritos uma única vez nesse material e, ainda, comentários que não diziam respeito ao tema, bem como, nomes e identificações, foram suprimidos. Cabe ressaltar que cada tema aqui exposto contou com 1 ou várias redações e que a íntegra dessas diferentes redações, num mesmo tema, poderá ser acessada tanto no site da Consulta Pública como também no material preparatório para a Plenária Nacional Virtual 2020.

3.1 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS:

TEMA	COMENTÁRIO
1. Escuta Especializada	1.1 Sugiro a continuidade de incidência política do conjunto no debate da regulamentação acerca desse debate. Priorizando a defesa dos direitos da criança e do adolescente primando pela sua integridade e não exposição. Retirando essa incumbência de produção de provas utilizando-se da categoria profissional (assistentes sociais) para sentençação.
1. Escuta Especializada	A escuta especializada tem muita importância no cotidiano dos profissionais de Serviço Social. Precisamos estar aptos e seguros para o enfrentamento das demandas impostas.
1. Escuta Especializada	A maior parte d@s A. Sociais desconhecem a escuta especializada Fica restrito aos profissionais do sistema jurídico Por isso a importância de se discutir e aprovar protocolos e divulga-los na formação e exercício profissional.
1. Escuta Especializada	A questão da Ética é fundamental no processo de atuação ético técnico e política da categoria, por isso é importante decidir sobre protocolos no âmbito do conjunto cfess/cress.
1. Escuta Especializada	A relevância é primordial, porém não cabe ao conjunto sistematizar a construção dos protocolos, pois esses documentos devem ser construídos intersetorialmente pelos municípios, Estado e União, sendo que o Conselho pode reivindicar sua participação no processo, e contribuir com a construção e com o acompanhamento de sua efetivação. Outra coisa não é no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS que isso será feito, é nas instituições que isso se efetivará.
1. Escuta Especializada	Acredito ser muito importante ter escuta especializada, de maneira sistematizada, para garantir intervenção pautada no código de ética profissional e nos direitos humanos.
1. Escuta Especializada	Ao propor a escuta especializada, seria interessante considerar as dificuldades encontradas dos profissionais em relação a um espaço seguro e individual, muitas vezes os atendimentos são realizados em espaços improvisados, seja pelo local de trabalho que não dispõe de uma sala, como em ambientes hospitalares realizados no leito, assim como orientar os usuários deste instrumento/ferramenta de trabalho denominado "escuta" e sua importância para ambos, profissionais e àqueles que atendemos.
1. Escuta Especializada	Concordo, pois seria um respaldo para nós profissionais...
1. Escuta Especializada	Considero importante a participação do Serviço Social nessa construção para contribuir com protocolos que não penalize ou retire direitos da população. A não participação possibilitar estarmos fora de incidir sobre a manutenção dos direitos e/ou não violação dos mesmos.
1. Escuta Especializada	De alta relevância, pois foi mais uma atribuição dada pelo poder judiciário para a política de Assistência Social, necessitando de protocolos de organização.

1. Escuta Especializada	De suma importância para obter uma ampla conjuntura social. Creio que as ações devem consolidar-se em um contexto participativo, integrador de todos seus segmentos, sincronizados com o contexto atual, que requer uma política social capaz de contribuir na condução do país ao pleno desenvolvimento, em conformidade com os princípios democráticos em evolução.
1. Escuta Especializada	Desenvolver ações envolvendo a categoria e publicizando as indicações para todos os envolvidos.
1. Escuta Especializada	Discussão importante para categoria, inclusive para demarcar a diferença entre escuta especializada e o depoimento sem danos.
1. Escuta Especializada	É relevante porque seremos cooptados a realizar esse trabalho
1. Escuta Especializada	É uma temática importante para categoria, que possamos ter dados sistematizados afim de melhor entender e poder se apropriar das discussões e assim opinar na construção de protocolos. Não sei se entendi a questão, mas se for sobre nos escutar para poder incidir politicamente sabendo o que é a maneira de pensar da maioria.
1. Escuta Especializada	Escuta qualificada é extremamente importante na nossa profissão e principalmente nesse eixo de discussão.
1. Escuta Especializada	Esse processo é muito importante, pois muitas vezes nos sentimos sozinhas.
1. Escuta Especializada	Está é uma demanda urgente para a categoria. Acredito ser imprescindível a notificação para que assistentes sociais que trabalham em serviços que atendem violência sexual devem ter participação de caráter obrigatório, a exemplo das/os profissionais que trabalham nos centros especializados no atendimento de violência sexual contra crianças e adolescentes.
1. Escuta Especializada	Este tema é de extrema relevância porque o judiciário do Brasil inteiro tem solicitado a intervenção dos (as) Assistentes Sociais, além dos psicólogos. Penso que temos que discutir melhor como o Serviço Social pode contribuir em algum momento da Escuta Especializada, pois somente negar este apoio pode rebater contrariamente a abertura de espaço para o Serviço Social, e aí será mais um espaço de atuação que estaremos perdendo para outras categorias profissionais.
1. Escuta Especializada	Estou há pouco no Creas e conforme supervisão, para realizar a escuta especializada há a necessidade de capacitação, é preferencialmente ser feita por um setor da área da saúde. E no caso da criança e adolescentes teria que se ter um comitê com atores de outras políticas e a iniciativa da construção/organização teria que ser feita pelo CMDCA. Espero ter contribuído .
1. Escuta Especializada	Excelente
1. Escuta Especializada	Excelente debater essa demanda, á qual causa muitas dúvidas pelo fato da interpretação da lei.
1. Escuta Especializada	Extremamente necessário
1. Escuta Especializada	Fundamental estabelecer parâmetros para essa demanda, visto que os/as assistentes sociais têm sido tensionados pelas exigências em relação a essa técnica.

1. Escuta Especializada	Fundamental para o exercício dos profissionais do Serviço Social que atua em inúmeras áreas necessitamos identificar as ações dentro deste protocolo, respeitando os territórios.
1. Escuta Especializada	Importante
1. Escuta Especializada	Importante este debate, para que nossa atuação não se torne "prova".
1. Escuta Especializada	Importante, pois é uma realidade que se impõe, e exige construções de estratégias que melhor resguardem os direitos e proteções e crianças e adolescentes implicados.
1. Escuta Especializada	Manter. Relevante
1. Escuta Especializada	Muito importante articular um movimento conjunto para elaboração de protocolos junto com o Conjunto CFESS-CRESS e a categoria
1. Escuta Especializada	Muito importante.
1. Escuta Especializada	Muito relevante este tema, pois tanto o Ministério Público quanto o Tribunal de Justiça tentam incidir sobre a atuação dos assistentes sociais na escuta especializada.
1. Escuta Especializada	Nada a acrescentar
1. Escuta Especializada	O tema é altamente relevante, contudo, é importante discutir de que forma a categoria se posiciona diante da construção de protocolos de escuta, tendo em vista que nossa perspectiva a respeito da escuta não demanda protocolos, diante de nossa compreensão acerca da escuta no exercício profissional.
1. Escuta Especializada	Ótimo
1. Escuta Especializada	Para haver uma escuta especializada, há que haver uma formação para isso e o/a assistente social brasileiro carece desse conhecimento tão importante, não pode ficar sendo tido como um "incapaz" de executar certos trabalhos por não terem sido "formados na graduação" para isso. Escutar o sujeito em sofrimento é algo que não pode ser feito na base do improvisado e da boa vontade, muito menos oferecendo uma segunda história, sob pena de causar um dano maior.
1. Escuta Especializada	Penso ser importante a permanência dessas construções tendo em vista a fragilidade da formação EAD
1. Escuta Especializada	Por determinação judicial os profissionais estão sendo obrigados a realizar, sem qualificação e autonomia.
1. Escuta Especializada	Proposta muito pertinente para garantir a "defesa intransigente dos direitos humanos".
1. Escuta Especializada	Relevância imediata.
1. Escuta Especializada	Relevante (2)
1. Escuta Especializada	Relevante. Assistentes sociais do Sistema de Justiça e da Assistência Social têm enfrentado imposições institucionais com requisições indevidas.
1. Escuta Especializada	Sem dúvida a escuta especializada, ao contrário do depoimento especial, não tem o escopo de produzir prova para o processo de investigação e de responsabilização, de acordo com o Decreto 9.603. E de muita relevância e sabia respeitando o direito humano.

1. Escuta Especializada	Seria interessante haja vista que o conjunto através de resoluções unilaterais e sem consulta à categoria, vive baixando documentos que restringem a atuação do Assistente Social sempre usando de justificativas que não convencem.
1. Escuta Especializada	Sugiro a continuidade de incidência política do conjunto no debate da regulamentação acerca desse debate. Priorizando a defesa dos direitos da criança e do adolescente primando pela sua integridade e não exposição. Retirando essa incumbência de produção de provas utilizando-se da categoria profissional (assistentes sociais) para sentença. (5)
1. Escuta Especializada	Super importante para nossa região
1. Escuta Especializada	Tema de muita relevância dada às possibilidades de violação da autonomia e liberdade das pessoas ouvidas, especialmente, crianças e adolescentes. Faz-se necessário garantir o direcionamento do projeto ético-político do serviço social neste âmbito.
1. Escuta Especializada	Tema muito importante e pertinente, principalmente com se a proposta for a de implementação da política.
1. Escuta Especializada	Tema muito importante para nossa categoria, mas ainda encontramos muita dificuldade para sermos inseridos no mercado de trabalho.
1. Escuta Especializada	Tema relevante
2. Depoimento Especial	A Lei 13.431/2017 é um instrumento importante para assegurar os direitos de crianças e adolescentes sujeitos estes que ainda sofrem diversos tipos de violência. Nesse sentido tipificar os tipos de violência é uma forma de combater a violência, assim como punir os agressores.
2. Depoimento Especial	A lei que cria a escuta especializada revisita o código de menores. É de extrema importância para a categoria essa discussão.
2. Depoimento Especial	A primeira redação contempla melhor.
2. Depoimento Especial	A proposta 2.1 é mais completa para o atual contexto do debate sobre a lei e seus impactos no exercício profissional.
2. Depoimento Especial	Alta relevância na garantia dos direitos da criança e adolescente, necessitando de orientação para os profissionais quanto a ética e técnica neste processo da Lei 13.431/17.
2. Depoimento Especial	As discussões sobre o DE já perduram mais de 10 anos, temos a consciência que nossa formação não abrange esta demanda crescente para o serviço social. Contudo, por pressão do órgão empregador ou por falta de clareza no caso dos peritos nomeados a partir do banco de peritos. A categoria sofre uma diluição na luta contra o DE, em que profissionais que resistem a não realizar sofrem retaliações.
2. Depoimento Especial	Assistentes sociais precisam estar presentes, do contrário outros profissionais ocuparão esses espaços. É preciso rever o serviço social do século XXI, reconhecendo especializações interdisciplinares, que permitam eficiência, visibilidade e reconhecimento da sociedade, bem como da comunidade científica à profissão.

2. Depoimento Especial	Atividades de caráter remoto tendem a se consolidar nas diferentes áreas das políticas públicas, independente de disposição dos atores envolvidos. Lutar pela direção humanitária é uma estratégia realista e que pode render ganhos para a categoria. Outrossim, se ausentar dessa pautar significar dar espaço para outras profissões não tão cientes da dimensão social e política em tela.
2. Depoimento Especial	BOM
2. Depoimento Especial	Deveria ser estendido à todos os conselhos, pela relevância do tema, em tempos de Internet e conservadorismo crescente na contemporaneidade.
2. Depoimento Especial	Discussão fundamental, tendo em vista a normatização do depoimento sem danos, como se fosse uma atribuição profissional e não uma requisição do espaço sócio ocupacional no qual o assistente social se insere como trabalhador assalariado. Penso que aqui cabe também a tematização da relativa autonomia em tempos de desregulamentação e precarização do/a trabalho do assistente social
2. Depoimento Especial	É necessário sempre porque muitas vezes nos sentimos intimados nessa intervenção
2. Depoimento Especial	Em tempos de muitas informações vindo da internet, nós assistentes sociais necessitamos estar atualizando com todas as legislações, consultar os operadores de Direito, para que as crianças e adolescentes não sejam expostas, o que configura cada vez mais a violência que não deve ser vivida pelas crianças e adolescentes.
2. Depoimento Especial	Embora considere importante o aprofundamento do debate na proposta 2.1., penso que já houve por demais essa discussão e precisamos agora de uma elaboração de orientação ética e técnica para nos balizar no cotidiano, e que o debate continue a partir dela. Ficar sem um documento por mais tempo, considero muito ruim para a categoria que até agora não conseguiu construir algum documento que realmente é difícil.
2. Depoimento Especial	Esse eixo possui relevância, considerando que completou 30 anos de existência.
2. Depoimento Especial	Esta proposta é de extrema importância, pois devemos trabalhar na perspectiva de garantir o sigilo, a segurança dos usuários das políticas as quais, nós assistentes sociais, estamos inseridos.
2. Depoimento Especial	Excelente
2. Depoimento Especial	Extremamente importante
2. Depoimento Especial	Extremamente necessário
2. Depoimento Especial	Fundamental ampliar tal debate e construir publicações orientativas.
2. Depoimento Especial	Melhor explicação acerca de que profissional e da qual área será o possível responsável pela escuta da criança e/ou adolescente.
2. Depoimento Especial	Muito relevante
2. Depoimento Especial	Muito relevante esse norteamto

2. Depoimento Especial	Muito relevante, ainda mais que o Assistente Social geralmente é o um dos profissionais a ouvir a vítima, que a cada vez que expõe sua história é revitimizada e as vezes colocada em dúvida.
2. Depoimento Especial	O Conjunto possui acúmulo sobre esta pauta. O que é urgente é realizar o mapeamento das estratégias profissionais e coletivas efetivadas em tal contexto e que possam contribuir para respostas à sociedade, mas sem reproduzir o mero punitivismo.
2. Depoimento Especial	O Depoimento Especial é mais uma atribuição que está sendo imposta aos assistentes sociais lotados nos Tribunais de Justiça de todo país e que vem sendo utilizado apenas como produtor de provas e verdades sem levar em conta a proteção de crianças vítimas e testemunhas de violência.
2. Depoimento Especial	O depoimento especial e sem dano deveria ser uma alternativa enquanto ferramenta de trabalho e atuação que subsidia o judiciário em sua decisão de forma mais equânime e justa. Esse fator agrega à efetivação da lei e o conjunto deveria discutir na perspectiva de qualificar o Assistente Social para que o mesmo possa ter ferramentas, técnicas e métodos adequados de escuta, isso somaria à atuação profissional proporcionando reconhecimento acerca do papel profissional. Restringir atuação é reduzir espaço profissional com justificativas frágeis não convencem, só ao próprio conjunto que vive sabotando a própria categoria.
2. Depoimento Especial	O depoimento especial é uma proposta importante que deverá ser de iniciativa das profissionais da área e o CRESS possibilitar o respaldo
2. Depoimento Especial	O tema proposto é de grande relevância para nossas crianças e adolescentes
2. Depoimento Especial	Opino manter a 2.1
2. Depoimento Especial	OS ASSISTENTES SOCIAIS, EM SEU CONTATO SÃO AQUELES QUE ESCUTAM AS DEMANDAS TRAZIDAS POR FAMÍLIAS OU INDIVÍDUOS COM O OBJETIVO DE AMENIZAR SEU PROBLEMA, É ATRAVÉS DA ESCUTA QUE CONSEGUIMOS VIABILIZAR DIREITOS A ESSAS PESSOAS, ATRAVÉS DE UMA CONFIANÇA QUE ESSE INDIVÍDUO ACABA ADQUIRINDO CONOSCO, NÃO COMO USAR ESTA ESCUTA COMO PROVA, OU JULGAMENTO
2. Depoimento Especial	Proposta muito pertinente para garantir a "defesa intransigente dos direitos humanos".
2. Depoimento Especial	Sim com certeza para concretizar esse intento, é imprescindível que ocorra integração entre o social e a comunidade assistida, com reconhecimento e valorização dos saberes extracurriculares e efetivação de parcerias no trabalho educativo, atingindo o maior contingente de pessoas em sua área de localização.
2. Depoimento Especial	Sim...
2. Depoimento Especial	Sobre a 2.1.: Muito temeroso o conteúdo desse texto, pois relaciona o Depoimento Especial às políticas de atendimento, quando deveríamos afastar por completo essa possibilidade de aproximação. Para as políticas de atendimento a Lei prevê a Escuta Especializada, sendo que o DE deve ser realizado por autoridade Judiciária e autoridade policial. O necessário é defender a escuta especializada fora da lógica punitivista e residual do Depoimento Especial, devendo estar voltada para atender a criança, adolescente e sua família em suas demandas, conforme o objetivo institucional do serviço que está ofertando o atendimento. Sobre o 2.2.: O Conjunto CFESS/CRESS construiu duas notas técnicas diferentes e complementares na última gestão, com posicionamento nítido, firme e acertado. A categoria

	apresenta carência de compreender o que escrever no relatório que deve ser compartilhado, relação com sigilo profissional, objetivo institucional e objetivo profissional, e relação profissional com usuários
2. Depoimento Especial	Somente debates, acredito não irá sanar os desafios para política atendimento junto às pessoas vítimas e/ou testemunhas de violência em contraposição à lógica punitivista e residual do Depoimento Especial.
2. Depoimento Especial	Sugiro a continuidade de incidência política do conjunto no debate da regulamentação acerca desse debate. Priorizando a defesa dos direitos da criança e do adolescente primando pela sua integridade e não exposição. Retirando essa incumbência de produção de provas utilizando-se da categoria profissional (assistentes sociais) para sentençação.
2. Depoimento Especial	Tema de suma importância para os profissionais que trabalham na área.
2. Depoimento Especial	Tenho acordo com a proposta 2.1
3. Combate à LGBTI+Fobia	3.1 Continuar o debate e fortalecer essa discussão no conjunto da categoria. Contra todas as formas de opressão! (4)
3. Combate à LGBTI+Fobia	3.1 Insurgir mais fortemente nessa temática que é ainda uma das expressões de segregação dentro da própria categoria profissional.
3. Combate à LGBTI+Fobia	3.1 Precisamos mapear e dar visibilidade às ações de Assistentes Sociais no sentido de socializar as possibilidades e resistências para a materialização e ampliação de nosso projeto ético político profissional
3. Combate à LGBTI+Fobia	3.2 Continuar o debate e fortalecer essa discussão no conjunto da categoria. Contra todas as formas de opressão!
3. Combate à LGBTI+Fobia	A proposta 3.1 seria um passo pra quem sabe aplicarmos a 3.2. Entendo ser imprescindível.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Acredito ser necessário investir na capacitação dos assistentes sociais para maior compreensão da diversidade sexual, das demandas específicas e do combate à LGBTFobia, em todas as áreas de atuação profissional.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Alta relevância.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Apesar de ser considerado um tema novo, faz necessária a divulgação, as demandas com a finalidade de ocupar e desconstruir qualquer discriminação.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Apoio totalmente, mas também seria de extrema importância abordar o combate ao capacitismo (discriminação contra pessoas com deficiência), pois essa discriminação é totalmente velada, estrutural e muitos profissionais da área não têm conhecimento sobre esse tema e acabam negligenciando muitos direitos dos usuários com deficiência. Mas, não se resume só a isso, pois muitos assistentes sociais com eficiência se encontram desamparados em diversas situações

3. Combate à LGBTI+Fobia	As duas ações são importantes.
3. Combate à LGBTI+Fobia	As duas propostas são relevantes para à ação da categoria
3. Combate à LGBTI+Fobia	Assistentes sociais que atuem com a comunidade LGBT devem estar preparados pessoalmente e tecnicamente para atender à real demanda desses sujeitos. Eu como assistente social e psicanalista atendo o sujeito LGBT, visando o seu empoderamento. Penso que o empoderamento, a autoestima do gay, da lésbica e trans precisam ser trabalhados rigorosamente para que saibam lidar com sujeitos homofóbicos. Qual a outra solução? Se não podemos mudar uma situação (a homofobia de cada um), devemos mudar a nossa posição diante dela e os crimes decorrentes da homofobia devem ser julgados com rigor.
3. Combate à LGBTI+Fobia	BOM
3. Combate à LGBTI+Fobia	Concordo...
3. Combate à LGBTI+Fobia	Continuar o debate e fortalecer essa discussão no conjunto da categoria. Contra todas as formas de opressão!
3. Combate à LGBTI+Fobia	Demanda que precisa de apoio e um olhar especializado.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Desnecessário
3. Combate à LGBTI+Fobia	E de grande importância da visibilidade a essa categoria para que as políticas possam criar estratégias de combate as violências sofridas por eles, assim como dar condições de superação de trabalho e renda.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Em poucos dias fomos testemunhas de uma sucessão de fatos que, em pleno 2020, envolveram líderes religiosos e políticos atestando o quanto o Brasil precisa avançar na defesa dos direitos a essas pessoas.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Entendo que as ações que se referem a esse eixo precisam ser, sobretudo, de capacitação. Não se pode partir do pressuposto que todos os profissionais tenham amplo conhecimento sobre essa temática, portanto, entendo que precisamos discutir mais as determinantes sócio-históricas do preconceito e violações de direitos desse público, bem como suas principais pautas, que muitas vezes são desconhecidas pelos profissionais
3. Combate à LGBTI+Fobia	Entendo ser relevante tanto o desenvolvimento de ações junto a categoria como o mapeamento de visibilidade dessas ações já desenvolvidas.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Essa pauta já vem sendo debatida há anos pelo conjunto, só manter, inclusive mais discutida até do que temas que necessitam de um olhar mais sensível do conjunto como a violência contra as mulheres e o abuso e estupro de crianças que se espalhou pelo país. O que tenho visto constantemente, é o uso de recursos da categoria pelos integrantes do conjunto para financiar suas pautas pessoais de vida, deixando assuntos que também merecem destaque sem a devida atenção.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Excelente

3. Combate à LGBTI+Fobia	Extremamente necessário
3. Combate à LGBTI+Fobia	Fundamental o conjunto se debruçar nesta temática, para além de falar, e sim campanhas, seminários, rodas de conversa, combater o preconceito
3. Combate à LGBTI+Fobia	Importante
3. Combate à LGBTI+Fobia	Importante a elaboração de documentos normativos e ampliação das discussões do papel de gênero, sexualidade e orientação sexual, para contribuir no arcabouço teórico e na prática cotidiana.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Importante aproximar esse tema dos profissionais para que não reproduzam preconceitos na sua intervenção profissional, inclusive dando visibilidade a ações que tem como objetivo o combate a LGBTfobia.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Importante coordenar ações, campanhas, material de divulgação a nível nacional contemplando as especificidades de cada região.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Importante debate para a profissão, associado aos princípios éticos e as lutas pela liberdade de expressão
3. Combate à LGBTI+Fobia	Importante organizar discussões desde a base da categoria nos NUCRESS e realização de mesas de debates para ampliação da discussão do tema.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Incluir as demais regiões na proposta 3.2.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Incluir nesta agenda, o combate à LGBTfobia no âmbito da Pessoa Idosa.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Muito relevante, não só quanto a este tema, já que fazemos muito e escrevemos pouco
3. Combate à LGBTI+Fobia	Muito representativa essa luta e nos despojar de valores preconceituosos na temática para mediar
3. Combate à LGBTI+Fobia	Necessitamos bastante até porque nossa categoria digo " ASSISTENTES SOCIAIS estão retrocedendo em suas intervenções com práticas conservadoras.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Neste eixo todas as propostas são importantes, porém dada a conjuntura de avanço do conservadorismo neste tema, as duas propostas se complementam e são fundamentais.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Opino manter a 3.1
3. Combate à LGBTI+Fobia	Penso que a proposta 3.2. atende melhor a categoria, pois mapear e dar visibilidade não constrói nesse momento uma orientação nacional. Penso que desenvolver ações que nos faz pensar, discutir, aprofundar e articular melhor o tema e as ações seria o melhor. Uma coisa não invalida a outra, mas apenas a proposta 3.1. não contribui isoladamente da 3.2.
3. Combate à LGBTI+Fobia	pertinente

3. Combate à LGBTI+Fobia	Precisamos em algum momento repensar atitudes impostas por alguns, pelos próprios profissionais, desvelar alguns pré conceitos caracterizados também na área. Mas, não seria uma imposição a população espoliada e sofrida e trabalhar na verdade - não importando se seria no social na educação na saúde na evangelização entre outras, buscar desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos a violência e a profunda injustiça que caracterizam a sua situação concreta. Mais ainda, que sua situação concreta não é destino certo ou vontade de Deus, algo que não pode ser mudado.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Proposta muito pertinente para garantir a "defesa intransigente dos direitos humanos" e "ampliação e consolidação da cidadania".
3. Combate à LGBTI+Fobia	Proposta relevante
3. Combate à LGBTI+Fobia	Realizar rodas de conversas , material com informações sobre esta política publicizar as ações , trabalhar para que o preconceito permaneça principalmente nos serviços e equipamentos que esta população utiliza , atender com dignidade
3. Combate à LGBTI+Fobia	Relevante!
3. Combate à LGBTI+Fobia	Relevante, realização de campanhas de combate a LGBTFObia e também de esclarecimentos aos profissionais sobre ética e acolhimento no espaços de trabalho.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Sugiro padronizar o termo quando nos referirmos às pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros etc. Ora se utiliza o termo LGBTI, ora LGBT. No entanto, a III Conferência Nacional LGBT, de 2015, instância superior que delibera, juntamente com figuras do governo e movimentos sociais, os direitos relativos à população LGBT, manteve esta sigla como oficial. Portanto, utilizar a sigla LGBTI, LGBTQI, LGBTQIA, TLGBQ, LGBTQIA2+ e outras sugeridas pelos MOVIMENTOS SOCIAIS, que não são uníssonos, além de incorrer no risco de excluir outras identidades, também pode causar confusões entre aqueles que não congregam de nossos valores. Vale lembrar que o conjunto CFESS/CRESS NÃO É UM MOVIMENTO SOCIAL. Antes, é uma AUTARQUIA governamental e, como tal, deve estar em consonância com as políticas, instrumentos e deliberações realizadas nas instâncias cabíveis – com todas as críticas que particularmente mantenho. Por mais que se julgue dizer que a sigla LGBT seja excludente. (2)
3. Combate à LGBTI+Fobia	Super importante para a nossa categoria.
3. Combate à LGBTI+Fobia	Trocar a sigla que atualmente é nominada pelo Movimento como LGBTQIA+, logo ficará LGBTQIA+fobia. Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersex, Assexuais e o que mais tiver.
4. Nome Social	4.1 Manter a proposta.
4. Nome Social	Concordo (2)
4. Nome Social	concordo totalmente. Penso que é uma discussão nacional.
4. Nome Social	concordo, se todos somos iguais perante a Lei

4. Nome Social	Defendo a retificação do registro através de autorização médica e da justiça, Não podemos banalizar um procedimento que requer seriedade e acompanhamento para que seja uma decisão acertada para quem deseja fazer o processo.
4. Nome Social	Discutir e desconstruir a burocracia e a efetivação de direito a ter nome registrado e sem ônus.
4. Nome Social	É relevante
4. Nome Social	Entendo que esta questão já está presente na luta da categoria, assim não existe a necessidade de ser incluída na agenda deste triênio.
4. Nome Social	Entendo ser uma ação permanente, pois as garantias legais não representam efetivação.
4. Nome Social	Este é um grupo já muito fragilizado, proporcionar meios para que eles consigam se reconhecer em quanto cidadão dará ainda mais motivação para eles resistam
4. Nome Social	Excelente
4. Nome Social	Extremamente necessário
4. Nome Social	Importantíssimo essa participação da categoria...isso é dos direitos civis primordial.
4. Nome Social	Incluir as demais regiões na proposta.
4. Nome Social	Indispensável a isenção de cobrança de taxas. Hoje estão excluídos deste direito todas as pessoas que não tem como arcar com o pagamento das taxas no cartório de registro civil.
4. Nome Social	Isso deve obedecer a critérios como todos os outros aspectos da sociedade.
4. Nome Social	Já existe uma lei nacional sobre o assunto, e que os cartórios devem cumprir desde março de 2019.
4. Nome Social	Manter (6)
4. Nome Social	Não concordo
4. Nome Social	No Tocantins temas de gênero raramente são discutidos.
4. Nome Social	Nome social é diferente de mudança de nome no registro civil, ambos direitos devem ser defendidos, não é comum, mas existem pessoas trans que optam por não mudar o nome no registro, nesse caso o direito ao nome social deve ser assegurado. Uma luta importante é o direito de crianças e adolescentes poderem mudar seus nomes no registro sem a necessidade de processo judicial.
4. Nome Social	Penso que participar dessa luta deveria ser intrínseca à nossa profissão. A proposta é extremamente pertinente.
4. Nome Social	Proposta muito pertinente para garantir a "defesa intransigente dos direitos humanos" e "ampliação e consolidação da cidadania".
4. Nome Social	Proposta relevante

4. Nome Social	Que é direito , que todos e todas possam usufruir deste serviço sem taxas e que esta discussão seja feita com todos e todas profissionais ; capacitação continuada a todas e todos os servidores que atendem nestes serviços .
4. Nome Social	Sugiro alteração no texto, conforme segue: Participar da luta pela efetivação do direito à retificação do registro civil DE FORMA GRATUITA E, QUANDO COUBER, SIGILOSA para pessoas TRANSEXUAIS E TRAVESTIS, sem necessidade de autorização médica e/ou judicial, como determinado pelo STF, de modo a preservar a integridade física, moral e psicológica daqueles/daquelas que assim requerem. Justificativa: Utilizar o termo “trans” pode gerar confusões, uma vez que os movimentos sociais muitas vezes o utilizam para se referirem às pessoas transgêneres ou transgêneros, que, de acordo com leituras, supostamente incluiriam as/os transexuais e as travestis. Parte dos movimentos sociais LGBT no Brasil realiza uma crítica ao termo “transgênera” ou “transgênero”, afirmando que sua origem remete ao termo norte-americano “TRANSGENDER”, que supostamente contempla todas as identidade não-cisgênero. No entanto, parte do movimento das travestis brasileiras não concorda com tal postura, afirmando que incluir “(2)
4. Nome Social	Super importante este reconhecimento.
4. Nome Social	todo apoio!
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	5.1 Manter proposta.
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Acordo.
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Além dos conselhos estaduais acredito que os grandes municípios e/ou regiões também deveriam contar com conselhos e representatividade.
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	concordo, inclusive, adensa a participação dos/as a assistentes sociais nas instâncias de controle social
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Concordo, os Conselhos discutem as principais demandas e as políticas necessárias para que esse público possa ter seus direitos assegurados.
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Concordo, pois como todos iguais perante a Lei de Deus e dos homens...
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	E que possa ser atendidos e atendidas as demandas apresentadas pelos grupos e que efetivamente os conselhos possam levar as propostas e demandas .
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	É uma luta pertinente à comunidade LGBTQI
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Excelente
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Extremamente necessário

5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Extremamente relevante, tem que ser uma prioridade.
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Interessante (2)
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Já está na hora.
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Manter (5)
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Mas do que nunca precisa ser fortalecido
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Penso que participar dessa luta deveria ser intrínseca à nossa profissão. A proposta é extremamente pertinente. Pensei que já tinha em todos os estados.
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Precisamos apoiar como também participar ativamente
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Proposta essencial para apoiar os movimentos e lutas sociais.
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Relevância média.
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Relevante e oportuno
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Sou contra
5. Conselhos de Direitos LGBTQI+	Sugiro padronizar o termo quando nos referirmos às pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros etc. Ora se utiliza o termo LGBTI, ora LGBT. No entanto, a III Conferência Nacional LGBT, de 2015, instância superior que delibera, juntamente com figuras do governo e movimentos sociais, os direitos relativos à população LGBT, manteve esta sigla como oficial. Portanto, utilizar a sigla LGBTI, LGBTQI, LGBTQIA, TLGBQ, LGBTQIA2+ e outras sugeridas pelos MOVIMENTOS SOCIAIS, que não são uníssonos, além de incorrer no risco de excluir outras identidades, também pode causar confusões entre aqueles que não congregam de nossos valores. Vale lembrar que o conjunto CFESS/CRESS NÃO É UM MOVIMENTO SOCIAL. Antes, é uma AUTARQUIA governamental e, como tal, deve estar em consonância com as políticas, instrumentos e deliberações realizadas nas instâncias cabíveis – com todas as críticas que particularmente mantenho. Por mais que se julgue dizer que a sigla LGBT seja excludente, (2)
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	6.1 Manter proposta.

6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	A relevância desse tema é inquestionável, no entanto acredito que garantir a participação dos CRESS nos conselhos estaduais LGBTQI+, acabam tendo mais possibilidade de articulação e incidência que um GT dentro do CRESS.
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Acordo. (2)
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Assim, haverá mais oportunidade para a categoria
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Concordo, mas seria necessário se debruçar também criando GT sobre a Violência doméstica contra mulheres e abuso e estupro de crianças e adolescentes que são problemas também graves e sem atenção por parte do conjunto. Repito, muitos integrantes do conjunto tem se utilizado dos recursos institucionais para promover suas pautas individuais esquecendo-se das pautas coletivas que estão aí escancaradas.
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	De extrema necessidade a criação do GT uma vez que a genética e estudos sobre gênero é defasada na formação formal da grade curricular ofertada pelo IES. Não só a criação, mas articular com movimentos de luta e núcleos de estudos sobre as temáticas.
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Desnecessário
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	É de grande importância para se conhecer as lutas dessa categoria.
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Essencial...
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Este é um tema que deve ser incorporado pelo conjunto cress/cress na construção da agenda de lutas, os cress devem acompanhar, propor e participar dos espaços de debates relacionado ao tema. Criar grupo de trabalho, participar de conselhos, fóruns e conferências relacionado aos tema é uma prioridade haja vista todas as formas de violência presente na sociedade. Aqui é necessário afirmar os direitos como liberdade e igualdade.
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Excelente

6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Extremamente necessário
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Irrelevante. Supressão
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Manter (4)
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Muito importante, apoio totalmente. Mas também precisamos de um GT sobre a pauta Pessoas com Deficiência. Coloco-me à disposição.
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Muito importante. Precisamos criar espaços de discussão sobre essa temática entre a categoria
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	o CRESS tb irá estimular a criação do GT LGBTQI+
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Penso que formação de GT, comissão é de autonomia dos regionais, sem necessidade de estar nas propostas/deliberações.
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Penso que o conjunto já tem um acúmulo nessa discussão e aprofundada a cerca da pauta, não vejo a necessidade da criação do GT.
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Penso que tanto essa, quanto tantas outras causas devam ser apoiadas por aqueles que as defendem.
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Relevância média.
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Sim, muito pertinente.

6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Sim...
6. Estimulo à criação de GT nos Cress sobre a pauta LGBTQI+	Sugiro padronizar o termo quando nos referirmos às pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros etc. Ora se utiliza o termo LGBTI, ora LGBT. No entanto, a III Conferência Nacional LGBT, de 2015, instância superior que delibera, juntamente com figuras do governo e movimentos sociais, os direitos relativos à população LGBT, manteve esta sigla como oficial. Portanto, utilizar a sigla LGBTI, LGBTQI, LGBTQIA, TLGBQ, LGBTQIA2+ e outras sugeridas pelos MOVIMENTOS SOCIAIS, que não são uníssonos, além de incorrer no risco de excluir outras identidades, também pode causar confusões entre aqueles que não congregam de nossos valores. Vale lembrar que o conjunto CFESS/CRESS NÃO É UM MOVIMENTO SOCIAL. Antes, é uma AUTARQUIA governamental e, como tal, deve estar em consonância com as políticas, instrumentos e deliberações realizadas nas instâncias cabíveis – com todas as críticas que particularmente mantenho. Por mais que se julgue dizer que a sigla LGBT seja excludente (2)
7. Direitos da População LGBTQIA+	7.1 Manter proposta.
7. Direitos da População LGBTQIA+	Ações nesse sentido são importantes em um momento em que o pouco que foi conquistado vem sendo ameaçado.
7. Direitos da População LGBTQIA+	Acordo.
7. Direitos da População LGBTQIA+	Com certeza, principalmente nessa atual conjuntura.
7. Direitos da População LGBTQIA+	Com seminários, criar fóruns de discussão, com os grupos, apresentar propostas para o Executivo e legislativo que as pautas também possam ser leis.
7. Direitos da População LGBTQIA+	Considero importante o tema sobre na agenda do triênio.
7. Direitos da População LGBTQIA+	É relevante
7. Direitos da População LGBTQIA+	Eixo extremamente importante na nossa realidade profissional.
7. Direitos da População LGBTQIA+	Embora seja contra a criação do GT, penso que promover ações formativas e de intervenção política seja a mais viável e com maior alcance da categoria.
7. Direitos da População LGBTQIA+	essencial e articulado aos princípios éticos construídos pela categoria
7. Direitos da População LGBTQIA+	Estou notando nessa consulta pública um excessivo apoio à causa LGBT em detrimento de outras tão importantes quanto. Por quê???

7. Direitos da População LGBTQIA+	Excelente
7. Direitos da População LGBTQIA+	Extremamente necessário
7. Direitos da População LGBTQIA+	Extremamente relevante, penso ser uma prioridade também.
7. Direitos da População LGBTQIA+	importante
7. Direitos da População LGBTQIA+	Imprescindível para consolida a formação intelectual continuada!
7. Direitos da População LGBTQIA+	INCLUIR PARA AS DEMAIS REGIOES DO BRASIL.
7. Direitos da População LGBTQIA+	Manter (3)
7. Direitos da População LGBTQIA+	Manter e trabalhar em conjunto com os movimentos sociais
7. Direitos da População LGBTQIA+	Na minha análise foge as atribuições do Conjunto se as mesmas forem financiadas com recursos da categoria. Teriam por exemplo, que promover ações para outros temas que não tem atenção do conjunto, isso envolve recursos financeiros elevados.
7. Direitos da População LGBTQIA+	Não concordo
7. Direitos da População LGBTQIA+	Para um melhor fortalecimento e atendimento com dignidade...
7. Direitos da População LGBTQIA+	Proposta muito pertinente para garantir a "defesa intransigente dos direitos humanos" e "ampliação e consolidação da cidadania".
7. Direitos da População LGBTQIA+	Relevância alta, dada a evidente limitação que assistentes sociais apresentam para lidar com o tema. Limitação por ignorância, má formação e cultura do preconceito.
7. Direitos da População LGBTQIA+	Sim
7. Direitos da População LGBTQIA+	Sugiro padronizar o termo quando nos referirmos às pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros etc. Ora se utiliza o termo LGBTI, ora LGBT. No entanto, a III Conferência Nacional LGBT, de 2015, instância superior que delibera, juntamente com figuras do governo e movimentos sociais, os direitos relativos à população LGBT, manteve esta sigla como oficial. Portanto, utilizar a sigla LGBTI, LGBTQI, LGBTQIA, TLGBQ, LGBTQIA2+ e outras sugeridas pelos MOVIMENTOS SOCIAIS, que não são uníssonos, além de incorrer no risco de excluir outras identidades, também pode causar confusões entre aqueles que não congregam de nossos valores. Vale lembrar que

	o conjunto CFESS/CRESS NÃO É UM MOVIMENTO SOCIAL. Antes, é uma AUTARQUIA governamental e, como tal, deve estar em consonância com as políticas, instrumentos e deliberações realizadas nas instâncias cabíveis – com todas as críticas que particularmente mantenho. Por mais que se julgue dizer que a sigla LGBT seja excludente (2)
7. Direitos da População LGBTQIA+	Supressão
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	8.1 Suprimir.
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Acredito que no Ética em Movimento, pode se debater as condições de vida e de trabalho da pop LGBTQI
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Concordo
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	De suma importância para que os profissionais do Serviço Social possam estar conhecendo a realidade desta população que necessita das políticas públicas .
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Direcionados para todos espaços de nossas intervenções
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	EM FUNÇÃO DOS ASSASSINATOS QUE A POPULAÇÃO LGBTQIA+ SOFRE, DOS PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÃO E FALTA DE ACESSO ÀOS SERVIÇOS , ACREDITO SER PERTINENTE A INCLUSÃO DESSA PAUTA PELO CONJUNTO CFESS-CRESS
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Este curso que os colegas do Nordeste propuseram é essencial e a categoria já deveria estar com a temática como eleita nas intervenções cotidianas . As violações com este público faz com que o Brasil seja o país que mais mata trans e homossexuais.
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Excelente
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Excelente iniciativa. Fazer intercalado ao Ética em Movimento também seria uma alternativa.

8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Extremamente necessário
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Importante
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Incluir as demais regiões na proposta.
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Incrível e necessário! Também sinto falta de cursos sobre Pessoas com Deficiência.
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Já está na hora do conjunto cfess/cress, incentivar e orientar, a categoria a sair da sua zona de conforto, ou melhor tentar romper com o preconceito
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Manter (2)
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Não apoio
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Não concordo. Aproveitem os recursos do Ética em Movimento, isso se chama eficiência e eficácia de gestão.
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Não consigo pensar nesse curso em nível local/regional, seria mais viável verificar entre os pares para um curso de formação mais amplo a nível nacional.
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Ótimo! Precisamos de formação para compreendermos toda a complexidade do tema e das vivências cotidianas desse público
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Proposta muito pertinente para garantir a "defesa intransigente dos direitos humanos" e "ampliação e consolidação da cidadania".

8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Realizo duas sugestões: 1ª) Realizar capacitações, em nível NACIONAL, nos moldes do "Ética em Movimento", do CFESS, levando em consideração a temática LGBT e suas implicações em amplos aspectos do cotidiano - saúde, mercado de trabalho, movimentos sociais, direitos etc. 2ª) Sugiro padronizar o termo quando nos referirmos às pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros etc. Ora se utiliza o termo LGBTI, ora LGBT. No entanto, a III Conferência Nacional LGBT, de 2015, instância superior que delibera, juntamente com figuras do governo e movimentos sociais, os direitos relativos à população LGBT, manteve esta sigla como oficial. Portanto, utilizar a sigla LGBTI, LGBTQI, LGBTQIA, TLGBQ, LGBTQIA2+ e outras sugeridas pelos MOVIMENTOS SOCIAIS, que não são uníssonos, além de incorrer no risco de excluir outras identidades, também pode causar confusões entre aqueles que não congregam de nossos valores. Vale lembrar que o conjunto CFESS/CRESS NÃO É UM MOVIMENTO SOCIAL (2)
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Relevância alta, dada a evidente limitação que assistentes sociais apresentam para lidar com o tema. Limitação por ignorância, má formação e cultura do preconceito.
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Sim... Devemos sempre estar em aprendizagem...
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Somos profissionais e atuamos em diversas frentes de trabalho, embora estejamos perdendo espaços em muitas dessas frentes justamente por falta de oportunidade de "aprimoramento profissional" A "construção de cursos" é sem dúvida muito importante para todas as áreas NAS QUAIS EXITAM SUJEITOS EM SOFRIMENTO, não apenas para a área LGBT.
8. Curso sobre as condições de vida da população LGBTQIA+	Supressão
9. Luta Antipunitivista	9.1) Incidir politicamente..... Com a defesa intransigente dos direitos humanos é nossa tarefa fundamental em tempos tão nefastos e fascista
9. Luta Antipunitivista	9.6 manter (7)
9. Luta Antipunitivista	A luta antipunitivista, antirracista, antiproibicionista, pelo descercamento da população,deverá ser encampada pelo CRESS
9. Luta Antipunitivista	Acredito que o item 9.7. deva permanecer como deliberação do conjunto CFESS-CRESS. Os demais itens parecem ser uma tentativa de dar materialidade ao item 28 sobre abolicionismo penal. Parece haver no conjunto uma dificuldade ou mesmo uma negação de realizar atividades sobre abolicionismo penal. A hipótese é a mesma que aconteceu quando se falava em abolição da escravidão no século XIX ou no fim da segregação racial no século XX: o abolicionismo penal como algo ilusório, utópico e afins, ou na melhor das hipóteses como algo para uma próxima sociedade. Com isso, coloca-o como estratégia, e não como tática. Perceba o que se repete na maioria dos itens "[...] com vistas ao abolicionismo penal". A discussão antipunitivista deve ir ao cerne da criminalização: a construção social do crime. Somente no Brasil há mais de 1.500 tipificações penais. É sobre isso que devemos incidir: desenvolver ações políticas e jurídicas, junto com outros

	sujeitos políticos, no processo de criminalização primária
9. Luta Antipunitivista	Ampliar as discussões antiproibicionistas. A categoria na atuação profissional acaba não realizando estas discussões
9. Luta Antipunitivista	Bastante relevante este tema da luta antipunitivista que reúne muitas discussões como o uso de substâncias psicoativas, a guerra as drogas que leva ao encarceramento de uma população pobre e majoritariamente negra.
9. Luta Antipunitivista	Concordo com todos os itens...
9. Luta Antipunitivista	Creio que quem elaborou ou defende a pauta da legalização da pauta de drogas, desconhece a questão na dimensão prática. Vcs sabiam que o acesso à drogas mais pesadas inicia pelo acesso a drogas de potencial de dano menor como álcool e maconha? Sabiam que o uso da maconha pode desencadear lesões cerebrais, perdas de neurônios, transtornos mentais e diversos problemas familiares? Visitem os CAPS AD e vejam o estrago das drogas na vida das pessoas e de suas famílias, a questão das drogas já é um problema de saúde pública e vcs querendo descriminalizar e normatizar o uso para termos mais gente com curiosidade e dependente. Liberação de drogas não combina com vida, além disso a venda alimenta uma rede de criminalidade que já traz prejuízos imensuráveis para a rede de saúde e outros equipamentos públicos. Já não damos conta de atender as pessoas com dependência química que aí estão, imagina liberar! Também sou contra a política de desencarceramento, poderíamos falar em discutir a ampliação e
9. Luta Antipunitivista	Da mesma forma, acho muito importante que o debate do proibicionismo, da criminalização do uso de drogas e do encarceramento, seja ampliado. Reforço que não se pode partir do pressuposto que os profissionais tenham domínio sobre esse debate. Nesse sentido, penso que a medida que ampliamos a discussão, realizamos entre os pares um movimento de reafirmação dos nossos compromissos em defesa dos interesses do público que atendemos
9. Luta Antipunitivista	De acordo
9. Luta Antipunitivista	Discordo das propostas acima. Acredito que primeiramente a categoria precisa amadurecer o tema elencado, com dados de análise, a fim de nos posicionarmos. Esse tema não foi amplamente debatido/analísado. A categoria não pode simplesmente "criticar à guerra as drogas", desconsiderando o impacto de tudo isso na vida da população.
9. Luta Antipunitivista	É relevante, pois estamos a caminho da higienização, com a volta dos manicômios e a apoio do Estado as comunidades terapêuticas.
9. Luta Antipunitivista	Entendo os pontos 9.6 e 9.7 contemplam de melhor forma a luta antipunitivista como também a sua relevância.
9. Luta Antipunitivista	Essa temática é muito pertinente para o Conjunto tendo em vista que incide diretamente sobre o nosso cotidiano. Sugiro a junção dos pontos 9.1, 9.2 e 9.3 tendo em vista que ambos se complementam!
9. Luta Antipunitivista	Extremamente necessário

9. Luta Antipunitivista	Fundamental atribuir caráter legal a escolhas, direções e posturas que expressam direitos cíveis, no que se inscrevem o uso de SPA.
9. Luta Antipunitivista	Fundamental garantir essa pauta, e os debates que a perpassam, dado o resgate e reafirmação do conservadorismo que temos vivido. Adiciono a importância de aprofundarmos o debate sobre a criminologia critica, que sustenta muitas de nossas bandeiras, especialmente no que se refere ao entendimento do ser e das relações.
9. Luta Antipunitivista	Importante fortalecer e ampliar o conhecimento sobre os temas acima para não abrir espaço para retrocesso na categoria profissional.
9. Luta Antipunitivista	Importante que as ações sejam construídas com outros atores políticos. É preciso debater com a categoria.
9. Luta Antipunitivista	Isso não é preconceito. As drogas matam,o alcoolismo mata, o tabagismo mata, isso é fato incontestável.Talvez as coisas precisem ser analisadas de forma mais adequada e menos romântica.
9. Luta Antipunitivista	itens 9.5 e 9.6 tratam praticamente da mesma temática com detalhes, opino pela junção do texto.
9. Luta Antipunitivista	Muito importante essas ações e também fiscalizas as intervenções dos Assistente Sociais nas comunidades terapêuticas
9. Luta Antipunitivista	Neste momento político de retrocesso de conquistas nas políticas públicas faz-se necessário intensificar a defesa da política de redução de danos se contrapondo à posição punitiva, policiaesca e criminalizadora .
9. Luta Antipunitivista	o poder publico devera trabalhar mais políticas publicas
9. Luta Antipunitivista	opino pela redação do 9.6
9. Luta Antipunitivista	Os textos estão semelhantes. Seria possível transformá-los em um só?
9. Luta Antipunitivista	Pauta fundamental, mais que urgente travar ações de formação e intervenção contra o reacionarismo e guerras travadas pelos conservadores contra a temática.
9. Luta Antipunitivista	Pauta muito importante e estratégica. A educação popular é um instrumento para atingir as camadas mais vulneráveis, no processo de tomada de consciência crítica.
9. Luta Antipunitivista	penso que a proposta 9.4, 9.6 e a 9.7 são complementares. Não acho que deva ficar só nos marcos da categoria mas também não só de forma ampla. Ainda precisamos incidir sobre a categoria mas ao mesmo tempo colocar externamente a defesa das políticas antiproibicionistas, fazer crítica à guerra às drogas e na política de redução de danos ainda pouco divulgada, defender a legalização e regulamentação da produção, consumo e comercialização nos moldes dos países que já aderiram a essa política.
9. Luta Antipunitivista	Penso que aqui se faz necessário um esforço de unificação das propostas das regiões pois elas não são contrapostas
9. Luta Antipunitivista	Preciso de mais explanação para argumentar este tema.
9. Luta Antipunitivista	Primeiramente precisamos desconstruir a militarização que a sociedade ainda apoia , sem conhecer o processo de Ditadura que vivemos neste país . E que ainda tem suas sequelas numa sociedade que julga as pessoas pelo uso da droga.

9. Luta Antipunitivista	Proposta muito pertinente para garantir a "defesa intransigente dos direitos humanos" e "ampliação e consolidação da cidadania".
9. Luta Antipunitivista	Proposta relevante
9. Luta Antipunitivista	REGIÃO SUDESTE - DE SUMA IMPORTÂNCIA TENDO EM VISTA OS CRESCENTES ÍNDICES DE VIOLÊNCIA POLICIAL NO RIO DE JANEIRO.
9. Luta Antipunitivista	Relevância imediata
9. Luta Antipunitivista	Somente mudança de redação: colocar na política de redução de danos antes de na crítica à guerra as drogas! Somente pra não dar a entender que somos contra a política de redução de danos! Proposta de nova redação: Desenvolver ações, junto à categoria, de luta contra o preconceito ao uso das substâncias psicoativas, com ênfase no antiproibicionismo, na política de redução de danos e na crítica à guerra às drogas, defendendo a legalização e regulamentação estatal da produção, consumo e comercialização.
10. Mães usuárias de SPA	acho importante, mas não sei se é o momento de nos dedicarmos a esse trabalho. As propostas acima atendem de forma mais generalizada. Se tivermos fôlego, ok
10. Mães usuárias de SPA	Concordo plenamente
10. Mães usuárias de SPA	Certamente. Profissionais assistentes sociais que atendem a essa população precisam estar preparados/as pessoalmente e tecnicamente para fazer esse trabalho.
10. Mães usuárias de SPA	Esse levantamento deverá ser realizado pelo CRESS, proposta de fundamental importância
10. Mães usuárias de SPA	Esse levantamento vcs podem fazer junto a outros equipamentos que já fazem esse acompanhamento e coleta, lembram da questão da eficiência e eficácia na utilização dos recursos de anuidades pagas pelos profissionais? Aprendam a gerenciar esses recursos, estamos no meio de uma crise sanitária e econômica.
10. Mães usuárias de SPA	Extremamente necessário
10. Mães usuárias de SPA	Fundamental para formular acúmulo de conhecimento para qualificar a atuação profissional.
10. Mães usuárias de SPA	Importante fazer esse mapeamento para saber como tem sido o trabalho dos assistentes sociais com essas mães.
10. Mães usuárias de SPA	Juntamente com os profissionais que atuam nos Centros de referência especializado da assistência social, com pesquisas e dados efetivos destas mulheres
10. Mães usuárias de SPA	Muito plausível
10. Mães usuárias de SPA	O item 10 é uma prioridade no meu local de trabalho e está sendo refletido e discutido no âmbito hospitalar, tendo em vista o preconceito, e a violação de direitos da mãe e criança. É preciso construir notas técnicas a fim de possibilitar orientações éticas e técnicas que o assistente social precisa para os enfrentamentos travados no seu cotidiano profissional.
10. Mães usuárias de SPA	O profissional de Serviço Social necessita todo um cuidado e atenção à proteção e garantia de direitos, bem como acesso das mães usuária de substâncias psicoativas e em situação de rua.

10. Mães usuárias de SPA	Pensar em alternativas de acolhimento institucional temporário e que seja no município de residência da usuária, o que irá lhe garantir estar em um ambiente acolhedor. Essas alternativas teriam que ser pensadas em todos os municípios, não somente nos grandes centros.
10. Mães usuárias de SPA	Proposta muito pertinente para garantir a "defesa intransigente dos direitos humanos" e "ampliação e consolidação da cidadania".
10. Mães usuárias de SPA	Quais seriam as ações após este levantamento.
10. Mães usuárias de SPA	Realizar o levantamento em todos o país.
10. Mães usuárias de SPA	seria importante que o CRESS, ao menos uma vez por ano, deveria fiscalizar os CRAS, observar se o profissional Assistente Social foi contratado para atender a demanda específica, pois muitas vezes trabalha apenas o Psicólogo.
10. Mães usuárias de SPA	Sim com o objetivo de ajudar a essas mães...
10. Mães usuárias de SPA	Supressão
10. Mães usuárias de SPA	Uma população totalmente invisível no tocante a abrangência das políticas públicas de saúde, assistência social e de direitos humanos, Porque essa temática precisa ser vista e considerada como um problema de saúde pública.
11. Contra a Criminalização das mulheres	11.2 Manter e fazer interlocução, junto aos movimentos sociais. (5)
11. Contra a Criminalização das mulheres	11.2 Precisamos de discussões mais amplas sobre justiça reprodutiva para ampliá-la e as tentativas do governo de retirar os direitos conquistados
11. Contra a Criminalização das mulheres	Acredito que a 11.3 atendia mais amplamente, entretanto, após a revogação da portaria pela portaria 2282/2020, penso que tem de ser concomitante a luta pela revogação dessa última portaria e debates sobre a norma anterior.
11. Contra a Criminalização das mulheres	Alguém já esteve com uma abortada após 10 anos do fato ter sido consumado? eu já atendi várias. O Conselho Federal de Serviço Social deveria priorizar a questão dos métodos contraceptivos, medidas de proteção contra DST. Nenhuma mulher no Brasil é presa por praticar aborto, mas certamente será uma sobrevivente desse ato traumático. Incentivar o aborto alheio não é função de profissionais da saúde e do bem estar bio-psico-social-espiritual (todos chamam por Deus quando estão desesperados independentemente de professarem religiões, não é verdade?)
11. Contra a Criminalização das mulheres	Bom
11. Contra a Criminalização das mulheres	Com certeza
11. Contra a Criminalização das mulheres	Concordo...
11. Contra a Criminalização das mulheres	Criar espaços de discussão com a categoria sobre as legislações que aparam as mulheres, não incitar julgamentos enquanto profissional; como rodas de conversas e até mesmo material como textos produzidos pelas feministas

11. Contra a Criminalização das mulheres	crime contra a mulher e violência domestica é um absurdo. Sou contra o aborto a não ser que seja impossível da concepção como no caso da criança de 10 anos. Precisa-se trabalhar mais com prevenção.
11. Contra a Criminalização das mulheres	É relevante, para garantir o direito ao aborto já definido por lei, que está correndo risco de alterações e ampliar este direito da mulher
11. Contra a Criminalização das mulheres	Entendo que 11.2 contempla de melhor forma a luta contra a criminalização das mulheres.
11. Contra a Criminalização das mulheres	Essencial que haja debates com a categoria sobre um tema tão controverso em que muitas profissionais deixam suas crenças pessoais interferirem em seu atendimento.
11. Contra a Criminalização das mulheres	Extrema relevância.
11. Contra a Criminalização das mulheres	Extremamente necessário (2)
11. Contra a Criminalização das mulheres	Fundamental combater todas as formas de dominação do corpo e da consciência das mulheres, INCLUSIVE no âmbito da própria categoria profissional.
11. Contra a Criminalização das mulheres	Importante da articulação e visibilidade de toda ação sobre esse tema ainda tão explorado pela mídia e por instituições confessionais tendo como lastro preconceito e machismo.
11. Contra a Criminalização das mulheres	Importante esta luta, penso que o item 11.2 esteja mais completo.
11. Contra a Criminalização das mulheres	Infelizmente ainda nos deparamos com regiões bastante populosas em que os hospitais existentes não realizam o aborto legal, alegando conflito por serem instituições religiosas, ex. santas casas. Apesar de serem hospitais conveniados com o SUS negam este atendimento. Tal fato submete as mulheres vitimas de violência sexual a uma verdadeira peregrinação para ter seu direito garantido.
11. Contra a Criminalização das mulheres	Já existe lei legalizando o aborto, o que não podemos é apoiar o aborto indiscriminado como se fosse um método contraceptivo e de planificação familiar. Além disso, sequer deveríamos estar sugerindo isso a categoria, pois é de fundo pessoal, tem pessoas que apoiam aborto indiscriminado, enquanto outras não, de algum modo vcs tentam uniformizar pensamento sem levar em consideração aspectos subjetivos, morais e éticos dos profissionais.
11. Contra a Criminalização das mulheres	Manter a redação 11.2
11. Contra a Criminalização das mulheres	Manter e fazer interlocução junto aos movimentos sociais.
11. Contra a Criminalização das mulheres	Manter. Focar no debate intersetorial com a saúde e aos movimentos sociais que defendem essa matéria.
11. Contra a Criminalização das mulheres	Necessariamente fundamental para pautar tanto profissionalmente quanto em nível de sociedade. Quanto mais camada da social envolvida, mais ênfase e embasamento científico/técnico, mais se discriminaliza as questões do direito reprodutivo/aborto.

11. Contra a Criminalização das mulheres	Precisamos ter outro olhar sobre as lutas que atravessam as mulheres
11. Contra a Criminalização das mulheres	Proposta relevante (2)
11. Contra a Criminalização das mulheres	REGIÃO SUDESTE: TEMÁTICA RELEVANTE POIS ATUO EM UM SERVIÇO ESPECÍFICO PARA SAÚDE DA MULHER.
11. Contra a Criminalização das mulheres	Sempre realizar essa discussão e ações mais eficazes.
11. Contra a Criminalização das mulheres	Seria interessante abordar situações vivenciadas pelas mulheres com deficiência dentro deste eixo também.
11. Contra a Criminalização das mulheres	Sou a favor de debates, porém deveríamos ter documentos legais para atuação.
11. Contra a Criminalização das mulheres	Sou contra
11. Contra a Criminalização das mulheres	Sugiro a unificação das propostas 2 e 3
11. Contra a Criminalização das mulheres	Sugiro alteração no texto, conforme segue: Promover debates e reflexões com a categoria profissional sobre justiça reprodutiva, relações de gênero e violência contra as mulheres cisgênero heterossexuais, lésbicas ou bissexuais, mulheres transexuais, travestis, e os homens transexuais, igualmente vítimas do machismo, fruto do patriarcado histórico, a fim de fortalecer os movimentos sociais feministas, movimento de mulheres lésbicas, movimentos de mulheres transexuais, de travestis e de homens transexuais e as Frentes Contra a Criminalização das Mulheres, dos corpos que engravidam, pela Legalização do Aborto, em defesa do parto humanizado e da realização, via SUS, dos procedimentos que envolvem o processo transexualizador, sempre que possível. Justificativa: se a pauta é o combate ao machismo, fruto do patriarcado, e suas expressões, deve-se incluir nesta categoria todas as identidade de gênero que subvertem ou que supostamente ameaçam a masculinidade/virilidade cisheterossexista (2)
11. Contra a Criminalização das mulheres	Sugiro que façam uma pesquisa com a categoria profissional sobre a opinião acerca da "Legalização do Aborto, sempre que possível".
11. Contra a Criminalização das mulheres	Temas relevantes que perpassam nosso cotidiano de trabalho e precisam ser melhor disseminados.
11. Contra a Criminalização das mulheres	Tirar da responsabilidade dos médicos o registro na delegacia para o aborto legal. Que fará com que muitos médicos negue o direito do aborto legal as vítimas de violência.

11. Contra a Criminalização das mulheres	Trabalhar com maior intensidade essa bandeira de luta se não podemos mudar essa realidade podemos ajudar dar uma fraca. Se engajando nas Campanhas. Eu já estou engajado na Campanha Nacional Sinal Vermelho e na Campanha dos Ônibus Lilás que leva orientação para as mulheres das Águas Ruais, Índias e Quilombolas no combate a violência contra a Mulheres
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	As ações devem ser voltadas para todas as mulheres, inclusive para aquelas que não se identificam com o Movimento Feminista. Mulher é mulher independente de movimento social. Além disso não adianta só discutir, o AS precisa aprender a acolher as mulheres em suas demandas com escuta direcionada e qualificada, mediar conflitos, processar e interpretar aspectos subjetivos das mulheres atendidas, porém vcs restringem e proíbem a atuação nesse sentido, ou seja, trabalho psicossocial inexistente pelo Assistente Social e ficamos no velho espiral, discutindo e sem saber interpretar ou acolher as questões subjetivas das mulheres, reduzindo nossa ação a meras discussões e encaminhamentos. O Serviço Social precisa evoluir e acompanhar a formação mundial proposta pela FITS, que por sinal, o conjunto ignora.
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	As proposições da 12.1 e 12.4 se complementam
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	Concordo
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	É algo brutal,sem dúvida alguma.As mulheres precisam ser empoderadas através de técnicas de defesa pessoal. Por que algumas mulheres só se relacionam com homens violentos? Vocês já refletiram a esse respeito?
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	É relevante esta pauta, como também considero que os profissionais devem ser capacitados para atender as mulheres vítimas de violência.
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	Embora a proposta 12.3 esteja minuciosa, penso que adequar junto co o final da por posta 12.4 no que se refere à realização de atividades com a categoria... complementa mais ainda.
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	Estudar alternativas em âmbito municipal para que a mulher vítima de violência. Uma sugestão seria alguma espécie semelhante á um aluguel social, o qual daria a possibilidade de em certo período de tempo esta mulher estar se organizando sem a presença do agressor.
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	Excelente
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	Extremamente necessário
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	Importante relacionar esta questão não apenas com exercício profissional, mas também com formação profissional e produção do conhecimento. Além disso, sempre pontuar sua imbricação indissociável com as relações de classe e raça/etnia.
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	Manter redação do 12.3

12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	Mulheres com Deficiência têm 3 vezes mais chances de sofrer violência doméstica, e esse número aumenta conforme outros marcadores sociais. Precisamos falar sobre isso!
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	No meu estado Mato Grosso do Sul temos Casa da Mulher Brasileira que atende as mulheres em situação de violência e que ainda não consegue atingir todas as mulheres . Precisamos de uma posição mas atuante das gestões municipais como a Criação das Coordenadorias de Políticas Públicas para as Mulheres , que conseguem atender as mulheres as de todas as raças, credos , as mulheres da floresta, do campo, as mulheres ciganas entre outras.
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	O conceito de gênero não traz consigo necessariamente uma compreensão sobre desigualdade, essa é umas das problemáticas apontadas por feministas materialistas, uma sugestão seria incluir nas redações relações patriarcais de gênero!
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	Partindo dos nossos órgãos representativos que muitas vezes nos deixam sozinhas -os nesse processo.
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	Por favor, não se esqueçam dos homens transexuais que igualmente são vítimas do machismo.
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	Relevante
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	seria importante trabalhar orientações junto a família, sensibilizando os esposos, da importância da mulher para sua família.
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	Sim...
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	Sugiro a unificação das propostas 3 e 4, mais completas.
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	Sugiro incluir neste item o debate acerca dos direitos previdenciários e saúde das mulheres e homens transexuais, por se tratar de uma demanda pouco discutida, uma vez que, após obterem sucesso no processo transexualizador e de retificação do registro civil, muitas pessoas transexuais, sobretudo os homens transexuais, encontram dificuldades no momento da aposentadoria, posto que lhes são atribuídos maior tempo em virtude da sua identidade de gênero masculina e não de suas condições biológicas. Em se tratando da saúde, há que se discutir o cuidado com a saúde do homem transexual que, mesmo com seu registro civil retificado, ou até mesmo procedimentos cirúrgicos realizados, continua necessitando de cuidados médicos especializados, como ginecologista. Penso que negar este cuidado ao homem transexual se configura enquanto violência de gênero.
12. Relações de Gênero e Violência contra as mulheres	Super importante, termos na pratica as relações de gênero e violência contra a mulher.
13. Comitê de Combate ao Racismo	"Incentivar" não é o termo adequado. O correto seria CRIAR!
13. Comitê de Combate ao Racismo	13.2 manter

13. Comitê de Combate ao Racismo	13.2 Manter e fortalecer e incentivar a criação de mais comitês de combate ao racismo, nas regiões que não possuem, ampliando o debate para os NUCRESS
13. Comitê de Combate ao Racismo	13.2 Manter, e incentivar a criação de comitês, nas regiões, onde não existem comitês
13. Comitê de Combate ao Racismo	A luta antirracista tem que fazer parte da atuação das/os Assistentes Sociais em todos os espaços sociocupacionais, pois, construir um novo projeto societário implica também em combater o racismo estrutural. No entanto, a categoria deveria ter uma formação sistemática sobre o tema e trabalharmos para que esse tema deva ser obrigatoriamente constar da grade curricular nas universidades e estudando durante todo o período do bacharelado.
13. Comitê de Combate ao Racismo	A proposta 13.3 está mais completa.
13. Comitê de Combate ao Racismo	A proposta 2 é sintética e a meu ver dá conta do eixo.
13. Comitê de Combate ao Racismo	Ampla divulgação e conscientização acerca do racismo, criando espaços em locais de atuação do assistente social.
13. Comitê de Combate ao Racismo	Considero importante o incentivo da criação de comitês/comissões de combate ao racismo nos Cress.
13. Comitê de Combate ao Racismo	De acordo. Assim, ampliar para outras camaradas da profissão.
13. Comitê de Combate ao Racismo	É muito importante neste momento em que estamos vivenciando onde o negro está sendo atacado de todas as formas, faz-se importante ter um comitê de Combate ao racismo.
13. Comitê de Combate ao Racismo	É necessário um empenho maior em relação ao Combate ao Racismo e uma completa orientação aos profissionais para tratarem com empatia esta demanda.
13. Comitê de Combate ao Racismo	Essa temática precisa ser problematização muito mais Esse silencio da sociedade, a ineficiência das políticas, a negligência dos direitos precisam ser combatidos.
13. Comitê de Combate ao Racismo	Esta proposta e muito importante, pois a campanha do conjunto foi fundamental para eu compreender e lutar no combate ao racismo
13. Comitê de Combate ao Racismo	Excelente
13. Comitê de Combate ao Racismo	Extrema relevância.
13. Comitê de Combate ao Racismo	Extremamente necessário
13. Comitê de Combate ao Racismo	fomentar ainda mais os debates sobre o tema. Estimular que os comitês existam em todas as seccionais.

Racismo	
13. Comitê de Combate ao Racismo	Fortalecimento ao combate ao Racismo se faz necessário em todas suas formas.
13. Comitê de Combate ao Racismo	Grande necessidade de ações neste coletivo
13. Comitê de Combate ao Racismo	importante
13. Comitê de Combate ao Racismo	Importante continuidade e visibilidade das ações da Campanha de gestão Assistente Social no Combate ao Racismo. Articulação com as demandas do Movimento Negro
13. Comitê de Combate ao Racismo	Manter redação da 13.2
13. Comitê de Combate ao Racismo	Muito importante que após uma campanha contra o racismo seja criada um comitê de combate ao racismo.
13. Comitê de Combate ao Racismo	O racismo é algo brutal, porém existente tanto quanto a homofobia. Empoderar o negro, elevar a sua auto estima, capacitar assistentes sociais para trabalharem com a constituição subjetiva do sujeito.
13. Comitê de Combate ao Racismo	Por que não basta não ser racista, temos que ser antirracista
13. Comitê de Combate ao Racismo	precisamos discutir com os profissionais nossas raízes e como atender a população de forma igualitária.
13. Comitê de Combate ao Racismo	Proposta 13.3 está mais completa. De acordo.
13. Comitê de Combate ao Racismo	Proposta maravilhosa. Mas precisamos de um comitê contra o Capacitismo também!
13. Comitê de Combate ao Racismo	REGIÃO SUDESTE: TENHO MUITO INTERESSE NO CONTEÚDO DOS COMITÊS E COMISSÕES DE COMBATE AO RACISMO.
13. Comitê de Combate ao Racismo	Relevante
13. Comitê de Combate ao Racismo	Sim, só vai fortalecer as ações
13. Comitê de Combate ao Racismo	Sim...
13. Comitê de Combate ao Racismo	Tema extremamente relevante, que precisa estar presente em todos os espaço sociocupacionais. Não devemos nos esquecer que o racismo atravessa todas as relações.

13. Comitê de Combate ao Racismo	TEMA QUE AINDA REQUER A DISCUSSÃO POR TODAS AS REGIÕES DO PAÍS.A CONSTRUÇÃO DE AÇÕES PELO CONJUNTO CFESS/CRESS É DE RELEVANCIA POR POSSIBILITAR O ALCANCE DE ASSISTENTES SOCIAIS DO PAÍS.
13. Comitê de Combate ao Racismo	Urge que Conjunto CFESS/Cress possibilite cursos ,seminários,fóruns e lives com a temática ao combate ao racismo tanto presencial como online. A temática deve trazer toda a história da construção do racismo estrutural em nosso país que foi o último a abolir a escravidão.
14. Quesito raça-cor	!4.1Fundamental a Construção de parâmetros ou de reflexões para a atuação profissional
14. Quesito raça-cor	A coleta dessas informações será importante para um perfil de usuários.
14. Quesito raça-cor	Acredito que em existindo legislação específica antirracista, os Assistentes Sociais sabem seu papel nas ações de enfrentamento, sendo desnecessário comprometer recursos, quanto a questão da coleta qualificada do quesito raça cor, é necessário especificar qual seria o sentido, pois já temos órgãos que fazem essa coleta através do senso demográfico.
14. Quesito raça-cor	Altamente relevante diante da necessidade de se incorporar os acúmulos da campanha "assistentes sociais no combate ao racismo" de forma permanente
14. Quesito raça-cor	De uma forma geral considero importante esse debate, pois penso que embora alguns instrumentos já tenham por força de determinação, o uso/preenchimento acho ainda desqualificado.
14. Quesito raça-cor	Entendo importante o debate sobre a coleta qualificada do quesito raça cor para uma atuação profissional antirracista, já que até hoje muitos profissionais não entendem a sua importante e não coletam este dado e/ou não fazem um debate crítico sobre estes dados quando coletados.
14. Quesito raça-cor	Excelente
14. Quesito raça-cor	EXTREMA RELEVÂNCIA, POIS, ATÉ O PRESENTE MOMENTO, MESMO COM A CAMPANHA DA ÚLTIMA GESTÃO DIRECIONADA PARA O COMBATE AO RACISMO, SINTO FALTA DE DOCUMENTOS NO MODELO DE PARÂMETROS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL, ASSIM COMO, COMO A INSERÇÃO DO QUESITO RAÇA/COR NOS ATENDIMENTOS/DOCUMENTOS, POIS, ATÉ ANO PASSADO EM UM DOS LOCAIS QUE TRABALHO, DISCUTIA-SE SE DEVERIA SER COLOCADO OU NÃO.
14. Quesito raça-cor	Extrema relevância.
14. Quesito raça-cor	Extremamente necessário
14. Quesito raça-cor	Extremamente necessário. Passou da hora de não contar em nossos registros dos relatos uma vez que a mulher pobre atendida ou o trabalhador informal tem raça/cor: Negra/Preta!
14. Quesito raça-cor	Importante para qualificar atuação, estudos e conhecer público usuário.
14. Quesito raça-cor	Incluir nos instrumentos de trabalho o quesito raça cor auto declarado já pode fazer uma diferença .
14. Quesito raça-cor	Manter e dar a devolutiva de pesquisa dos profissionais pretos e partos.
14. Quesito raça-cor	Manter e realizar pesquisa junto a categoria e fazer a devolutiva do resultado e seus estudos e encaminhamentos. (6)
14. Quesito raça-cor	muito bom!
14. Quesito raça-cor	Muito importante aprimorar/atualizar o conhecimento sobre questão raça/cor.
14. Quesito raça-cor	Necessitamos muito realizar debates,oficinas,campanhas a respeito dessa prática que vem acentuando na nossa categoria.

14. Quesito raça-cor	Relevante, necessário, urgente.
14. Quesito raça-cor	Relevante. A defesa pela coleta de dados do quesito raça/cor ainda causa estranhamento nas instituições. Precisamos falar mais sobre a importância desse dado para uma atuação antirracista
14. Quesito raça-cor	Sem a coleta qualificada, não é possível estabelecer estratégias de enfrentamento ao racismo institucional.
14. Quesito raça-cor	Sim...
14. Quesito raça-cor	super importante.
14. Quesito raça-cor	Supressão
14. Quesito raça-cor	tema importante, já que muitas vezes o próprio negro é racista
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	15.3 e 15.4 Manter e fortalecer e incentivar a criação de mais comitês de combate ao racismo ampliando para os NUCRESS (4)
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	15.3 Manter
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	a proposta 15.4 atende mais ao conjunto da categoria e realidade atual.
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	Altamente relevante, especialmente o item 15.3
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	Ampliar as ações envolvendo os movimentos sociais
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	Considero importante a luta no Combate ao Racismo Institucional e Religioso, entretanto não entendo que estas ações deve ser restringir "por meio de peças de comunicação digital" conforme o 15.2.
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	Defesa da liberdade religiosa e não abertura para retrocessos na categoria.
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	é preciso união para que o AS tenha êxito frente a esta demanda
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	é relevante, pois vivemos um racismo velado, que mata e discrimina os negros.
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	Em todas essas comunidades deveriam existir assistentes sociais capacitados para atuarem junto a essas populações.
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	Excelente
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	Extrema relevância.
15. Combate ao Racismo	Extremamente necessário

Institucional e Religioso	
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	Fundamental que haja ações de combate ao racismo religioso, visto a atuação de assistentes sociais que acaba por subsidiar decisões de perda de guarda, afastamento da criança levando em conta somente a religião professada por seu responsável.
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	Manter e incentivar o surgimento de comitês de combate ao racismo utilizando os espaços de NUCRESS como espaço de luta da categoria para incidir nessa pauta.
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	O racismo institucional está impregnado nas políticas públicas. O acesso se dá de forma desigual e o atendimento idem. O assistente social pode fazer toda a diferença no enfrentamento destas expressões de racismo institucional e religioso. Garantir o direito universal sem discriminação e o estado laico é indispensável.
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	Penso que se pode construir uma proposta única, pois não há contraposição entre as formulações, mas um enriquecimento.
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	Proposta relevante, necessário debate constante sobre práticas antirracistas dentro da categoria.
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	Sim...
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	Sou a favor dessa ação, desde que o enfrentamento ao racismo religioso se estenda para todos os credos, pois se sabe que o conjunto tem verdadeiro ranço com profissionais que são cristãos e conservadores.
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	Sugiro alteração do texto: Realizar ações de Combate às expressões do racismo estrutural e suas diversas manifestações no âmbito institucional, religioso e ambiental considerando as violências e violações de direitos que acometem crianças, adolescentes e juventude negra, mulheres negras, idosos/as, populações quilombolas, indígenas, ciganas, refugiados/as, população em situação de rua, povos tradicionais de matrizes africanas e comunidades periféricas que perpassam os espaços sócio ocupacionais.
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	Sugiro alteração do texto: Realizar ações de Combate às expressões do racismo estrutural e suas diversas manifestações no âmbito institucional, religioso e ambiental considerando as violências e violações de direitos que acometem crianças, adolescentes e juventude negra, mulheres negras, idosos/as, populações quilombolas, indígenas, ciganas, refugiados/as, população em situação de rua, povos tradicionais de matrizes africanas e comunidades periféricas que perpassam os espaços sócio ocupacionais.
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	Supressão
15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso	tema importante, pois o racismo está visivelmente inserido na sociedade. O respeito é fundamental
16. Interculturalidade	debater e colocar em prática
16. Interculturalidade	É hora de agir. Debates não capacitam assistentes sociais e se o/a assistente social não tiver as ferramentas adequadas para as suas áreas, os debates e mais debates não serão suficientes para o cotidiano do/a profissional.
16. Interculturalidade	Está ligada com a população migratória, muito presente nos equipamentos sociais, espaços de atuação
16. Interculturalidade	Excelente (2)

16. Interculturalidade	Extrema relevância.
16. Interculturalidade	Extremamente necessário
16. Interculturalidade	Manter e aproximar dos movimentos sociais. (6)
16. Interculturalidade	Manter.
16. Interculturalidade	Penso que é um tema transversal e pode ser adequado às atividades do conjunto.
16. Interculturalidade	Sim...
16. Interculturalidade	Supressão
17. Povos Originários	!7.1Fundamental diante do genocídio destas populações
17. Povos Originários	Ações que possam ser de efetivação concreta.
17. Povos Originários	debate de extrema importância.
17. Povos Originários	é relevante e devemos ser capacitados para atuar junto as comunidades tradicionais
17. Povos Originários	Em primeiro lugar os povos indígenas devem ter os seus desejos e as suas tradições respeitadas e acolhidas.Eles são detentores desse saber, portanto devem ser escutados e acolhidos.
17. Povos Originários	Entendo ser importante ações e debates sobre a defesa dos povos originários.
17. Povos Originários	Excelente
17. Povos Originários	Extrema relevância.
17. Povos Originários	Extremamente necessário
17. Povos Originários	importante
17. Povos Originários	Importantíssimo nos debruçar sobre este tema, agregando profissionais pertencentes destes povos.
17. Povos Originários	Lives,fóruns e cursos e depoimentos de representantes de quilombos e povos originários realizados pelo conjunto de forma presencial e tb online . As Comissões de Direitos Humanos podem propor ações conjuntas e fazer debates ,discussões para a categoria por meio das mídias
17. Povos Originários	Manter e dar visibilidade a esses coletivo/movimento/comunidades... (7)
17. Povos Originários	Manter. Relevante
17. Povos Originários	Na vdd já é uma política antiga que a categoria defende, mas não discordo.
17. Povos Originários	O cenário político atual tem explicitado as violações dos direitos desses povos. Em relação às etnias ciganas é fundamental a defesa por políticas públicas que atendam às peculiaridades desse povo, com acampamentos existentes em cerca de 21 estados brasileiros, sobretudo na Educação. Crianças e adolescentes originárias dessas etnias ainda sofrem com estigmas e não reconhecimento da cultura.
17. Povos Originários	o CRESS deverá encampar luta em defesa dos indígenas
17. Povos Originários	Sim...
17. Povos Originários	Temos muito o que discutir e colocar que esta pauta está em nosso Código de ética que nos reforça cada vez mais , atuar nesta defesa , conhecer nosso povo , a cultura as suas mazelas que o povo branco , se nega a aceitar ,mas coloca o preconceito a frente das decisões e resoluções para com esta população.

18. Laicidade do Estado	18.2 universalidade das políticas públicas, destaque política de Educação.
18. Laicidade do Estado	18.3 Manter esse debate e propiciar autocrítica dentro do próprio conjunto CFESS/CRESS sobre o tema. (5)
18. Laicidade do Estado	A proposta do Sudeste está mais completa
18. Laicidade do Estado	A supremacia das religiões evangélicas nas instituições estatais é crescente e tem dado o tom nas decisões políticas. Ao mesmo tempo assistimos às constantes violações daqueles que professam outras religiões, em especial as de matriz africana. Estratégias para a defesa da laicidade do Estado representam a defesa da população usuária dos nossos serviços e o respeito à cultura negra, indígena, cigana, entre outras. Doutrinas das religiões classificadas como evangélicas são disseminadas em escolas, serviços de acolhimento e unidades de privação de liberdade. No caso dessas últimas, os representantes religiosos têm sido essenciais na oferta de recursos materiais em substituição ao poder público. O Serviço Social está presente nesses espaços, de modo que precisamos pensar em ações coletivas para denunciar essa prática e sua naturalização. Nas instituições de restrição e privação de liberdade o direito à assistência religiosa tem sido deturpado para a prática de evangelização.
18. Laicidade do Estado	Bom
18. Laicidade do Estado	Cada cidadão tem o direito de professar a sua fé no ambiente adequado. Muitas e muitas assistentes sociais por falta de capacitação para trabalhar com indivíduos e grupos, encaminham-nos para as religiões. Serviço Social é profissão e a fé de cada sujeito deve ser respeitada.
18. Laicidade do Estado	Concordo com as propostas 18.1 e 18.3
18. Laicidade do Estado	Entendo que o ponto 18.3 contempla de melhor forma a relevância deste tema.
18. Laicidade do Estado	Essa discussão precisa partir de exemplos concretos do nosso agir profissional.
18. Laicidade do Estado	Extrema relevância.
18. Laicidade do Estado	Extremamente necessário
18. Laicidade do Estado	importante
18. Laicidade do Estado	Mais do que nunca cabe as profissionais reconhecer e atender ao princípio da laicidade no exercício cotidiano, sem tampouco incidir em atitudes discriminatórias frente as diversas crenças da população
18. Laicidade do Estado	Manter esse debate e propiciar a autocrítica no conjunto cfess/cress sobre o tema.
18. Laicidade do Estado	Manter esse debate e propiciar autocrítica dentro do próprio conjunto CFESS/CRESS sobre o tema. Afinal defendemos laicidade mas ha muitas artes gráficas fazendo alusão a religiões de matrizes africanas.
18. Laicidade do Estado	Manter redação 18.3
18. Laicidade do Estado	Não apoio essa ação, pois mascara a intencionalidade do conjunto de restringir os direitos individuais dos profissionais de exercerem sua fé. Se há algum profissional usando mecanismos religiosos em ações concretas, são casos isolados. Para defender a laicidade do Estado e a liberdade religiosa vcs teriam que começar mudando as posturas quando colocam pautas na agenda de lutas que ferem os princípios e valores morais e cristãos de muitos profissionais. Cada profissional é um ser humano e seus aspectos subjetivos devem ser respeitados, isso inclui quem é conservador, mais de 60% da população é cristã e conservadora, se vcs não observarem essas questões ao imporem uniformização de pensamento como se as pessoas fossem 24 h do dia profissional, vão acabar perdendo mais adeptos dia após dia.
18. Laicidade do Estado	Num momento em que Estado está cada vez menos laico é imprescindível pautar este tema no debate do conjunto CFESS/CRESS.
18. Laicidade do Estado	o tema da laicidade e o caráter laico da profissão é de fundamental importância, cujo tema, o CRESS assumirá a defesa.

18. Laicidade do Estado	Penso que as propostas 18.1 e a 18.3 se adequam e deve haver debates sim, elaboração de material, divulgação ampla entre a categoria.
18. Laicidade do Estado	Promover o debate principalmente nas universidades presenciais e a distância, devido o aumento expressivo de profissionais ligados a religião e que não seguem o código de ética profissional
18. Laicidade do Estado	Propostas relevantes.
18. Laicidade do Estado	Relevante
18. Laicidade do Estado	Sim...
18. Laicidade do Estado	Todas as propostas do item 18 são fundamentais diante do avanço do conservadorismo no interior da profissão.
19. Luta contra Preconceitos	A melhor luta é a capacitação pessoal e técnica do e da assistente social, para atender as demandas múltiplas e complexas.
19. Luta contra Preconceitos	Ação importante para a região
19. Luta contra Preconceitos	Acredito que esta proposta está diluída entre as demais anteriores. Desnecessária esta proposta.
19. Luta contra Preconceitos	CRESS Fortalecer a articulação com entidades e movimentos sociais e populares na defesa dos direitos humanos; Apoiar e construir ações junto aos movimentos sociais e populares, no combate a xenofobia, ao racismo, ao sexismo, a lgbtqi+fobia, e a todas as formas de violência, preconceito e discriminação; Apoiar as lutas da população indígena, das mulheres, quilombolas, ribeirinhos, sem terras, sem tetos, pessoas com deficiência, pessoa idosa, população em situação de rua, dentre todos os excluídos do sistema; Implementar a realização do Curso Ética em Movimento na perspectiva de intensificar a aproximação da categoria profissional com o projeto ético-político; Fortalecer a organização profissional e política das/os assistentes sociais para o enfrentamento de situações de violação de direitos, que dizem respeito ao trabalho; Implantar "Observatório de Direitos" para identificação da luta contra violações de direitos no exercício profissional
19. Luta contra Preconceitos	Entendo que este tema já está implícito nos pontos anteriores, não sendo necessário criar um ponto específico para a luta contra o preconceito.
19. Luta contra Preconceitos	Excelente
19. Luta contra Preconceitos	Extremamente necessário
19. Luta contra Preconceitos	Fundamental, mas apareceu em diversas outras pautas já detalhadas aqui.
19. Luta contra Preconceitos	muito importante, só é preciso colocar em prática.
19. Luta contra Preconceitos	Não está repetitivo em relação às propostas anteriores?
19. Luta contra Preconceitos	O texto está muito confuso e sugiro reformulação. Intensificar, por meio de debates com a categoria e criação de peças de divulgação (cartazes virtuais, frases de impacto, campanhas publicitárias etc.), nosso posicionamento contrário à todas as formas de discriminação, tais como a discriminação de classe, de gênero, étnico-racial, de orientação sexual e de identidade de gênero, religiosa, geracional e de condição/constituição física e mental, apoiando e fortalecendo as lutas que combatem todas as formas de opressão
19. Luta contra Preconceitos	Perfeito engloba tudo
19. Luta contra Preconceitos	Supressão. Já esta contemplado nos princípios do Código de ética
20. Código Processual Disciplinar	Agilizar a revisão (7)

20. Código Disciplinar	Processual	Excelente
20. Código Disciplinar	Processual	Extrema relevância.
20. Código Disciplinar	Processual	Extremamente necessário
20. Código Disciplinar	Processual	importante
20. Código Disciplinar	Processual	Manter. Relevante
20. Código Disciplinar	Processual	Muito bom.
20. Código Disciplinar	Processual	Muito importante, principalmente sobre o anonimato de denúncias sobre práticas que ferem o Código de Ética por profissionais de Serviço Social que ocupam cargo de chefia. Ainda é muito presente a perseguição aos funcionários subordinados.
20. Código Disciplinar	Processual	Penso que deva haver a discussão, porém como as ações são feitas pelas comissões integradas por assistentes sociais de base que tentam se organizar nos seus horários livres, não sei se a mudança dos prazos será um tiro no pé dos conselhos na fase processual.
20. Código Disciplinar	Processual	Principalmente em relação a formação as comissões de instrução que devem ser diferentes para cada processo, o trabalho não é de deixa aí exclusiva, o que acaba deixando o processo por muito tempo parado.
20. Código Disciplinar	Processual	Relevante
20. Código Disciplinar	Processual	Sim. Esse código assim como a lei de regulamentação precisam ser revistos.O CFESS deveria seguir as normas da FITS,defender o empoderamento técnico-científico do/a assistente social e parar de entregar os nossos espaços de bandeja para outras profissões.Talvez os próprios/as colegas do CFESS estejam precisando reciclar o posicionamento opressivo e autoritário . As decisões são tomadas por poucos/as "em nome da categoria".
21. Desagravo Público		Acredito que é um tema a ser divulgado, porém tenho ressalvas com um tanto de ações que a categoria também de saber que são feitas com o suporte da base. Muitos profissionais nem sabem que os conselheiros não são liberados de seus trabalhos e nem ganham financeiramente para o desenvolvimento das ações. Isso sim seria importante divulgar.
21. Desagravo Público		Excelente
21. Desagravo Público		Extrema relevância.
21. Desagravo Público		Extremamente necessário
21. Desagravo Público		Fundamental discussão Sugestão a ABEPs de inclusão do tema na disciplina de ética profissional
21. Desagravo Público		Importante aprimorar a resolução com as mudanças ocorridas, para isto se faz primordial estudos sobre.
21. Desagravo Público		Isso já está decidido.O/a assistente social tem direito ao desagravo público desde quando tenha a sua honra profissional atingida.

21. Desagravo Público	Manter (8)
21. Desagravo Público	Manter. relevante
21. Desagravo Público	Para haver uma maior apropriação em relação ao tema
21. Desagravo Público	Realizar na pratica após debates e reflexões.
21. Desagravo Público	Relevante (2)
21. Desagravo Público	uma garantia para o profissional.
22. Capacitação das CPE's	As infrações éticas precisam ser revistas urgentemente.O CFESS tem por obrigação seguir a Constituição Federal. As resoluções tomadas pelo Conjunto são verdadeiros tiros nos pés.Cito a famosa 569/10, A inserção de assistentes sociais em Práticas Integrativas e Complementares no âmbito da saúde/SUS dentre outras, chegam a ser repugnantes.Vocês nunca chamaram assistentes sociais preparados para essas funções para opinarem.
22. Capacitação das CPE's	capacitação é importante
22. Capacitação das CPE's	Capacitações serão necessárias para crescimento profissional.
22. Capacitação das CPE's	essas propostas estão contempladas na oferta do curso ética em movimento, que é realizado pelo Cfess e multiplicado pelos regionais
22. Capacitação das CPE's	Excelente
22. Capacitação das CPE's	Extremamente necessário
22. Capacitação das CPE's	Manter redação 22.2
22. Capacitação das CPE's	Muito importante e deve ser uma prioridade, isso ajudaria a esclarecer as confusões que existem no âmbito da atuação/limite do CRESS
22. Capacitação das CPE's	penso que a proposta 22.1, 22.3 e 22.4 são complementares e necessárias.
22. Capacitação das CPE's	Relevante
22. Capacitação das CPE's	relevante a capacitação das comissões de fiscalização dos CRESS e demais profissionais também
22. Capacitação das CPE's	Urgente a discussão dos profissionais em banco de peritos. Onde se verifica que os mesmos profissionais que atendem as famílias nós serviços da assistência ou saúde, realizam avaliação pericial para o Judiciário.
23. Ética em Movimento	23.1 Manter de modo que seja multiplicado nas seccionais (5)
23. Ética em Movimento	A proposta 1 está mais completa.
23. Ética em Movimento	Ações importantes para a categoria.
23. Ética em Movimento	Altamente relevante 23.1
23. Ética em Movimento	Ampliar em que sentido?
23. Ética em Movimento	concordo com a ampliação. Mas penso que devemos propor que tipo de ampliação? Ofertar dois cursos por triênio, seria uma alternativa .
23. Ética em Movimento	Defender o serviço social com excelência, acompanhando os seus avanços a nível mundial.Entender que a profissão é ampla,a realidade oferece inúmeros desafios e o projeto político do CFESS oprime e empobrece a categoria.
23. Ética em Movimento	DESEJO PARTICIPAR DESTE CURSO NA REGIÃO SUDESTE, SOU RECÉM FORMADA.
23. Ética em Movimento	é relevante, mais do que nunca a ética deve ser lembrada
23. Ética em Movimento	Em 2013 tivemos esse curso em nossa região e foi muito proveitoso, haja visto que reuniu profissionais para a troca de experiências, além

	das matérias relacionadas ao curso em si.
23. Ética em Movimento	Excelente
23. Ética em Movimento	Extrema relevância.
23. Ética em Movimento	Extremamente necessário
23. Ética em Movimento	Manter de modo que seja multiplicado nas seccionais dando vez as bases. Afinal elas mantém os conselheiros do conjunto.
23. Ética em Movimento	Manter de modo que seja multiplicado nas seccionais.
23. Ética em Movimento	Manter redação 23.2
23. Ética em Movimento	Muito bacana e importante o curso Ética em Movimento para o profissional. Sempre precisamos atualizar das questões inerentes a profissão, resgatar conceitos que o cotidiano nos atropela.
23. Ética em Movimento	muito repetitivo, tem conteúdo acima que atende esse item
23. Ética em Movimento	Não concordo. O que já vem sendo feito é suficiente.
23. Ética em Movimento	Necessário.
23. Ética em Movimento	o Curso ética em Movimento deverá ser implementado na atual gestão do CRESS
23. Ética em Movimento	penso que as duas propostas podem ser aglutinadas e/ou não se excluem.
23. Ética em Movimento	Relevante
23. Ética em Movimento	Sim, é uma forma criativa e propositiva de retorno do investimento da anuidade para o aperfeiçoamento contínuo em Defesa da profissão.
23. Ética em Movimento	Tentar alcançar maior número de profissionais, e pensar em uma edição voltada para as/os agentes fiscais.
24. Centralidade da Ética	24.1 Manter porém, fazer o chamamento dos profissionais que foram aprovados em concurso público para atuarem como agentes fiscais nas seccionais. O número de agentes fiscais é incompatível com a realidade territorial da cidade assim como do número quantitativo de profissionais com CRESS ativo na cidade.
24. Centralidade da Ética	a centralidade da ética perpassa em todos os documentos, atos normativos, notas técnicas, CFess manifesta, campanhas publicitárias, tema da semana do/a assistente social, ou seja está presente no conjunto. Fortalecer a comissão de ética e direitos humanos, proposta 24.2 deve ser levada para plenária final
24. Centralidade da Ética	a primeira proposta é mais completa.
24. Centralidade da Ética	Ações importantes para a categoria.
24. Centralidade da Ética	Acredito que a proposta 24.1 atende melhor a categoria.
24. Centralidade da Ética	Altamente relevante 24.3
24. Centralidade da Ética	As 24.i e 24.2 poderiam se unificar
24. Centralidade da Ética	Assistente Social precisa de ampliação de campo de trabalho, diversidade de saberes e o conselho deveria seguir o exemplo dos demais conselhos de classe.
24. Centralidade da Ética	É imprescindível aprofundamento na Comissão Ampliada de Ética, como preconiza a PNF.
24. Centralidade da Ética	é relevante e necessário

24. Centralidade da Ética	Excelente
24. Centralidade da Ética	Extrema relevância.
24. Centralidade da Ética	Extremamente necessário
24. Centralidade da Ética	importante
24. Centralidade da Ética	Manter redação 24.1
24. Centralidade da Ética	outra importante bandeira de luta é a implantação do Serviço de Família Acolhedora no Brasil para Crianças e Adolescentes. Só no Brasil hoje temos mais de 30 Mil Crianças e Adolescentes acolhidos nos Serviços de Acolhimento Internacional, Só 1300 Crianças e Adolescentes na Família Acolhedora Precisa ser incentivado a implantação e acabar com abrigos de confinamentos.
24. Centralidade da Ética	Proposta relevante, tendo em vista que o debate sobre ética tem que ser cultivado no cotidiano profissional de forma permanente.
24. Centralidade da Ética	Relevante
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	25.2 Manter (6)
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	a proposta do sudeste é mais completa.
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Altamente relevante, em especial 25.1
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Analisar a possibilidade de participação de outros atores do sistema de Garantia de Direitos.
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	bastante relevante. Principalmente a proposta 25.1. Mudaria o ano de execução para 2021-2022
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	discordo da ideia de um seminário nacional, mas como já colocado em pauta, as duas propostas podem ser condensadas.
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Excelente
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Extrema relevância.
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Extremamente necessário
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	importante
25. Proteção Integral de	Incluir na Proteção... a questão do trabalho, aos nossos adolescentes...

Crianças e Adolescentes	
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Manter redação 25.2 (2)
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Marco legal
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Não concordo. Creio que seja atribuição dos órgãos públicos de defesa desses segmentos, pois já possuem dotações orçamentárias para essas matérias, lembrem que não temos prazo para o fim dessa pandemia e que recursos financeiros devem ser utilizados com equilíbrio e responsabilidade.
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Promovam cursos de capacitação e especializações. Tenham humildade e procurem assistentes sociais Mestres e Doutores nas diversas áreas, para ministrarem cursos.Seminários são paliativos.
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Proponho que todos os seminários nacionais sejam precedidos de seminários estaduais e de discussões nas seccionais.
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Proposta relevante, acho que seria interessante dentro deste Seminário Nacional propor o debate da saúde mental das crianças e adolescentes, tendo em vista que crianças que possuem transtornos e ou uso de SPAS sofrem cotidianamente exclusão e opressões.
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Relevante. A defesa de crianças e adolescentes, em especial o grupo que se encontram em instituições de acolhimento e de privação de liberdade - expressivamente formado por pretos e pardos, deve ser permanente.
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Sugestão: Realizar Seminário Nacional, com transmissão online
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Sugiro alteração no texto, conforme segue: Realizar Seminário Nacional sobre a condição de vida e opressões (racismo e suas diversas manifestações, LGBTfobia, violência do Estado e outros) da infância, adolescência e juventude, precedido de seminários estaduais.
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Sugiro alteração no texto, conforme segue: Realizar Seminário Nacional sobre direitos das crianças e adolescentes, precedido de seminários estaduais, com o objetivo de discutir e propor ações concretas que incidam sobre as condições de vida e violência étnico-racial, LGBTfóbica, religiosa, institucional e outras, deflagradas contra crianças e adolescentes, com especial atenção a atuação dos Conselhos Tutelares. Justificativa: temos assistido a ascensão nas gestões dos Conselhos Tutelares de figuras supostamente religiosas que expressam em sua atuação valores contrários aos que são exaltados no projeto ético-político do serviço social. Penso que discutir a atuação destes agentes e a ameaça que representam a atuação de assistentes sociais que atuam nestes espaços sócio-ocupacionais é urgente.
25. Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Tema super relevante, principalmente no Espírito Santo.
26. Seminário de Direitos Humanos	26.1 que seja de fácil participação de todos.
26. Seminário de Direitos Humanos	a proposta do seminário é relevante diante da conjuntura vivenciada no Brasil e no mundo. Voto na proposta 26.1. Caso seja aprovado os temas das outras propostas seriam incluídas.
26. Seminário de Direitos Humanos	Acho oportuno organizar no ano que vem o Seminário de Direitos Humanos até para avaliar como vamos sair dessa Pandemia e também como esta ficando a “Casa Comum” que é o planeta. Qual modelo de economia deve permanecerem, Como será a Justiça Social pós

	Pandemia,
26. Seminário de Direitos Humanos	Acredito que o tema da proposta 26.3 pode ser aglutinada na proposta 26.1
26. Seminário de Direitos Humanos	Concordo se o conjunto não for obrigado a dar contrapartida financeira, pois já existe dotação orçamentária dos órgãos representativos de direito dessas pautas.
26. Seminário de Direitos Humanos	Excelente
26. Seminário de Direitos Humanos	Extremamente necessário
26. Seminário de Direitos Humanos	Manter redação do 26.1
26. Seminário de Direitos Humanos	O crime deve ser julgado conforme a lei.Ninguém se conforma de ver um assassino de um ente querido usufruindo de um modo de vida ao qual não tem direito. As vítimas dos criminosos merecem respeito,basta que se coloquem no lugar das mesmas.
26. Seminário de Direitos Humanos	relevante
26. Seminário de Direitos Humanos	Sugiro realizarmos um Seminário sobre os temas "Estado, Democracia, Laicidade, Direitos Humanos e o Serviço Social", considerando a conjuntura de retrocessos promovidas pelos governos empossados.
27. Internação Compulsória	assunto importante
27. Internação Compulsória	Concordo, e pode ser aglutinada no debate sobre política de drogas colocada acima.
27. Internação Compulsória	é relevante diante das mudanças legais ocorridas na Política Nacional de Saúde Mental, devemos defender os direitos dos usuários, não culpá-los pelas mazelas sofridas pelos mesmos
27. Internação Compulsória	Esse assunto é bastante complexo: um dependente químico espancando os pais idosos, arrebatando a casa toda, precisa de tratamento.Nessa fase o sujeito é inabordável e antes que mate os seus familiares, deverá passar por uma curta internação na qual receberá tratamento especializado.Passando a fase aguda deverá ser encaminhado aos cuidados.
27. Internação Compulsória	Esta ação nos trará respaldos para as ações.
27. Internação Compulsória	Extremamente necessário
27. Internação Compulsória	Fundamental importância
27. Internação Compulsória	Incidência nos conselhos municipais e serviços da RAPS.
27. Internação Compulsória	Manter. Relevante
27. Internação Compulsória	Não esquecendo o apoio a família que acaba sendo penalizada
27. Internação Compulsória	Precisamos adentrar a Cracolândia SP, para então procuramos pautar este assunto. Precisamos de políticas públicas para este que ali estão suas famílias e seus vizinhos.

27. Internação Compulsória	Sou contra essa ação, pois sendo da saúde mental, muitos pacientes com dependência química ou em crise grave, não possuem condições psíquicas para convívio familiar sendo necessário a internação compulsória para estabilização. A segurança da família e do usuário deve ser priorizada.
28. Abolicionismo Penal	Discordo. Antes de se posicionar em relação ao Abolicionismo Penal é necessário um aprofundamento sobre o tema. O que a categoria profissional pensa sobre isso? Quais são as estratégias às prisões? Quais alternativas palpáveis justas e reais podemos propor ao problema do encarceramento? Como podemos resolver esse problema?
28. Abolicionismo Penal	Discordo. Onde já se viu sociedade sem prisões. Uma humanidade cheia de barbaridades como a nossa.
28. Abolicionismo Penal	Essa discussão já apareceu anteriormente. Não estaria repetindo?
28. Abolicionismo Penal	Extremamente necessário
28. Abolicionismo Penal	Isso é utopia."Sociedade sem prisões"...só se não existirem matadores em série, pedófilos, homicidas ritualistas dentre todas as outras misérias humanas.
28. Abolicionismo Penal	não entendi, acredito que quem deve, tem que pagar
28. Abolicionismo Penal	penso que esta proposta pode ser condensada com as discussões sobre drogas e o sistema prisional. Não acho que devemos construir ações exclusivas mas condensadas.
28. Abolicionismo Penal	Que após estes debates possa haver documentos que respalde a categoria.
28. Abolicionismo Penal	Sem comentários
28. Abolicionismo Penal	Sou contra. Abolicionismo penal não resolve o problema do judiciário e do sistema prisional. Essa ação é um tapa-buraco e que compromete a segurança pública da população.
28. Abolicionismo Penal	Supressão
29. Sistema Prisional	Concordo
29. Sistema Prisional	Concordo, que as penas sejam cumpridas com vistas às ressocializações, avaliadas caso a caso.
29. Sistema Prisional	depende do crime
29. Sistema Prisional	Deveria ser discutido ações de melhoria do sistema prisional e judiciário, As limitações nós já sabemos quais são.
29. Sistema Prisional	é relevante
29. Sistema Prisional	É um debate difícil de ser travado na atual conjuntura de governo que a cada dia nos quer oprimir mais ainda. Levantar esse debate nessa conjuntura de forma isolado não penso ser estratégico.
29. Sistema Prisional	Esta é uma proposta que parte do pressuposto que a "ausência/ineficácia" do sistema prisional deriva meramente de suas condições ambientais e/ou ausência de programas sociais, educacionais e afins em seu interior. É como se o sistema prisional pudesse ser reformado e/ou humanizado. Enquanto forma punitiva, as prisões existem em torno de 400 anos e desde a sua institucionalização ela emerge junto com a sua própria crítica e, por consequência, com a necessidade de reformas. Isso ocorre porque é ela própria desumana, degradante e cruel, pois necessita impor condições à pessoa privada de liberdade inferiores à superpopulação relativa. Esse é o princípio da menor elegibilidade. A proposta 28, que aborda o abolicionismo penal, é a melhor crítica, até o momento, acerca do sistema prisional. Não há o

	que se nutrir em relação às prisões que não seja seu próprio fim. Portanto, esta não deve ser a pauta do conjunto.
29. Sistema Prisional	Excelente
29. Sistema Prisional	Extremamente necessário
29. Sistema Prisional	outro política que temos que pensar pós pandemia. Na pandemia abrigados em Abrigos temporários e Centro Pop e depois jogamos nas ruas ou repensamos a nossa atuação bem como moradias coletivas em repúblicas ou outra forma humana e que devolva a cidadania e a inclusão social destas pessoas
29. Sistema Prisional	Supressão
30. População em Situação de Rua	A legislação existe, a política também. Podemos pensar na realização de um evento nacional/regional para fomentar o debate. Como consta na proposta 30.2
30. População em Situação de Rua	Ambas as propostas não são excludentes. Só penso que é dar continuidade a esse debate e defesa. Já temos feito essas discussões há anos.
30. População em Situação de Rua	Concordo
30. População em Situação de Rua	é relevante, respeitando o usuário e seus posicionamentos
30. População em Situação de Rua	Em primeiro lugar há a cultura do morador de rua e da mendicância.É importante o /a assistente social capacitado trabalhar com essa população.
30. População em Situação de Rua	Excelente e busca através das políticas públicas efetivar os trabalhos
30. População em Situação de Rua	Extremamente necessário
30. População em Situação de Rua	importante
30. População em Situação de Rua	IMPORTANTE DAR MAIOR VISIBILIDADE E DISCUTIR ESSA TEMÁTICA , UMA VEZ QUE O PAIS PASSA POR UMA CRISE SOCIAL E ECONOMICA E O AUMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA REQUER ATENÇÃO E AÇÕES INCLUSIVAS.
30. População em Situação de Rua	Não adianta apenas fomentar o debate e não propor, é se propor não acontece nada, a sociedade já cansou disso e os profissionais também.
30. População em Situação de Rua	O CRESS deverá implementar lutas e debates sobre a Política Nacional em Defesa da População em Situação de Rua
30. População em Situação de	propostas que se completam. Poderia unificar. Outro elemento é cruzar com a seguridade dado o papel da assistência social junto a esse

Rua	segmento.
30. População em Situação de Rua	Supressão
31. Migrantes, refugiados e apátridas	Ampliação do debate e defesa de políticas para migrantes, refugiados, apátridas e resgatados...
31. Migrantes, refugiados e apátridas	Bom
31. Migrantes, refugiados e apátridas	é relevante e num país que discrimina o negro, a mulher, o pobre, a pessoa com deficiência, imagina ser migrante, refugiado e apátridas.
31. Migrantes, refugiados e apátridas	Extremamente necessário
31. Migrantes, refugiados e apátridas	Importante e relevante temática q toma as diferentes regiões do país com ingresso de migrantes e refugiados. Importante lives ,fóruns p categoria na forma presencial e online
31. Migrantes, refugiados e apátridas	Manter. relevante
31. Migrantes, refugiados e apátridas	OS IMIGRANTES E REFUGIADOS AINDA SOFREM DISCRIMINAÇÃO, PRINCIPALMENTE DOS DE PAISES AFRICANOS E HAITI. FUNDAMENTAL O CONJUNTO INCENTIVAR A DISCUSSÃO DESSA TEMÁTICA.
31. Migrantes, refugiados e apátridas	relevante
31. Migrantes, refugiados e apátridas	Temos que agilizar a Regularização Fundiária e o REURB Social desta forma devolve dignidade as famílias
31. Migrantes, refugiados e apátridas	Trabalho muito importante com uma população fragilizada e impactada com o choque cultural.
32. Reforma Agrária e Urbana	é relevante, diante de termos neste país cada vez mais o acúmulo de capital na mãos de poucos.
32. Reforma Agrária e Urbana	Embora seja um tema antigo, a categoria precisa ainda da ampliação desse debate.
32. Reforma Agrária e Urbana	Excelente
32. Reforma Agrária e Urbana	Extremamente necessário
32. Reforma Agrária e Urbana	Manter. relevante
32. Reforma Agrária e Urbana	O serviço social não deveria interferir nos movimentos sociais.Os cidadãos envolvidos detêm esse saber.
32. Reforma Agrária e Urbana	pode se pensar em inclusão produtiva até com viés na economia solidaria
32. Reforma Agrária e Urbana	Se estiverem falando de MST sou a favor que sejam criminalizados, Não é invadindo propriedades que a reforma agrária vai decolar.
32. Reforma Agrária e Urbana	tema de extrema relevância, a reforma agrária é uma pauta que deve ser discutida com continuidade, bem como dar visibilidade aos movimentos sociais de luta pela terra.

32. Reforma Agrária e Urbana	tema importante, desde que não fiquem migrando de terra em terra
33. Direito à Alimentação	33.1. Ampliação do debate e da defesa do direito humano à alimentação adequada com vistas à implantação de políticas públicas que garantam a segurança alimentar e nutricional, respeitem a soberania e a cultura das populações e favoreçam a produção solidária e sustentável.
33. Direito à Alimentação	Cidades mais inteligentes inclusivas com acessibilidade
33. Direito à Alimentação	Considero importante, mas tenho dúvidas quanto a forma, pq é uma discussão que deveria já estar acumulada pela categoria.
33. Direito à Alimentação	é de extrema relevância.
33. Direito à Alimentação	é relevante, pois a fome bate na porta de muitos brasileiros, e a política de segurança alimentar deve ser difundida e divulgada
33. Direito à Alimentação	Essa ação já existe no âmbito das políticas de segurança alimentar.
33. Direito à Alimentação	Esta pauta tem que retornar para o debate da categoria com urgência!
33. Direito à Alimentação	Excelente
33. Direito à Alimentação	Extremamente necessário
33. Direito à Alimentação	importantíssimo, pois ainda temos muitas famílias carentes em vulnerabilidades social, principalmente no Norte e Nordeste
33. Direito à Alimentação	O debate, a luta... o serviço social não possui outras vertentes???
33. Direito à Alimentação	Proposta relevante e que deveria ser estendida e ser ponto de pauta obrigatória para todas as REGIÕES, inclusive neste momento em que o país retoma altos índices de fome e insegurança alimentar.
33. Direito à Alimentação	Supressão
34. Acessibilidade	34.2 Manter primando pela acessibilidade (5)
34. Acessibilidade	A proposta 34.2 é mais completa no que se refere quem terá a responsabilidade para impulsionar os debates.
34. Acessibilidade	Essa é uma temática que deve ser sempre aborda
34. Acessibilidade	Esse tema é de grande relevância, pois na sociedade que vivemos ainda há muita invisibilidade da pessoa com deficiência. Eu enquanto assistente social e pessoa com deficiência, apoio a iniciativa sobre essa temática, para se gerar um fortalecimento da categoria, em prol da luta dessa causa.
34. Acessibilidade	Excelente
34. Acessibilidade	Extrema relevância.
34. Acessibilidade	Extremamente necessário
34. Acessibilidade	Fundamental debate sobre o capacitismo, presente na categoria
34. Acessibilidade	importante
34. Acessibilidade	Manter primando a acessibilidade. (2)
34. Acessibilidade	Manter redação 34.2
34. Acessibilidade	O melhor debate seria:Qual a posição ocupada pelo serviço social na atualidade brasileira?O que o/a assistente social tem a oferecer? Estão esquecendo da decadência da profissão.

34. Acessibilidade	Pauta muito necessária e que carece de ser debatida
34. Acessibilidade	pensar também na implementação da Família Acolhedora para Idosos e Deficientes.
34. Acessibilidade	Perfeito!
34. Acessibilidade	Proposta relevante, temática ainda pouco discutida em espaços da categoria.
34. Acessibilidade	Relevante
34. Acessibilidade	Sugiro incluir no texto "Pessoas que vivem com doenças crônicas". Infelizmente, muitas doenças crônicas não são reconhecidas/consideradas incapacitantes pela previdência social e outros órgãos da saúde, embora tornem a vida mais difícil para quem por elas são acometidos.
34. Acessibilidade	tema que precisa ter continuidade nas discussões.
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	Manter (8)
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	A proposta 35.2 está mais completa e não exclui as demais.
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	A questão do idoso analiso ser pouco discutida em nosso âmbito e é um assunto que cada vez mais exige nossa atuação profissional. Faz-se necessário mais capacitações sobre o tema idosos.
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	Altamente relevante 35.2
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	Apoiar essa população abrindo campos de trabalho para assistentes sociais capacitados/as especializados/as.
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	Desenvolver ações em defesa da pessoa idosa e pessoas com deficiência em espaço com maior fluência desses sujeitos.
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	É importante desenvolver ações que estimulem a participação da pessoa idosa nos espaços democráticos.
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	é relevante, temos que nos preparar para atender os idosos
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	Excelente
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	Extrema relevância.
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	Extremamente necessário
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	Fomentar a discussão da LGBTfobia com a pessoa idosa.

35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	importante
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	Importante estudar sobre a pessoa idosa, para além de bpc
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	O AUMENTO DA LONGEVIDADE REQUER QUE ASSISTENTES SOCIAIS AMPLIEM O CONHECIMENTO SOBRE O TEMA. É PRECISO DISCUTIR E PROBLEMATIZAR O DIREITO À VIDA DIGNA PARA TODAS AS GERAÇÕES.
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	Ótima iniciativa, mas não me agrada colocar junto com as pessoas idosas.
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	Quando vcs pontuam questões geracionais, caem justamente na lógica da subjetividade, daí como trabalhar esse eixo se vcs ignoram a atuação do Assistente Social nesse sentido? Essa proposta tá mais pra conjecturas.
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	REGIÃO SUDESTE: ATUALMENTE NO MEU COTIDIANO DO TRABALHO ATUO COM MULHERES EM PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E OS IMPACTOS NA SAÚDE REPRODUTIVA, E NA SAÚDE DA MULHER.
35. Geração, Pessoa Idosa e com Deficiência	temas relevantes e atuais. Podem e devem ser realizados no âmbito dos CRESS.
36. Educação em Direitos Humanos	36.1 Fundamental essa proposta
36. Educação em Direitos Humanos	Bom
36. Educação em Direitos Humanos	Concordo, as soluções partem das ações profissionais bem sucedidas.
36. Educação em Direitos Humanos	Discordo da elaboração de um dicionário crítico. Já temos materiais bons sobre o assunto.
36. Educação em Direitos Humanos	Esse item tem sua relevância no sentido de fornecer subsídios técnico-operativo para a categoria de profissionais de Serviço Social operacionalizar suas práticas sociopedagógicas de forma ainda mais qualificada sobre os temas em questão, além de fomentar a elaboração de materiais temáticos específicos para cada um dos subtemas proposto no que tange a Educação em Direitos Humanos.
36. Educação em Direitos Humanos	Extremamente necessário
36. Educação em Direitos Humanos	relevante
36. Educação em Direitos Humanos	Supressão
37. TIC e o trabalho profissional	Desde quando não seja para cercear o/a assistente social, que esteja na linha de frente, trabalhando e dando a cara a tapa.

37. TIC e o trabalho profissional	Excelente
37. TIC e o trabalho profissional	Extremamente necessário
37. TIC e o trabalho profissional	importante debate e não considero as duas propostas excludentes.
37. TIC e o trabalho profissional	Manter redação 37.2
37. TIC e o trabalho profissional	Muito bom!
37. TIC e o trabalho profissional	O Teletrabalho é uma realidade que chegou, sem estarmos preparados e órgãos como CFESS E CRESS devem se manifestar e orientar os profissionais
37. TIC e o trabalho profissional	relevante
37. TIC e o trabalho profissional	Tema atual e que devemos nos apropriar principalmente sobre intervenções mediadas pelas TICs com usuários . Quais limites
38. Perícias e avaliações na Pandemia	A proposta ficou vaga. Sugiro reelaboração do texto. O que se pretende? Sugiro algo em torno de: Aprofundar o debate acerca das perícias e avaliações em períodos pandêmicos, subsidiando a categoria profissional com a publicação de materiais formativos e resoluções.
38. Perícias e avaliações na Pandemia	considero a proposta incompleta.
38. Perícias e avaliações na Pandemia	Excelente
38. Perícias e avaliações na Pandemia	Extremamente necessário
38. Perícias e avaliações na Pandemia	Importante essa discussão diante dos riscos de continuidade da modalidade remota, de muitos dos procedimentos tornados Online no período de pandemia. O acesso a serviços e benefícios da Previdência Social exemplifica essa situação.
38. Perícias e avaliações na Pandemia	Importante questão com pouquíssima visibilidade no âmbito da categoria.
38. Perícias e avaliações na Pandemia	Não precisa desenvolver mais essa proposta?
38. Perícias e avaliações na Pandemia	Não temos um parecer ou resolução que oriente a construção de documentos na nossa área. Muitos profissionais ainda confundem estudo social, perícia, laudo, relatório e informativo.

38. Perícias e avaliações na Pandemia	proposta solta, apesar de relevante
38. Perícias e avaliações na Pandemia	Supressão
39. Comitê de enfrentamento à COVID	Altamente relevante, mas seria importante ampliar para o debate de desastres, calamidades, já que é um Comitê.
39. Comitê de enfrentamento à COVID	Considero desnecessário. Podemos fomentar essa formação nos espaços de trabalho, mas que o conjunto cfess/cress implante é desnecessário.
39. Comitê de enfrentamento à COVID	é relevante
39. Comitê de enfrentamento à COVID	Excelente
39. Comitê de enfrentamento à COVID	Extremamente necessário
39. Comitê de enfrentamento à COVID	Manter e estender a todas as regiões
39. Comitê de enfrentamento à COVID	Manter e estender á todas as Regiões
39. Comitê de enfrentamento à COVID	Manter e estender as demais regiões
39. Comitê de enfrentamento à COVID	Manter e estender às outras regiões
39. Comitê de enfrentamento à COVID	muito relevante, já que muitos profissionais desconhecem seu papel e seu potencial
39. Comitê de enfrentamento à COVID	o tema proposto precisa sair da teoria, ser colocado em prática. fiz o curso da covid 19 até hoje não fui chamada para trabalhar
39. Comitê de enfrentamento à COVID	Pode ser, pelo menos para demonstrar que a profissão tem algo a oferecer.
39. Comitê de enfrentamento à COVID	Sim, os desdobramentos do impacto da pandemia na vida e nas necessidades sociais perduraram por um bom período o que carece de um espaço destinado a se refletir ações conjuntas.
39. Comitê de enfrentamento à COVID	Supressão
40. Ética e Direitos Humanos na Educação	A Ética no âmbito da profissão. Em primeiro lugar "lavar a roupa suja" dentro de casa.

40. Ética e Direitos Humanos na Educação	Acredito que este é um debate que já inserido na categoria independente do espaço socio-ocupacional.
40. Ética e Direitos Humanos na Educação	CRESS Fortalecer a articulação com entidades e movimentos sociais e populares na defesa dos direitos humanos; Apoiar e construir ações junto aos movimentos sociais e populares, no combate a xenofobia, ao racismo, ao sexismo, a lgbtqi+fobia, e a todas as formas de violência, preconceito e discriminação; Apoiar as lutas da população indígena, das mulheres, quilombolas, ribeirinhos, sem terras, sem tetos, pessoas com deficiência, pessoa idosa, população em situação de rua, dentre todos os excluídos do sistema; Implementar a realização do Curso Ética em Movimento na perspectiva de intensificar a aproximação da categoria profissional com o projeto ético-político; Fortalecer a organização profissional e política das/os assistentes sociais para o enfrentamento de situações de violação de direitos, que dizem respeito ao trabalho; Implantar "Observatório de Direitos" para identificação da luta contra violações de direitos no exercício profissional.
40. Ética e Direitos Humanos na Educação	Discussão importantíssima para a categoria, principalmente neste momento em que estamos lutando para regulamentar a lei que autoriza profissionais do Serviço Social e Psicologia na educação. embora a educação não seja um campo novo de atuação da categoria, este Conselho Federal e os Estaduais tem propiciado poucos momentos de reflexão e discussão sobre o fazer profissional, sobre os limites e possibilidades, dentre outros.... penso que este debate é urgente!!!
40. Ética e Direitos Humanos na Educação	Excelente
40. Ética e Direitos Humanos na Educação	Extremamente necessário
40. Ética e Direitos Humanos na Educação	Muito bacana e importante . Sempre precisamos atualizar das questões inerentes a profissão, resgatar conceitos que o cotidiano nos atropela.
40. Ética e Direitos Humanos na Educação	Supressão
41. Articulação interinstitucional	As outras categorias estão bem mais resolvidas.O serviço social precisa se libertar das amarras.
41. Articulação interinstitucional	Considero desnecessária a proposta.
41. Articulação interinstitucional	Excelente
41. Articulação interinstitucional	Extremamente necessário
41. Articulação interinstitucional	Supressão

42. Ações de Fiscalização	Debate essencial, deveria ser expandido a todos os conselhos de Serviço Social, pois além dos posicionamentos e normativas, sente-se um distanciamento de ações de fiscalização e defesa de serviços dia Assistentes Sociais. Em um mercado de Trabalho que se terceiriza cada vez mais a mão de obra, sem a mesma proteção destes profissionais a mercê do desligamento e encerramento de contratos.
42. Ações de Fiscalização	Discordo da proposta 42.1 - O que se pretende com o termo "ações de fiscalização"? Ficou vago. - O que se entende por "demarcações de posições políticas"? Como pensar o pluralismo na categoria profissional?
42. Ações de Fiscalização	Esse projeto não faz outra coisa além de cercear.Projeto totalitário.
42. Ações de Fiscalização	Excelente
42. Ações de Fiscalização	Extremamente necessário
42. Ações de Fiscalização	Já é intrínseca ao trabalho dos Regionais e nacional.
42. Ações de Fiscalização	Sou categoricamente contra, posições políticas tem fórum íntimo e pessoal. Nenhum órgão regulador da profissão tem esse direito de interferir na liberdade individual,muito menos fiscalizar como mecanismo de intimidação e punição.
42. Ações de Fiscalização	Supressão
43. Informativos	Desnecessário.
43. Informativos	É como já disse : abrir frentes de trabalho e retomar o reconhecimento nos próprios espaços, através das mudanças e avanços no âmbito da profissão em todas as áreas de atuação.
43. Informativos	é relevante a fim de fazer valer a lei que exige o AS e psicóloga na educação seja cumprida
43. Informativos	Excelente
43. Informativos	Extremamente necessário
43. Informativos	Seria interessante o envio mensal aos profissionais ativos na base de dados dos conselhos das notas, documentos e calendário de atividades emitidos via e-mail para participação e orientação nas lutas desta categoria profissional.
43. Informativos	Supressão
44. Paradigma do Bem viver	Através da modificação das grades curriculares dos bacharelados e pós graduações.Essas questões partem da subjetividade e da inter-subjetividade.
44. Paradigma do Bem viver	Desnecessário. Não está no debate do direito a cidade?
44. Paradigma do Bem viver	Excelente
44. Paradigma do Bem viver	Extremamente necessário
44. Paradigma do Bem viver	O BEM VIVER É CONCEITO QUE DEVE SER APROPRIADO E DISCUTIDO POR TODAS.
44. Paradigma do Bem viver	Penso que não caberia ao CFESS essa proposta. Talvez uma sugestão para a ABEPSS
44. Paradigma do Bem viver	Sou contra porque compreendo que a maioria da categoria desconhece esse paradigma. Não houve publicização do mesmo.
44. Paradigma do Bem viver	Supressão

44. Paradigma do Bem viver	Trata-se de um ponto muito relevante, pois se contrapõe à compreensão do Ser Social como predador da natureza. Penso que o paradigma do bem viver nos auxiliará na compreensão de que a relação que se estabelece entre o ser social e a natureza, para o desenvolvimento do trabalho, não precisa dar-se de forma predatória como no Modo de Produção Capitalista. Essa concepção, inclusive, faz convergir o sumo do melhor de variadas tradições religiosas e espiritualistas, as quais podem adubar nossas reflexões sobre as religiosidades/espiritualidades profundamente contrárias àquelas do submundo evangélico (neo) pentecostal.
45. Organização Política de Assistentes Sociais	Concordo (2)
45. Organização Política de Assistentes Sociais	Ampliar a gestão colegiada e participativa com fortalecimento dos NUCRESS; Fortalecer a COFI – Comissão de Orientação e Fiscalização; Adotar tecnologias interativas em Assembleias e Câmaras Temáticas;
45. Organização Política de Assistentes Sociais	Denunciar violação de direitos ou não cumprimento de leis neste país é uma árdua tarefa, pois a justiça não dá resposta imediata e sugiro que o CFESS E CRESS apoie os profissionais que denuncia
45. Organização Política de Assistentes Sociais	Excelente
45. Organização Política de Assistentes Sociais	Extremamente necessário
45. Organização Política de Assistentes Sociais	muito relevante, nossa classe não é unidade e precisamos nos fortalecer em vários aspectos
45. Organização Política de Assistentes Sociais	relevante e urgente
46. Debates junto à supervisoras de estágio	Concordo.
46. Debates junto à supervisoras de estágio	É relevante capacitar para os profissionais realizarem esta atribuição
46. Debates junto à supervisoras de estágio	Excelente
46. Debates junto à supervisoras de estágio	Extremamente necessário
46. Debates junto à supervisoras de estágio	Já fui técnica de apoio por várias vezes. Acredito que a técnica, o suporte teórico devam estar inseparáveis da ética.
46. Debates junto à supervisoras de estágio	Nossa...!! isso se perdeu no tempo... Antigamente, há 10 anos fazíamos discussões desta natureza...
46. Debates junto à supervisoras de estágio	Penso que isso cabe as escolas de serviço social. As comissões de ética pode até incidir, fomentar...
46. Debates junto à	Supressão

supervisoras de estágio	
47. Sigilo Profissional	a discussão deste tema é delicado, o sigilo nas equipes multidisciplinares. como profissional o que posso partilhar com o outro profissional e o que eu não posso?
47. Sigilo Profissional	Concordo
47. Sigilo Profissional	é relevante capacitar e cobrar dos profissionais o sigilo
47. Sigilo Profissional	Excelente
47. Sigilo Profissional	Fundamental ampliar o debate sobre sigilo à categoria em tempos de tantos controles da gestão administrativa dos serviços e, aprofundar o debate a partir das comissões Ampliadas de Ética do sigilo no trabalho multi/trans /interdisciplinar profissional incluindo
47. Sigilo Profissional	Manter. relevante
47. Sigilo Profissional	O sigilo profissional é o que garante o trabalho ético.Só pode ser quebrado em situações previstas em lei.
47. Sigilo Profissional	Penso que é um debate que deva ser permanente nos CRESS, através de oficinas, encontros... e que as comissões ampliadas devam contribuir como contribuem.
48. Direito à Comunicação	as comissões de comunicação já não devem ter essa pauta?
48. Direito à Comunicação	Concordo
48. Direito à Comunicação	CRESS Articular e fomentar uma rede de comunicação entre profissionais e movimentos sociais e populares na denúncia de violação de direitos; Promover debates junto às/aos assistentes sociais na perspectiva de um Serviço Social laico, contra práticas e/ou condutas de cunho religioso no exercício profissional; Produzir instrumentos e ações de comunicação que valorizem e fortaleçam a profissão. .
48. Direito à Comunicação	Excelente
48. Direito à Comunicação	Muito relevante desde seja vinculado ao s temas da cofi pois o conjunto já faz esse debate
48. Direito à Comunicação	O direito do assistente social em primeiro lugar.Como um/a injustiçado/a pelo seu próprio conselho poderia defender o "direito dos outros humanos"?
48. Direito à Comunicação	Supressão

3.2 ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL:

TEMA	COMENTÁRIO
1. Requisições Indevidas	1.1 Atribuições do Assistente Social tornou-se uma prática que todos podem realizar, deixando assim o assistente social muitas vezes ser entendido como uma profissão secreta de outras profissões, logo o profissional por sua vez que não tem um conselho atuante só lhe resta fazer todo tipo de serviço para garantir o trabalho, a este também é posto muitas vezes um número de atendimento desumano, considerando que as instituições para atender exigências trabalham com o número mínimo de assistente social sobrecarregando-os, a exemplo as instituições hospitalares fazendo com que muitos profissionais que pagam anuidade se perguntem por que pagar se nada ou quase nada justifica o dinheiro investido, muitas vezes alguns conselhos se quer respondem as denúncias e quando o faz colocam o próprio profissional para promover a busca da sua denúncia.
1. Requisições Indevidas	1.1 está completa e a 1.3 é uma ação
1. Requisições Indevidas	1.3 Manter a proposta tendo como princípio o chamamento de profissionais aprovados em concurso público para agentes fiscais para apoiar as seccionais e ampliando a Política Nacional de Orientação e Fiscalização como função precípua da categoria profissional, Compreendendo que este eixo que se debate é a configuração do carro chefe deste conjunto (6)
1. Requisições Indevidas	A 1.1 abarca todas as outras. A 1.3 é uma ação da 1.1.
1. Requisições Indevidas	Altamente relevante 1.3
1. Requisições Indevidas	As três propostas devem ser consolidadas numa só. É necessário uma ação política, não dá para ficar só na defesa. Priorizar a incidência junto aos órgãos do judiciário
1. Requisições Indevidas	é de Extrema importância!
1. Requisições Indevidas	É fundamental e estratégico.
1. Requisições Indevidas	Libertar os e as assistentes sociais pós graduados desse ranço da graduação. Deixar que atuem em paz de acordo com as suas especializações. Hoje em dia o/a assistente social está encarcerado pelo CFESS/CRESS e suas resoluções castradoras.
1. Requisições Indevidas	Manter a proposta tendo como princípio o chamamento de profissionais aprovados em concurso público para agentes fiscais para apoiar as seccionais e ampliando a Política Nacional de Orientação e Fiscalização como função precípua da categoria profissional, Compreendendo que este eixo que se debate é a configuração do carro chefe deste conjunto.
1. Requisições Indevidas	Não concordo, pois rotineiramente baixam resoluções que restringem a prática profissional fazendo com que nos tornemos desnecessários nos espaços de trabalho.
1. Requisições Indevidas	O tema tem grande relevância para o Conjunto; opino por consolidar as 3 propostas em uma, no caso a 1.3 contempla;

1. Requisições Indevidas	Penso que as propostas podem ser aglutinadas e considero super importante a defesa e a incidência desse debate de forma permanente não só na esfera do sistema de justiça.
1. Requisições Indevidas	Proposta 1.3 mais relevante para a intervenção do conjunto
1. Requisições Indevidas	relevante
1. Requisições Indevidas	Relevante. E indico a proposta 1.3.
1. Requisições Indevidas	Sim...
1. Requisições Indevidas	Unificar propostas dando prioridade a proposta do sudeste de fazer incidência junto a órgãos e sistemas de justiça. Muito relevante.
2. Produção de Documentos Técnicos	2.1 Manter (4)
2. Produção de Documentos Técnicos	2.1 Manter Tendo como primazia o chamamento do concurso publico (2)
2. Produção de Documentos Técnicos	2.2 atende melhor
2. Produção de Documentos Técnicos	2.2 ficou mais completa
2. Produção de Documentos Técnicos	Acredito que a proposta 2.1 já atende a necessidade, não precisando ser ampliada como na proposta 2.2, que já está contemplada em outros itens.
2. Produção de Documentos Técnicos	Acredito que seja uma demanda também da formação profissional.
2. Produção de Documentos Técnicos	Altamente relevante 2.1
2. Produção de Documentos Técnicos	Grande relevância, opino pela 2.1
2. Produção de Documentos Técnicos	manter 2.2. Proposta mais relevante
2. Produção de Documentos Técnicos	Não concordo com o item 2.1
2. Produção de Documentos Técnicos	O conjunto já realiza tais ações em seu cotidiano, além de está contemplada no item 4, indico supressão.
2. Produção de Documentos Técnicos	relevante, capacitação sempre
2. Produção de Documentos Técnicos	Relevante. Indico a proposta a 2.1. E, ainda, sugiro, incluir o fortalecimento por meio de divulgação e/ou debate da Resolução CFESS 557/2009.

2. Produção de Documentos Técnicos	Sim...
2. Produção de Documentos Técnicos	Sou favorável manter a proposta 2.2
3. Cadastro Nacional de Campos de Estágio	3.1 esta completa visto que o sistema já esta implementado
3. Cadastro Nacional de Campos de Estágio	Concordo
3. Cadastro Nacional de Campos de Estágio	De acordo, proposta mais que necessária.
3. Cadastro Nacional de Campos de Estágio	Melhorar o funcionamento do sistema. As propostas não contemplam a real necessidade que é fazer com que o sistema atenda as necessidades da fiscalização.
3. Cadastro Nacional de Campos de Estágio	Não consigo identificar aplicabilidade para o conjunto cress/cress. Esse nível de detalhamento não cabe ao conjunto, pois nos cabe a orientação e fiscalização do exercício da pessoa já formada, do supervisor, e não do estagiário.
3. Cadastro Nacional de Campos de Estágio	opinião de suprimir esta proposta
3. Cadastro Nacional de Campos de Estágio	Opino pela supressão; este tema é de baixa relevância pelas ações já encaminhadas pelo n;
3. Cadastro Nacional de Campos de Estágio	relevante
3. Cadastro Nacional de Campos de Estágio	Sim...
4. Material Técnico Sigiloso	Alta relevância, opino pela manutenção da proposta 4.1
4. Material Técnico Sigiloso	Concordo
4. Material Técnico Sigiloso	Extremamente relevante!
4. Material Técnico Sigiloso	Importante
4. Material Técnico Sigiloso	manter na íntegra
4. Material Técnico Sigiloso	Pauta importante.
4. Material Técnico Sigiloso	Penso que esse assunto deve sempre ser debatido na oportunidade da discussão sobre sigilo e ética. e não o material ser o foco.
4. Material Técnico Sigiloso	Proposta relevante. Manter.
4. Material Técnico Sigiloso	relevante
4. Material Técnico Sigiloso	Sim...

5. Conciliação e Mediação de Conflito	Baixa relevância, opino pela supressão;
5. Conciliação e Mediação de Conflito	De acordo.
5. Conciliação e Mediação de Conflito	De acordo. penso que é um tema que ainda precisa ser publicizado e que não nos cabe dentro dele.
5. Conciliação e Mediação de Conflito	O conjunto já possui discussão e encaminhamentos suficientes frente a temática. Indico supressão de proposta.
5. Conciliação e Mediação de Conflito	opino pela supressão
5. Conciliação e Mediação de Conflito	Por que é incompatível?Por acaso o /a assistente social brasileiro/a TEM QUE SER INAPTO À CONCILIAÇÃO E APTO AOS ACIRRAMENTOS? É pouco inteligente tirar de um profissional habilitado e pós graduado.Vocês devem desculpas à categoria.
5. Conciliação e Mediação de Conflito	Pouco relevante. Suprimir.
5. Conciliação e Mediação de Conflito	Sim...
5. Conciliação e Mediação de Conflito	Sou contra essa proposta, pois restringe nossa atuação, assim como reduz os campos de trabalho.
6. Justiça Restaurativa	6.2 Manter (7)
6. Justiça Restaurativa	6.2. Aprofundar o debate em relação à atuação da/o assistente social em ações de justiça restaurativa existentes no âmbito da justiça e das políticas públicas. PROPOSTA RELEVANTE.
6. Justiça Restaurativa	Altamente relevante 6.2
6. Justiça Restaurativa	Conselho criar documentos e se posiciona contra em todos locais/redes.
6. Justiça Restaurativa	Continuo concordando com o item 6.1 e acredito também na importância de aprofundar debate sobre comunicação não violenta, constelação familiar e justiça restaurativa
6. Justiça Restaurativa	Desde quando o serviço social só deve ter um viés?Onde no mundo acontece isso???É muita limitação e mediocridade.
6. Justiça Restaurativa	Discordo com o 6.3. A profissão não tem acúmulo teórico e de debate suficientes para se posicionar em relação à essa "incompatibilidade". As próprias propostas acima já dizem isso.
6. Justiça Restaurativa	Embora não tenha conhecimento sobre o tema, acredito que as propostas 6.1 e 6.3 podem ser aglutinadas. debate muito importante e vejo os itens mencionados na proposta 6.3 ser divulgado pelos profissionais do ss.
6. Justiça Restaurativa	Itens 6.1 e 6.3 são relevantes
6. Justiça Restaurativa	Manter a proposta do sudeste 6.2. Relevante proposta
6. Justiça Restaurativa	Manutenção da Proposta 6.2

6. Justiça Restaurativa	Não concordo.
6. Justiça Restaurativa	opino pela proposta 6.2 que abrange as políticas sociais (2)
6. Justiça Restaurativa	Sim...
6. Justiça Restaurativa	Tem média relevância, opino pelo proposta 6.2
7. Pessoa Jurídica	7.1 Manter (7)
7. Pessoa Jurídica	Alta relevância, opino pela manutenção;
7. Pessoa Jurídica	Altamente relevante
7. Pessoa Jurídica	Concordo
7. Pessoa Jurídica	Já deve ser temática de núcleos de estudos para além da área. Interessante articula com o propósito de uma rede de estudos.
7. Pessoa Jurídica	Manter proposta. Relevante.
7. Pessoa Jurídica	Muito Relevante
7. Pessoa Jurídica	ótima proposta. Manter
7. Pessoa Jurídica	Penso que esse debate está dentro do debate da precarização do trabalho. É importante sim.
7. Pessoa Jurídica	proposta necessária
7. Pessoa Jurídica	Sim...
8. Teletrabalho	8.1 manter com apoio da COFI (6)
8. Teletrabalho	8.1 Manter com apoio dos agentes fiscais e sua ampliação de quadro
8. Teletrabalho	8.2 manter. Relevante
8. Teletrabalho	Alta relevância, opino pela 8.2
8. Teletrabalho	Altamente relevante 8.1
8. Teletrabalho	Importante
8. Teletrabalho	manter a redação 8.2, esta mais completa
8. Teletrabalho	Manutenção da proposta 8.2
8. Teletrabalho	Muito importante, o tele trabalho e uso das tecnologias veio ampliar as possibilidades de acesso as famílias e possibilidades de acompanhamento. É um avanço significativo na atuação profissional.
8. Teletrabalho	Muito relevante esse tema, pois é uma realidade em que parece vir pra ficar.
8. Teletrabalho	Penso que as propostas 8.1 e 8.2 se complementam e considero importante para a categoria com essa modalidade sendo forçosamente implementada em virtude da pandemia.
8. Teletrabalho	relevante e necessário
8. Teletrabalho	Relevante. Manutenção da proposta 8.1.
8. Teletrabalho	Sim...
8. Teletrabalho	Temática nova e necessária uma vez que vai ser uma exigência promovida no mundo do trabalho por interferi do Capital financeiro/digital!
9. Trabalho profissional e	9.1 atende muito bem

Aborto	
9. Trabalho profissional e Aborto	9.4 manter (4)
9. Trabalho profissional e Aborto	9.4 Manter e ampliar as discussões, junto a categoria, movimentos sociais, fóruns e frente (que abordam a temática em questão)
9. Trabalho profissional e Aborto	9.4 Manter utilizando como apoio as discussões permeados por agentes fiscais no debate das regulações
9. Trabalho profissional e Aborto	Alta relevância, opino pelo 9.4 (3)
9. Trabalho profissional e Aborto	Considero fundamental constar corpos que engravidam, além de mulheres, garantido também essa perspectiva de direitos para homens trans e pessoas não binárias.
9. Trabalho profissional e Aborto	Essa preocupação com o aborto alheio chega a ser obsessiva. Por que isso??? Procurem refletir caso tenham disponibilidade emocional. Apologia ao assassinato dos filhos dos outros.
9. Trabalho profissional e Aborto	Importante a manutenção da proposta 9.4
9. Trabalho profissional e Aborto	Manter
9. Trabalho profissional e Aborto	Manter 9.4 por ser mais completa.
9. Trabalho profissional e Aborto	Muito importante, de acordo com toda a proposição.
9. Trabalho profissional e Aborto	Não concordo, pois é um tema de cunho pessoal e temos que respeitar a liberdade dentro da profissão e a recusa de muitos profissionais em apoiar o aborto indiscriminado.
9. Trabalho profissional e Aborto	opino manter a redação 9.4
9. Trabalho profissional e Aborto	Proposta 9.4 mais completa e atende a necessidade da categoria que trabalho com esse debate.
9. Trabalho profissional e Aborto	proposta necessária
9. Trabalho profissional e Aborto	relevante. (2)
9. Trabalho profissional e Aborto	Sim...
10. Trabalho profissional e	10.1 esta ótima

Calamidade Pública	
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	10.2 está o mais completo
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	10.3 manter (6)
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	10.3 Manter, com apoio do quadro de agentes fiscais para debater o código de ética e as regulações pertinentes ao tema.
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	10.3. Aprofundar o debate sobre atuação profissional da/o assistente social em situações de calamidade pública e desastres. Proposta relevante e urgente.
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	A cada desastre setorializado essa questão vem à tona. Alguns profissionais não reconhecem sua responsabilidade, independente do setor em que atua. Com a pandemia ficou mais evidente a necessidade de aprofundar esse debate.
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	Alta relevância opinio pela 10.3
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	Concordo
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	Importante
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	Já deveríamos ter estes debates e planos de contingência, pois o conhecimento prévio/planejamento ajuda a resolução de problemas com mais facilidade
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	Manter 10.3 mais apropriada
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	Manutenção proposta 10.3
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	Nas calamidades públicas noto a ausência da categoria, é como se não existissem assistentes sociais.
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	opino a redação 10.3 que abrange também os desastres
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	Pauta interessante.
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	relevante
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	Relevante. Manutenção da proposta 10.3
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	Sim...

Calamidade Pública	
10. Trabalho profissional e Calamidade Pública	unificar as propostas 10.2 e 10.3. Importante debate que precisa ser aprofundado e divulgado.
11. Trabalho no Sociojurídico	manter (7)
11. Trabalho no Sociojurídico	11.1 Manter com apoio das discussões dos agentes fiscais.
11. Trabalho no Sociojurídico	Acredito que o conjunto cress/cess em sua trajetória já tem feito esse debate e produzido no meio da categoria. Em acordo.
11. Trabalho no Sociojurídico	Altamente relevante
11. Trabalho no Sociojurídico	Concordo
11. Trabalho no Sociojurídico	Especializações, capacitações para que não seja realizado um trabalho sofrível, na base do imprevisto e da boa vontade.
11. Trabalho no Sociojurídico	Importante a manutenção
11. Trabalho no Sociojurídico	Media relevância opino pela manutenção da proposta
11. Trabalho no Sociojurídico	Poderiam articula junto as entidades de justiça na promoção de eventos/palestras!
11. Trabalho no Sociojurídico	Que seja discutido os profissionais que são concursados no âmbito municipal e que estão a disposição do judiciário
11. Trabalho no Sociojurídico	relevante
11. Trabalho no Sociojurídico	Relevante debate. Necessário atualizar os parâmetros de atuação no sociojurídico, para que, de fato, correspondam ao exercício profissional nas instituições.
11. Trabalho no Sociojurídico	Sim...
12. Responsabilidade Técnica	12.1 manter (7)
12. Responsabilidade Técnica	12.1 Manter. Relevante
12. Responsabilidade Técnica	12.2 está mais completa (2)
12. Responsabilidade Técnica	Acredito que esse debate é para ontem. é extremamente importante no meio da política urbana principalmente. A proposta 12.1 é mais abrangente, não se limitando as ILPIs e CT.
12. Responsabilidade Técnica	Alta relevância opino pela 12.1
12. Responsabilidade Técnica	Altamente relevante 12.1
12. Responsabilidade Técnica	Concordo
12. Responsabilidade Técnica	importante, apesar de não poder opinar por desconhecimento da área.
12. Responsabilidade Técnica	opino por manter a 12.1, que esta mais abrangente, pois existe outros campos de trabalho, além de ILPI e CT
12. Responsabilidade Técnica	Proposta 12.1 mais abrangente
12. Responsabilidade Técnica	Relevante (2)
12. Responsabilidade Técnica	Sim...
13. Trabalho Profissional no INSS	13.2 manter (6)
13. Trabalho Profissional no	Além de profissionais de outras instituições, ter o conhecimento deste trabalho, é claro, se houver necessidade

INSS	
13. Trabalho Profissional no INSS	Alta relevância opinio pela 13.2
13. Trabalho Profissional no INSS	Deliberação 13.1 é relevante
13. Trabalho Profissional no INSS	Fundamental. O profissional está condicionado ao acúmulo de função.
13. Trabalho Profissional no INSS	manter 13.2 porque é a proposta que responde as demandas postas ao CFESS/CRESS
13. Trabalho Profissional no INSS	Manter a proposta do Sudeste, 13.2
13. Trabalho Profissional no INSS	Manutenção da proposta 13.2
13. Trabalho Profissional no INSS	Não concordo, continuam restringindo a prática.
13. Trabalho Profissional no INSS	Penso que as duas propostas são complementares e importantes.
13. Trabalho Profissional no INSS	primeira esta mais completa
13. Trabalho Profissional no INSS	relevante
13. Trabalho Profissional no INSS	Relevante. Manutenção da proposta 13.2.
13. Trabalho Profissional no INSS	Sim...
14. Produtividade do trabalho no INSS	concordo com a deliberação
14. Produtividade do trabalho no INSS	Debate importante a ser feito, pois não tenho acumulo para o INSS, entretanto é importante ressaltar que produtividade não é ruim, desde que não utilizado para pontuar para melhor ou pior o profissional.
14. Produtividade do trabalho no INSS	É URGENTE!
14. Produtividade do trabalho no INSS	Não concordo
14. Produtividade do trabalho no INSS	Não tem relevância pela Supressão;

trabalho no INSS	
14. Produtividade do trabalho no INSS	Proposta contemplada no eixo Segurança, sugestão de supressão
14. Produtividade do trabalho no INSS	relevante
14. Produtividade do trabalho no INSS	Sim...
14. Produtividade do trabalho no INSS	supressão
14. Produtividade do trabalho no INSS	suprimir proposta. Porque a política de pontuação prejudica a qualidade do trabalho prestado como todo.
15. Concurso Público	Ação que nos fortalece
15. Concurso Público	Baixa relevância opino pela Supressão
15. Concurso Público	Concordo
15. Concurso Público	Retornar, com agilidade, aos questionamentos e orientações à categoria e intensificar a fiscalização na perspectiva do fortalecimento do projeto ético-político; Intensificar a luta em defesa de concurso público para assistentes sociais em todos os espaços sócio-ocupacionais, construindo conteúdos programáticos, parâmetros éticos, técnicos e salariais; Fomentar ações políticas e legais para o cumprimento da Lei Federal nº 12.317/2010, que estabelece jornada de 30 horas semanais, sem redução de salário, para todas/os A.S; Promover a discussão das estratégias de enfrentamento à requisições indevidas do exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais, que congregam maior número de profissionais; Aprofundar o debate acerca dos documentos técnico-sigilosos e sua relação com a garantia de condições éticas ao trabalho profissional; Ampliar a atuação do Conselho nos espaços de controle social.
15. Concurso Público	defesa por concurso já é bandeira de luta sugiro retirar
15. Concurso Público	Fundamental!
15. Concurso Público	Penso que a necessidade da defesa do concurso público é imperiosa, mas acho que a redação da proposta pode ser mais enxuta e direta.
15. Concurso Público	relevante
15. Concurso Público	Sim...
15. Concurso Público	sugiro a retirada
15. Concurso Público	Supressão
15. Concurso Público	Supressão! Proposta é Bandeira de Luta!
15. Concurso Público	suprimir proposta. Entendo que o posicionamento seria contra a reforma administrativa.
15. Concurso Público	Tema importantíssimo
16. Trabalho Profissional e o Depoimento Especial	16.1 16.2 16.3 Manter (4)

16. Trabalho Profissional e o Depoimento Especial	16.3 atende melhor a atuação da fiscalização e as demandas das profissionais
16. Trabalho Profissional e o Depoimento Especial	16.3 mais prudente
16. Trabalho Profissional e o Depoimento Especial	Alta relevância opino pela 16.3
16. Trabalho Profissional e o Depoimento Especial	Altamente relevante todos os itens
16. Trabalho Profissional e o Depoimento Especial	De acordo, porém é necessário o envolvimento dos profissionais que trabalham com a temática!
16. Trabalho Profissional e o Depoimento Especial	Debates e capacitação profissional.
16. Trabalho Profissional e o Depoimento Especial	Manter 16.3. Relevante.
16. Trabalho Profissional e o Depoimento Especial	Manter Todas as propostas (3)
16. Trabalho Profissional e o Depoimento Especial	Não concordo com o item 16.3
16. Trabalho Profissional e o Depoimento Especial	opino pela redação 16.3
16. Trabalho Profissional e o Depoimento Especial	relevante
16. Trabalho Profissional e o Depoimento Especial	Sim...
17. Trabalho profissional e população indígena e quilombola	17.2 mais completa
17. Trabalho profissional e população indígena e quilombola	Alta relevância opino pela 17.2
17. Trabalho profissional e população indígena e quilombola	Concordo
17. Trabalho profissional e	De acordo, está necessitando uma marco técnico.

população indígena e quilombola	
17. Trabalho profissional e população indígena e quilombola	Manter 17.2 proposta relevante
17. Trabalho profissional e população indígena e quilombola	opino pela redação 17.2
17. Trabalho profissional e população indígena e quilombola	Relevante. (2)
17. Trabalho profissional e população indígena e quilombola	Sim...
18. Assistentes Sociais na Educação	18.1 Manter e ampliar o quadro de agentes fiscais para dar subsidio e suporte aos profissionais que forem atuar na política de educação.
18. Assistentes Sociais na Educação	Baixa relevância neste eixo, supressão
18. Assistentes Sociais na Educação	Concordo
18. Assistentes Sociais na Educação	Especializações nessa área, para que assistentes sociais não fiquem pedindo subalternidade aos psicólogos/as.
18. Assistentes Sociais na Educação	Importante manutenção
18. Assistentes Sociais na Educação	Já vem ocorrendo. Dar foco a outros temas.
18. Assistentes Sociais na Educação	Manter (7)
18. Assistentes Sociais na Educação	Manter proposta, relevante.
18. Assistentes Sociais na Educação	Muito importante
18. Assistentes Sociais na Educação	proposta de extrema relevância.

18. Assistentes Sociais na Educação	Realizei meu estágio em uma Escola onde pela manhã atendia os alunos particulares e a tarde os alunos em estado de vulnerabilidade social, esta realidade ajudou-me a entender a importância do nosso trabalho dentro das escolas por conhecer o trabalho em rede CRAS/CREAS CONSELHO TUTELAR, rapidamente construíamos um diagnóstico social do aluno fazendo a inserção do mesmo nos programas sociais, troca de saberes com o setor pedagógico facilitando a integração desse aluno no ambiente escolar onde havia gerado a problemática. Na maioria das vezes o aluno apenas refletia em sala de aula o que vivenciava em casa e a intervenção da Equipe Multidisciplinar é imprescindível nesse momento.
18. Assistentes Sociais na Educação	região centro oeste, se inclui
18. Assistentes Sociais na Educação	Relevante. (2)
18. Assistentes Sociais na Educação	Sim...
18. Assistentes Sociais na Educação	Super relevante já que demorou-se tanto para a aprovação da lei, agora temos que tirá-la do papel
19. Parâmetros de Atuação na Assistência Social	Alta relevância opino pela manutenção da proposta;
19. Parâmetros de Atuação na Assistência Social	Concordo (2)
19. Parâmetros de Atuação na Assistência Social	ESSENCIAL E URGENTE
19. Parâmetros de Atuação na Assistência Social	Importante
19. Parâmetros de Atuação na Assistência Social	Importante atualização
19. Parâmetros de Atuação na Assistência Social	Importante manutenção!
19. Parâmetros de Atuação na Assistência Social	Manter (2)
19. Parâmetros de Atuação na Assistência Social	Manter e ampliar a discussão junto a categoria (6)
19. Parâmetros de Atuação na Assistência Social	Manter proposta, relevante.
19. Parâmetros de Atuação na Assistência Social	Muito importante, já que vemos muitos profissionais, principalmente neste atual momento muito inseguro com relação a atuação profissional

19. Parâmetros de Atuação na Assistência Social	Poderia ser elaborado em interface com o SUAS, política de assistência, fóruns, vigilância socioassistencial e etc.
19. Parâmetros de Atuação na Assistência Social	Relevante. (2)
20. Trabalho Profissional e Combate ao Racismo	20.1 Manter e ampliar o debate junto a categoria profissional. Em especial capacitando os conselheiros (AGENTES FISCAIS CONCURSADOS) do conjunto CFESS/ CRESS.
20. Trabalho Profissional e Combate ao Racismo	20.1 Manter e promover o dialogo com a categoria inclusive com capacitação para os profissionais do conjunto cfess/cress (5)
20. Trabalho Profissional e Combate ao Racismo	Alta relevância opinio pela manutenção
20. Trabalho Profissional e Combate ao Racismo	Altamente relevante
20. Trabalho Profissional e Combate ao Racismo	Concordo
20. Trabalho Profissional e Combate ao Racismo	Essa discussão deve ser cotidiana e incluir na bandeira de luta
20. Trabalho Profissional e Combate ao Racismo	Importante manutenção!
20. Trabalho Profissional e Combate ao Racismo	Mais que necessário! URGENTE!
20. Trabalho Profissional e Combate ao Racismo	Manter
20. Trabalho Profissional e Combate ao Racismo	Manter e promover o dialogo com a categoria inclusive com capacitação para os profissionais do conjunto cfess/cress
20. Trabalho Profissional e Combate ao Racismo	Manter proposta pela relevância atual.
20. Trabalho Profissional e Combate ao Racismo	proposta relevante.
20. Trabalho Profissional e Combate ao Racismo	Relevante. (2)
20. Trabalho Profissional e Combate ao Racismo	Sim...

21. Trabalho profissional em cargos de gestão	21.1 Manter e qualificar essa atuação de acordo com o projeto ético político do conjunto cress/ress (6)
21. Trabalho profissional em cargos de gestão	Alta relevância opinio pela manutenção da proposta;
21. Trabalho profissional em cargos de gestão	Concordo
21. Trabalho profissional em cargos de gestão	Importante manutenção!
21. Trabalho profissional em cargos de gestão	Manter
21. Trabalho profissional em cargos de gestão	Manter tendo como eixo norteador a soma de diálogo entre agentes fiscais e conselheiros da COFI.
21. Trabalho profissional em cargos de gestão	Manter, relevante.
21. Trabalho profissional em cargos de gestão	Muito importante
21. Trabalho profissional em cargos de gestão	Não acho tão relevante uma vez que a maioria desses cargos são comissionados. Há uma infinidade de pautas mais importantes.
21. Trabalho profissional em cargos de gestão	Relevante. (2)
21. Trabalho profissional em cargos de gestão	retirar a palavra aprovada
21. Trabalho profissional em cargos de gestão	Sim...
21. Trabalho profissional em cargos de gestão	Super aprovada !!!
22. Trabalho Profissional na saúde mental	E fazer com que o usuário seja sujeito das próprias ações (empoderamento) e não dependente
22. Trabalho Profissional na saúde mental	Importante manutenção!
22. Trabalho Profissional na saúde mental	Importante. Também não perder o foco e não descola do debate em defesa do SUS e da luta antimanicomial.
22. Trabalho Profissional na saúde mental	Manter (7)

22. Trabalho Profissional na saúde mental	Manter - relevante
22. Trabalho Profissional na saúde mental	Manter proposta. Relevante.
22. Trabalho Profissional na saúde mental	Media relevância em razão de outras ações já realizadas pelo conjunto, opino pela manutenção da proposta;
22. Trabalho Profissional na saúde mental	Muito importante frente aos desafios durante e pós pandemia
22. Trabalho Profissional na saúde mental	Não concordo
22. Trabalho Profissional na saúde mental	o CRESS SE INCLUI NA PROPOSTA NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL
22. Trabalho Profissional na saúde mental	O/a assistente social em meio a uma equipe multidisciplinar vai ficar discursando a respeito das "opressões do sistema capitalista no contexto de crise econômica e sanitária mundial". Para mostrar serviço se colocam como servos dos demais profissionais. Que questionário elaborado fora do cotidiano profissional!
22. Trabalho Profissional na saúde mental	relevante
22. Trabalho Profissional na saúde mental	Sim...
22. Trabalho Profissional na saúde mental	Temática de extrema relevância
23. Trabalho Profissional na condição de peritos	23.1 Manter sendo orientados e discutido regulações pertinentes junto aos agentes fiscais.
23. Trabalho Profissional na condição de peritos	averiguar cursos ofertados foge a competência do Conselho. Esta confuso a redação. Desta maneira é supressão
23. Trabalho Profissional na condição de peritos	Concordo em partes.
23. Trabalho Profissional na condição de peritos	E pressionar para que haja concursos públicos nos tribunais federais, uma vez que estes tribunais se utilizam de nomeações.E nesta modalidade, não há garantia de pagamentos regulares.
23. Trabalho Profissional na condição de peritos	Existem cursos de aperfeiçoamento.Muitos assistentes sociais estudam.
23. Trabalho Profissional na condição de peritos	Manter (6)

23. Trabalho Profissional na condição de peritos	O conselho deve se aproxima mais desses profissionais e criar debate com objetivo de analisa se é necessário a criação de nota técnica para atuação dos/as mesmos/as
23. Trabalho Profissional na condição de peritos	Pela supressão, baixa relevância;
23. Trabalho Profissional na condição de peritos	Poderia ser criado no Site dos conselhos um cadastramento de profissionais para atuação de peritos, acesso a formação e cursos de aprimoramento aos profissionais gratuitamente.
23. Trabalho Profissional na condição de peritos	relevantes
23. Trabalho Profissional na condição de peritos	Sim...
23. Trabalho Profissional na condição de peritos	Supressão! Proposta contradiz os objetivos do conjunto, que não é a fiscalização das relações de trabalho.
23. Trabalho Profissional na condição de peritos	Suprimir a proposta como está. Esclarecer o impacto do trabalho dos profissionais peritos. E intervir para realização de concurso público no sistema de justiça
24. Condições éticas e técnicas no trabalho de assistentes sociais com deficiência	24.1 manter (8)
24. Condições éticas e técnicas no trabalho de assistentes sociais com deficiência	24.1 Manter e pressionar o CONJUNTO CFESS/CRESS para a ampliação do quadro de assistentes ficais agentes fiscais.
24. Condições éticas e técnicas no trabalho de assistentes sociais com deficiência	Concordo
24. Condições éticas e técnicas no trabalho de assistentes sociais com deficiência	De acordo!
24. Condições éticas e técnicas no trabalho de assistentes sociais com deficiência	Embora seja uma temática relevante, há outros pontos de relevância serem discutidos na Resolução 493; pela supressão;

24. Condições éticas e técnicas no trabalho de assistentes sociais com deficiência	Importante
24. Condições éticas e técnicas no trabalho de assistentes sociais com deficiência	Importante manutenção 24.1!
24. Condições éticas e técnicas no trabalho de assistentes sociais com deficiência	relevante
24. Condições éticas e técnicas no trabalho de assistentes sociais com deficiência	Sim...
25. Trabalho profissional com população em situação de rua	25.1 Manter agregando debate com Universidades públicas e coletivos/movimentos que defendem a pauta.
25. Trabalho profissional com população em situação de rua	25.1 Manter e ampliar a discussão com o Movimento Nacional de População de Rua (Estadual e Regionais) (5)
25. Trabalho profissional com população em situação de rua	A utilização do termo averiguar poderia ser substituído por verificar.
25. Trabalho profissional com população em situação de rua	Com a participação dos Cmas's

25. Trabalho profissional com população em situação de rua	Manter e ampliar a discussão com o Movimento Nacional de População de Rua (Estadual e Regionais)
25. Trabalho profissional com população em situação de rua	Não concordo
25. Trabalho profissional com população em situação de rua	Não relevante. Supressão
25. Trabalho profissional com população em situação de rua	Proposta confusa. Não compreendi o termo "averiguar".
25. Trabalho profissional com população em situação de rua	Proposta mal formulada. Suprimir.
25. Trabalho profissional com população em situação de rua	relevantes
25. Trabalho profissional com população em situação de rua	Sim...
25. Trabalho profissional com população em situação de rua	Supressão! Irrelevante
25. Trabalho profissional com população em situação de rua	Supressão;

25. Trabalho profissional com população em situação de rua	Temática fundamental.
26. Trabalho profissional no desporto	26.1 manter
26. Trabalho profissional no desporto	26.1 Manter tendo em vista a necessidade de ampliação do quadro de assistentes sociais agentes fiscais para estarem orientando e fiscalizando o exercício profissional no âmbito do desporto. Com primazia no concurso público estabelecido e realizado pelo CRESS no anos de 2017 e homologado no ano de 2018, onde foram habilitados 10 agentes fiscais aprovados em concurso público da categoria profissional.
26. Trabalho profissional no desporto	Acho importante uma pesquisa nesse tema, mesmo porque muitas/os profissionais trabalham nessa área através das OSC, sendo que muitas delas não são conveniadas e destinam do que prevê o SUAS
26. Trabalho profissional no desporto	Altamente relevante, diante da existência de assistentes sociais atuando em desportos em todo o país, e da situação de violação de direitos de crianças e adolescentes nestes espaços, bem como da necessidade de construção de parâmetros de atuação nestes espaços (clubes de futebol e desportos).
26. Trabalho profissional no desporto	Apenas cerca de 5% dos adolescentes que ingressam em clubes como atletas de alto rendimento atingem a profissionalização. Muitos ficam por anos longe das famílias em busca do sonho de se tornar atletas profissionais de grande sucesso, em precárias condições. Alguns saem lesionados fisicamente sem qualquer amparo legal e suporte emocional, quando são simplesmente dispensados. No caso do futebol, a tendência é pensar nos grandes clubes, mas crianças e adolescentes de clubes de diferentes portes enfrentam esse mundo mercadológico do esporte e, na maioria dos casos, as famílias não têm condições de acompanhá-los. A legislação existente é muito frágil e a ideia de que o futebol profissional é uma possibilidade de saída da pobreza ainda é forte no imaginário popular. Não existe documento que norteie a atuação do Serviço Social nesses clubes. Além do trabalho com os atletas e suas famílias, é importante pensar em estratégias de reivindicação para que os conselhos de direitos da criança e do a
26. Trabalho profissional no desporto	Concordo (2)
26. Trabalho profissional no desporto	Importante.
26. Trabalho profissional no desporto	Irrelevante . Supressão (3)
26. Trabalho profissional no	Manter (5)

desporto	
26. Trabalho profissional no desporto	Pouco relevante, suprimir.
26. Trabalho profissional no desporto	relevante
26. Trabalho profissional no desporto	supressão
26. Trabalho profissional no desporto	Trabalho em nível de pós graduação.
27. Trabalho profissional em Conselhos de Comunidade	confusa
27. Trabalho profissional em Conselhos de Comunidade	Pouco relevante, suprimir.
27. Trabalho profissional em Conselhos de Comunidade	relevante
27. Trabalho profissional em Conselhos de Comunidade	Sim...
27. Trabalho profissional em Conselhos de Comunidade	Supressão! Irrelevante, pauta já vencida no conjunto
27. Trabalho profissional em Conselhos de Comunidade	tema já discutido e deliberado pelo conjunto; Supressão
28. Piso Salarial	28.2 Interessante articular esta estratégia aos movimentos sociais. Porém, importante que o conjunto não apenas force o piso salarial pago em prefeituras Estados etc. Importante pagar o piso dos profissionais do próprio conjunto, assim como ampliar os agentes fiscais nas regiões. São Paulo possui um número vergonhoso de assistentes sociais agentes fiscais para orientar e fiscalizar, isso demanda um quadro maior e efetivo do conjunto. Desde 2015 o número de agentes fiscais só declina, enquanto a arrecadação se eleva com a formação de novos profissionais para atuarem em múltiplas áreas. Assumir o papel de Estado em não se autorregular é prejudicial ao conjunto, e causa sérias distorções de entendimentos da pratica profissional e da própria PNF. O CRESS efetivou concurso no ano de 2017 e homologou em 2018 porém, foram todos cadastros reservas e as seccionais estão desamparadas pelo ínfimo número de agentes fiscais para fiscalizar o exercício profissional.
28. Piso Salarial	A profissão está destrocada do ponto de vista técnico científico. Ofereçam um trabalho de qualidade e destaque, que o reconhecimento vem. Querem exigir sem a contrapartida, fica difícil, não é?

28. Piso Salarial	Altamente relevante em face das grandes disparidades e tipos de vínculos existentes das (os) Assistentes Sociais. Considerando a complexidade de atuação do profissional que atuam na ponta em diferentes intervenções para com os usuários e as demandas da questão social. Observa-se que os valores dos vencimentos/salários estão defasados com acúmulo residual de não atualização monetária pelos índices gerais.
28. Piso Salarial	Ate quando não teremos um piso salarial, E necessário reconhecer que a profissão não está abaixo de outras, trata-se de uma urgência garantir um piso.
28. Piso Salarial	Concordo
28. Piso Salarial	De acordo.
28. Piso Salarial	discussão relevante, uma vez que cada vez mais estão precarizando os posto de trabalhos e reduzindo salários.
28. Piso Salarial	Esta questão não seria do âmbito de responsabilidade do Conjunto, embora este possa contribuir na articulação política
28. Piso Salarial	Excelente
28. Piso Salarial	Fundamental!
28. Piso Salarial	Irrelevante. supressão
28. Piso Salarial	Já há uma petição, então penso que teríamos que continuar pressionando deputados e senadores na aprovação do PL já existente
28. Piso Salarial	O profissional esta sendo mal remunerado. O piso deve ser no mínimo 3.500,00
28. Piso Salarial	Piso salarial é respeito ao trabalho profissional.
28. Piso Salarial	relevante
28. Piso Salarial	Sim...
28. Piso Salarial	Sobre a 28.1.: É sabido que não é da governabilidade do CFESS definir o piso salarial. Voto pela supressão dessa proposta. Sobre a 28.2.: Tenho acordo, que o Conjunto CFESS/CRESS mobilize a categoria para se movimentar em defesa da aprovação do piso salarial,
28. Piso Salarial	Supressão
28. Piso Salarial	Supressão!Irrelevante, pois o conjunto não tem essa competência.
28. Piso Salarial	Suprimir,por não ser competência do CFESS estabelecer piso.

3.3 SEGURIDADE SOCIAL:

TEMA	COMENTÁRIO
1. Assistência Social	1.3 Manter (6)
1. Assistência Social	1.3. Manter e ampliar essa discussão nos Fóruns de Trabalhadores/as
1. Assistência Social	ALTAMENTE PRIORITÁRIO considerando o desmonte que vem ocorrendo não de hoje, na política da Assistência Social, visando o fiel cumprimento pelo estado do Art. 203 da CF-RFB (A ASSISTÊNCIA SOCIAL A QUEM DELA NECESSITAR, POLÍTICA NÃO CONTRIBUTIVA QUE COMPÕE A SEGURIDADE SOCIAL SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL [Art. 194] CF-RFB). Apresentação de propostas, estudos e informações visando dar embasamento estatístico dos impactos no curto, médio e longo prazo dentro das políticas especificadamente do SUAS. Conscientizar a categoria da necessidade de produção técnica e científica visando compreender que os GOVERNOS são transitórios, mas as políticas públicas não o são, e em detrimento da reserva do possível há um crescente desmonte e recortes nos programas, alterações com roupagens caritativas e clientelistas, não sendo garantido o "mínimo existencial" ofendendo diretamente e em diferentes proporções o princípio da dignidade da pessoa humana, constado da CF-RFB.
1. Assistência Social	Concordo com ressalvas
1. Assistência Social	é relevante
1. Assistência Social	Esse tema é de alta relevância, este é o maior espaço de trabalho dos AS e também o mais precário!!!
1. Assistência Social	Fortalecer a política de assistência social e realizar concursos públicos, ter quadro de pessoal de acordo com as exigências da NOB?RH SUAS. -Ampliar as formas de comunicação e de incidência política para denunciar e enfrentar os desmontes do Suas, junto à sociedade, ao poder legislativo, ao sistema de justiça e aos organismos de defesa dos direitos humanos
1. Assistência Social	Hoje a terceirização da política pública da assistência social é muito forte, necessários vincular a discussão com a estatização da política, concurso público e defesa do SUAS.
1. Assistência Social	Manter tendo como foco o chamamento de agentes fiscais aprovados em concursos público
1. Assistência Social	Muito relevantes as 3 propostas.
1. Assistência Social	O fator AMAZÔNICO sem sombra de dúvidas torna as ações mais onerosas e dificultosas visto que o acesso às comunidades ribeirinhas como também às regiões Distritais são mais difíceis no período chuvoso. Advirta-se que estamos falando de vias fluviais
1. Assistência Social	proposta 1.3.

1. Assistência Social	Proposta relevante e urgente.
1. Assistência Social	propostas relevantes. sugestão: fazer uma junção das três propostas, sem regionalizar. O momento histórico exige essa prioridade.
2. Fórum dos/as trabalhadores/as do SUAS	Concordo desde que a ações não se transforme em ação de militância política e ataque ao governo como vem acontecendo.
2. Fórum dos/as trabalhadores/as do SUAS	De acordo.
2. Fórum dos/as trabalhadores/as do SUAS	é relevante
2. Fórum dos/as trabalhadores/as do SUAS	Fundamental a articulação dos trabalhadores/as do SUAS, a Mesa de negociação é uma estratégia para que se possa agregar as garantias que esses trabalhares/as precisam na direção do fortalecimento do SUAS. Intensificar as lutas pelo financiamento público, pela regularidade, ampliação e vinculação de recursos; pela imediata recomposição de recursos; pela revogação da EC nº 95/16, que viola os direitos humanos da população e compromete o Estado Democrático de Direito
2. Fórum dos/as trabalhadores/as do SUAS	Importante proposta por se tratar de área de atuação que conta com a presença de muitxs assistentes sociais.
2. Fórum dos/as trabalhadores/as do SUAS	Realizar campanhas de estímulo a existência dos fóruns em todas as regiões.
27. Política de Arte e Cultura	Tenho total apoio ao eixo, pois entendo ser urgente a apropriação da categoria de profissionais de Serviço Social junto a essa política enquanto direito de todxs e não como entretenimento e/ou privilégios de alguns. Haja visto o crescimento de publicações acadêmicas, bem como os inúmeros espaços socio-ocupacionais que trabalham com o tema. Temos que qualificar e fomentar o debate sobre a arte e o serviço social para que possamos posteriormente obter publicações vindas do conjunto Cfess-Cress sobre essa temática enquanto direito social universal.
3. Mesa de Negociação do SUAS	3.1 Manter e incentivar
3. Mesa de Negociação do SUAS	A gestão do Trabalho de ser pauta prioritária na reconstrução e afirmação do SUAS.
3. Mesa de Negociação do SUAS	Bastante relevante. Devemos priorizar e articular ações em defesa do Suas e do Fórum de Trabalhadores/as do SUAS, como também ocupar os espaços nos conselhos. as propostas 2.1 e 3.1 podem ser condensadas.
3. Mesa de Negociação do SUAS	Concordo (2)
3. Mesa de Negociação do SUAS	Manter
3. Mesa de Negociação do	Manter e incentivar (4)

SUAS	
3. Mesa de Negociação do SUAS	Manter. E incentivar com ações de agentes fiscais aprovados em concurso público
3. Mesa de Negociação do SUAS	Propondo inclusive a criação da política Nacional de RJ
3. Mesa de Negociação do SUAS	proposta necessária, todavia não gostei da forma que foi denominada "mesa de negociação"
4. Serviço Social e Assistência Social	Concordo
4. Serviço Social e Assistência Social	Intensificar agenda em defesa da seguridade social, em articulação com movimentos sociais e populares, com vistas à progressividade das fontes de financiamento; Lutar contra o desmonte do SUAS fortalecendo os fóruns de trabalhadores e de usuários, assim como pela ampliação do financiamento público; Defender o SUS, 100% estatal, tomando como base os princípios da Reforma Sanitária, da integralidade e da universalidade; Defender a Previdência Social pública na lógica do regime de repartição de renda e solidariedade entre gerações, sob o controle dos trabalhadores, combatendo o mercantilismo desta política; Defender os direitos das crianças e dos adolescentes expressos no ECA, a não alteração da idade penal, do tempo de internação e a não emancipação civil do adolescente autor de ato infracional; Contribuir com a intervenção qualificada nos espaços de controle democrático da sociedade sobre o Estado (conselhos, conferências de políticas e de direitos, entre outros);
4. Serviço Social e Assistência Social	é relevante
4. Serviço Social e Assistência Social	Em desacordo. Essa política e a inserção do SS já é bastante discutida e tem seus espaços já consolidados para tal.
4. Serviço Social e Assistência Social	Precisamos pensar nesses espaços de forma descentralizada.
4. Serviço Social e Assistência Social	Proposta interessante, mas não relevante. Podemos fortalecer as comissões de seguridade social, e realizar essa discussão na mesma.
4. Serviço Social e Assistência Social	Proposta interessante, pois é urgente criar espaços que deem visibilidade ao Serviço Social no SUAS. Apoiar e fortalecer os fóruns de Trabalhadores do SUAS, na busca de condições dignas de trabalho e salários dos/as assistentes sociais e demais trabalhadores/as, na perspectiva da garantia da qualidade dos serviços prestados à população.
5. BPC	Manter (8)
5. BPC	a defesa do BPC, está presente nas bandeiras de luta. Não pode ficar restrito a uma temporalidade (triênio) As quatro propostas são relevantes diante da conjuntura de desmonte da política de assistência social. Pode ser condensada em única redação.

5. BPC	De acordo com a proposta 5.4
5. BPC	é relevante
5. BPC	Não concordo, o Estado não tem recursos infinitos, há que se estabelecer critérios de elegibilidade e renda para contemplar quem de fato precisa. As ações de fiscalização também devem existir para evitar fraudes.
5. BPC	O BPC deve ser um tema de interesse prioritário na agenda de lutas, a conjuntura impõe essa demanda ao conjunto CFESS/CRESS.
5. BPC	Ótimo. Penso que essa sugestão seja a mais completa: 5.4 Manter articulação permanente com a rede socioassistencial em defesa da ampliação e da desburocratização do acesso ao benefício assistencial não-contributivo de valor não inferior a 1 salário-mínimo, pautado nas condições de vida do usuário e não no recorte absoluto de renda e em práticas fiscalizatórias do Estado sobre a população, acompanhando as alterações no critério de acesso ao BPC trazidas pela Lei nº 13.982 de 02 de abril de 2020.
5. BPC	Se faz necessária a articulação para se manter o critério de aferição de renda trazida pela Lei 13.982/2020 mesmo no pós Pandemia.
6. Avaliação para acesso à benefícios previdenciários	Manter (6)
6. Avaliação para acesso à benefícios previdenciários	6.7. Defender a manutenção da avaliação multiprofissional e interdisciplinar da pessoa com deficiência para fins de acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais, a partir da concepção ampliada de deficiência e da pessoa com deficiência, estabelecidas, na convenção da ONU 2007, Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/15, Loas - Lei nº 8.742/93 e Lei Complementar nº 142/13, resguardando as atribuições privativas dos/as Assistentes Sociais e as condições éticas e técnicas para o exercício da profissão.
6. Avaliação para acesso à benefícios previdenciários	a defesa da avaliação multiprofissional também deve ser constante pelo conjunto da categoria, devido a sua relevância, como também pela construção de luta da nossa categoria e do movimento das pessoa com deficiência. Sugestão é a comissão organizadora fazer uma única proposta a partir das 7 aqui apresentadas pelos regionais.
6. Avaliação para acesso à benefícios previdenciários	De acordo com as propostas 6.1 e 6.7. Tentar juntar.
6. Avaliação para acesso à benefícios previdenciários	é relevante
6. Avaliação para acesso à benefícios previdenciários	Manter 6.5, 6.6 e 6.7 com foco no chamamento dos aprovados no concurso público para agentes fiscais para atuarem na orientação da resolução que tange as condições éticas e técnicas da profissão.
7. Defesa da Política de Previdência Social	Acredito que as 3 propostas podem ser unificadas.
7. Defesa da Política de Previdência Social	é relevante
7. Defesa da Política de Previdência Social	Não concordo.

7. Defesa da Política de Previdência Social	Necessário pensar e fortalecer as estratégias pra defesa da previdência social e o serviço social. no sentido do acesso à estes direitos a população usuária e pensar nas pistões técnicas e ticas. Das atribuições profissionais e os constantes assédio da gestão pra diminuir ou retomar o exercício social. Importante a reestruturação nível do instituído, cuja reforma não prevê o serviço social . Necessário e urgente pensar em estratégias ou tã aos órgãos de representação profissional pra garantir as premissas de um atendimento de qualidade e condições de trabalho.
7. Defesa da Política de Previdência Social	No contexto de desmonte, essas propostas são relevantes para o conjunto. Lembrando que nas bandeiras de luta, no item 15 já consta a defesa da política previdenciária. Podemos focar nesse item 7 a questão da estrutura da autarquia/INSS. A questão relacionada ao Serviço Social da instituição seria discutida no item 8.
8. Serviço Social na Previdência Social	Manter (7)
8. Serviço Social na Previdência Social	De acordo com a 8.3, mas penso que as propostas podem ser condensadas.
8. Serviço Social na Previdência Social	Defesa do serviço social na precise dia co o meio de socialização da rede e necessário fortalecer os espaços democráticos, dos movimentos populares e d profissionais
8. Serviço Social na Previdência Social	é relevante
8. Serviço Social na Previdência Social	Muito atual e relevante. Defender o serviço Social na previdência social é urgente e necessário. O conjunto CFESS/CRESS sempre esteve presente nessa defesa. A proposta poderia ser um pouco alterada, colocando o verbo CONTINUAR na defesa do serviço social.... Fazer uma compilação dessas propostas
8. Serviço Social na Previdência Social	Não concordo
8. Serviço Social na Previdência Social	PROPOSTA RELEVANTE
8. Serviço Social na Previdência Social	Relevante.
9. Defesa do Serviço Social na Educação	Manter (6)
9. Defesa do Serviço Social na Educação	A aprovação da Lei nº 13.935/2019 foi uma conquista para a categoria, atuar na política de educação é a possibilidade de fortalecer o trabalho dos assistentes sociais na educação e conseqüentemente assegurar direitos da população usuária.
9. Defesa do Serviço Social na Educação	A proposta 9.6. está mais completa, pois o conjunto já atua nessa questão, então é INTENSIFICAR. Mudaria a execução para 2021-2022.

9. Defesa do Serviço Social na Educação	ALTAMENTE RELEVANTE. Primeiramente é importante considerar que foi uma luta de quase duas décadas para a criação da Lei nº 13.935/2019. Há necessidade de ampliar o TENSIONAMENTO para que a eficácia e aplicabilidade da lei venha iniciar-se com URGÊNCIA nos diversos entes federados, ao passo que se assim não for incorre-se no RISCO DE tornar-se mais uma "lei ineficaz". Pelo contexto atual o Estado possui muitas leis em que atua com débito para com a sociedade, justamente pelo seu descumprimento. CFESS http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1647
9. Defesa do Serviço Social na Educação	Convocar os profissionais para as discussões sobre a lei aprovada que garante os Assistentes Sociais nas escolas, e o uso do Fundeb, além de como será a inserção destes profissionais, por concurso, processo seletivo.
9. Defesa do Serviço Social na Educação	De acordo com a proposta 9.6.
9. Defesa do Serviço Social na Educação	é relevante a cobrança da efetivação da lei e também é necessário capacitar os profissionais para atuar nesta área
9. Defesa do Serviço Social na Educação	Extremamente necessário, outros profissionais ocupam o lugar do assistente social, promovendo atendimento indevido sem conhecimento aumentando ou mesmo agravando a situação em destaque.
9. Defesa do Serviço Social na Educação	manter 9.1 e 9.6
9. Defesa do Serviço Social na Educação	Não concordo com o item 9.6
9. Defesa do Serviço Social na Educação	Proposta relevante e necessária
9. Defesa do Serviço Social na Educação	Relevante.
9. Defesa do Serviço Social na Educação	Sugestão: Apresentar estudos sobre a viabilidade orçamentária e financeira, para contratação de Assistentes Sociais na Educação.
10. Assistência Estudantil	Manter (7)
10. Assistência Estudantil	De acordo com a proposta 10.1
10. Assistência Estudantil	é relevante, frente ao desmonte das ações afirmativas do governo federal
10. Assistência Estudantil	este debate precisa ser intensificado. proposta excelente
10. Assistência Estudantil	Proposta necessária e urgente.
10. Assistência Estudantil	Relevante.
11. Defesa do SUS	Manter (6)
11. Defesa do SUS	11.5 manter porem, ampliando o quadro de agentes com pessoal aprovado em concurso público.

11. Defesa do SUS	A defesa do Sistema Único de Saúde é uma bandeira de luta da categoria, hoje mais do nunca é necessário que essa defesa se fortaleça, vivemos uma política de desconstrução dos sistemas públicos e nesse contexto esta inserido o SUAS, assim como outros sistemas públicos. Portanto assegurar recursos para a oferta dos serviços, assim como garantir a permanência dos profissionais de serviço social nos diversos serviços ofertados.
11. Defesa do SUS	A defesa do SUS consta nas bandeiras de luta da categoria, no item 11. A luta é intensificar essa defesa, daí sua relevância. a proposta 11.5 é a mais completa.
11. Defesa do SUS	Concordo
11. Defesa do SUS	De acordo com a proposta 11.5
11. Defesa do SUS	Importante a categoria estar presente na discussão relacionada ao SUS.
11. Defesa do SUS	o SUS deve ser defendido pela categoria e seus órgãos
11. Defesa do SUS	precisa-se garantir a presença do profissional nos serviços de urgência 24 horas e não só dia como a maioria dos hospitais do nordeste.
11. Defesa do SUS	PROPOSTA RELEVANTE: 11.5. Intensificar ações em defesa do SUS e das condições de trabalho e saúde dos/as assistentes sociais, considerando o contexto de endemias, pandemias e ainda pós pandemias, na perspectiva de responsabilização do Estado na condução das políticas sociais, e contra as diversas modalidades de privatização da saúde, em articulação com os conselhos de direitos, fóruns, sindicatos e a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, ressaltando a saúde do/a trabalhador/a neste cenário.
11. Defesa do SUS	Relevante.
11. Defesa do SUS	Vejo que os movimentos contra a EC 95 devem continuar, embora já tenha sido ratificado, entendo que deve haver uma busca continuada na intenção de quebrar o período para revisão
12. Serviço Social na Saúde	Ainda existe GT? em desacordo. Vamos fortalecer as lutas coletivas, as frentes amplas...
12. Serviço Social na Saúde	Como???Se vocês baixam resoluções que enfraquecem e limitam a atuação dos profissionais.Vocês representam uma categoria, mas agem como se fosse o contrário.
12. Serviço Social na Saúde	Concordo
12. Serviço Social na Saúde	Relevante, mas como temos as comissões de seguridade social, o ideal é fortalecer essa comissão e levar essa questão para ser discutida nesse espaço.
13. Reforma Psiquiátrica Luta Antimanicomial	“A ausência de mediações teóricas e de instrumental metodológico adequado para a atuação do assistente social brasileiro na área da saúde mental dentro da profissão criou um fosso que impede a interação com a cultura profissional mais contemporânea incentivando uma autonomização da formação no campo da saúde mental, que tende então a ser polarizado apenas pelo instrumental teórico e metodológico do próprio campo psi. Em nossa pesquisa constatamos que na bibliografia utilizada nos trabalhos de conclusão de curso (TCCs) pelos estudantes vinculados a estágio no campo da saúde mental, a bibliografia específica do serviço social tende a diminuir de forma gradativa, até praticamente sumir nos anos 90.” (Vasconcelos,2000, pág.208) “O serviço social no Brasil vive persistentemente um processo de recalçamento da subjetividade, do inconsciente, da sexualidade e da emoção, formando profissionais despreparados do ponto de vista teórico e pessoal para lidar com os desafios psicológicos e com o
13. Reforma Psiquiátrica Luta Antimanicomial	13.2 Manter

13. Reforma Psiquiátrica Luta Antimanicomial	13.2 Manter e incluir os consultórios de/na rua (5)
13. Reforma Psiquiátrica Luta Antimanicomial	a reforma psiquiátrica também consta nas bandeiras de luta da categoria. Item 12. as propostas trazidas pelos regionais são relevantes no sentido de fortalecer essa luta diante dos retrocessos atuais impostos pelo atual governo. Sugestão redigir uma única proposta tendo como parâmetro o FORTALECIMENTO DA LUTA.
13. Reforma Psiquiátrica Luta Antimanicomial	Concordo
13. Reforma Psiquiátrica Luta Antimanicomial	De acordo com a proposta 13.2
13. Reforma Psiquiátrica Luta Antimanicomial	defender a política nacional de saúde mental e não aceitar retrocessos
13. Reforma Psiquiátrica Luta Antimanicomial	Manter
13. Reforma Psiquiátrica Luta Antimanicomial	Proposta relevante. Necessário fortalecimento na luta para efetivação da reforma psiquiátrica.
13. Reforma Psiquiátrica Luta Antimanicomial	Relevante.
14. Internação Compulsória	bastante relevante.
14. Internação Compulsória	De acordo.
14. Internação Compulsória	Manter (7)
14. Internação Compulsória	Não concordo com essa proposta. Pacientes em surto e em risco para si e outros, não tem condições psíquicas de decidir.
14. Internação Compulsória	necessário
14. Internação Compulsória	Quando o sujeito agudiza, faz-se necessário o internamento por pouco tempo, até a remissão da sintomatologia.
14. Internação Compulsória	Relevante (3)
15. Reforma Agrária	Manter (7)
15. Reforma Agrária	Concordo
15. Reforma Agrária	De acordo com a proposta 15.1
15. Reforma Agrária	É necessário que seja corrigido o tópico como segue: Onde se lê: REFORÇA AGRÁRIA Leia-se: REFORMA AGRÁRIA
15. Reforma Agrária	este debate se faz urgente dado as condições atuais no nosso país.
15. Reforma Agrária	Formação sobre urbanização e Habitação e o serviço Social
15. Reforma Agrária	Proposta relevante. (3)
15. Reforma Agrária	super relevante. Penso que a sugestão recai na compilação das 3 propostas enviadas pelos regionais.
16. Orçamento Público	16.2 Manter (7)

16. Orçamento Público	a questão do orçamento público e a participação das atividades relacionadas ao orçamento participativo é bastante complexa, pois nem todos os municípios brasileiros adotaram essa prática. mas é relevante, tempo assistentes sociais que atuam na área. Aguardo sugestão da comissão organizadora como copilar essas propostas e dos/as demais colegas.
16. Orçamento Público	Concordo
16. Orçamento Público	De acordo com a proposta 16.4
16. Orçamento Público	é relevante
16. Orçamento Público	Penso que essa sugestão está mais ampla e completa: 16.4. Intensificar ações coletivas em coalizão com movimentos sociais pela revogação da Emenda Constitucional nº 95/16, que congelou os recursos orçamentários e financeiros para as políticas sociais por 20 anos, e garantia de fundo público exclusivo para o financiamento de uma Seguridade Social universal e ampla, bem como defender uma reforma tributária que reduza desigualdades e promova justiça social, com enfrentamento de medidas e contrarreformas, como a administrativa, que reduzem recursos públicos e o papel do Estado em políticas públicas e direitos.
16. Orçamento Público	proposta relevante.
16. Orçamento Público	Providenciando com urgência um curso de capacitação sobre orçamento público, on LINE, gratuito e caráter nacional
17. Renda Básica	17.1 Manter (7)
17. Renda Básica	Concordo com ressalvas.
17. Renda Básica	De acordo com a proposta 17.3
17. Renda Básica	Desde que sejam "debates" de verdade, ok!
17. Renda Básica	é importante a discussão a implantação de renda mínima e alterações no Programa Bolsa Família, mas estes espaços não são permitidos pelo governo federal, então deve ser estabelecidos estratégias, pois os espaços de discussão e construção das políticas públicas não estão sendo respeitados
17. Renda Básica	Neste ponto, é relevante pontuar que a implementação da renda básica universal não seja justificativa para retirada de outros direitos já conquistados, principalmente os trabalhadores.
17. Renda Básica	proposta relevante.
17. Renda Básica	Relevante.
18. Seguridade Social e os Povos indígenas e tradicionais	Concordo (2)
18. Seguridade Social e os Povos indígenas e tradicionais	relevante
19. Comissões de Seguridade Social	A criação dessas comissões vão ampliar o conhecimento dos profissionais para que estes possam informar os usuários dos direitos sociais existentes.
19. Comissões de Seguridade Social	Concordo

19. Comissões de Seguridade Social	Em desacordo, pois os cress já tem as comissões que compõem a política.
19. Comissões de Seguridade Social	essa proposta tem um lado bastante subjetivo = Estimular. Mesmo que essa comissão seja relevante, mas não concordo que saia como proposta, cada cress deve fazer uma análise de suas realidades locais.
20. Trabalho no contexto de calamidade pública	Concordo com ressalvas
20. Trabalho no contexto de calamidade pública	De acordo, embora ache que o conjunto tem feito esse movimento.
20. Trabalho no contexto de calamidade pública	Essencial
20. Trabalho no contexto de calamidade pública	relevante,
21. Condições éticas e técnicas	Acredito que esse deveria ser a principal ação, tendo em vista os péssimos salários destinados a classe.
21. Condições éticas e técnicas	Concordo
21. Condições éticas e técnicas	Divulgar a resolução do CFESS que trata da questão
21. Condições éticas e técnicas	Em acordo.
21. Condições éticas e técnicas	Muito importante
22. Concurso Público	ALTA PRIORIDADE. É perceptível o quanto a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA tem tornado a EXCEÇÃO um feito rotineiro de REGRA, em comparativos com contratações em REGIME TEMPORÁRIO, onde a exceção deveria coexistir pela legalidade do ato. Todavia não é o que se percebe no contexto geral. Quando muitos dos processos e até CONCURSOS não respeito em face de falta de legislação no ente, a Lei 12.317/2010, que se refere a jornada de trabalho do Assistente social (30h). Opino que o Conjunto CFESS/CRESS poderia pensar em reunião dos seus trabalhadores, na opção de construir e disponibilizar FERRAMENTAS de comunicação com maior assertividade para dar suporte aos profissionais que habilitados e quando enfrentam diversos problemas relacionados a esta e demais temáticas, melhorando a eficiência e até o registro estatístico das situações para posteriores estudos.
22. Concurso Público	Concordo
22. Concurso Público	De acordo com a proposta 22.2
22. Concurso Público	Importante
22. Concurso Público	O atual cenário demonstra a necessidade de fortalecer essas bandeiras de luta, o concurso é algo essencial na garantia da autonomia dos profissionais ante aos desmandes de políticos que visualiza no serviço a extensão da sua. Precisamos lutar veementemente contra a proposta da reforma administrativa.

22. Concurso Público	Os ataques recentes, pelo governo com a reforma administrativa. Podem atingir nossa categoria. É preciso a mobilização, discussões nos conselhos e aproximação da categoria. Sendo preciso um chamamento urgente e a luta pela não aprovação. O silêncio está absurdo, considerando que atingirá somente os novos ingressos a carreira pública. Mas os que já estão precisam sonar forças aos que veem seus direitos atacados.
22. Concurso Público	Quanto aos concursos e necessários, e como tal acompanhar quanto ao conteúdo específico.
22. Concurso Público	relevante
23. Seminário de Seguridade	a capacitação é fundamental
23. Seminário de Seguridade	Concordo, desde que não seja utilizado para palanque político de A ou B
23. Seminário de Seguridade	Sobre a proposta 23.1 penso que esse debate precisa ser retomado e ampliado, quanto as demais propostas de seminários não me oponho. Considero que o responsável deva ser o cress/ress
23. Seminário de Seguridade	Trabalhar junto aos diversos setores da sociedade pela desconstrução da "política" higienista da população em situação de rua.
24. Serviço Social e o campo sócio-jurídico	Capacitar assistentes sociais, oferecendo ferramentas de trabalho de alta complexidade.
24. Serviço Social e o campo sócio-jurídico	Concordo
24. Serviço Social e o campo sócio-jurídico	Penso que um seminário regional/estadual e depois nacional antes seria mais estratégico.
24. Serviço Social e o campo sócio-jurídico	relevante
25. População em Situação de Rua	Ampliar o serviço especializado para pessoas em situação de rua
25. População em Situação de Rua	Concordo
25. População em Situação de Rua	É de extrema urgência uma ampla discussão da legislação da população em situação de rua, e a ausência de equipamentos.
25. População em Situação de Rua	proposta 25.2
25. População em Situação de Rua	relevante
26. Conselhos de Direitos	Antes disso penso que deva ser discutido que tipo de participação temos tido nesses espaços antes de lutar pela sua ampliação. Vejo que tem se ampliado os assentos e a participação dos profissionais, porém sem a necessária participação efetiva e em prol da população.
26. Conselhos de Direitos	Concordo

26. Conselhos de Direitos	relevante
27. Política de Arte e Cultura	27.1 Manter e fortalecer as ações junto aos movimentos de cultura (4)
27. Política de Arte e Cultura	Concordo (2)
27. Política de Arte e Cultura	Manter e fortalecer as ações aos movimentos culturais
27. Política de Arte e Cultura	Manter e fortalecer as ações junto aos movimentos de cultura (2)
27. Política de Arte e Cultura	relevante
27. Política de Arte e Cultura	Sim...

3.4 ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO:

TEMA	COMENTÁRIO
1. Patamares Mínimos e Máximos para pessoa física	1.1 Rever a atual política de pagamento de anuidade, visto a atual conjuntura pandêmica global que se atravessa no mundo em especial no Brasil, país subdesenvolvido.
1. Patamares Mínimos e Máximos para pessoa física	Anuidades caríssimas para o nível dos salários recebidos em função do trabalho oferecido, cada vez mais empobrecido e desvalorizado.
1. Patamares Mínimos e Máximos para pessoa física	considerar a crise causada pela covid19
1. Patamares Mínimos e Máximos para pessoa física	Discordo totalmente! A anuidade está muito cara diante da realidade econômica da categoria profissional. A anuidade deve ser reduzida! É necessário elaborar um estudo financeiro, mostrando essa viabilidade.
1. Patamares Mínimos e Máximos para pessoa física	Em tempos de pandemia e desmonte dos serviços se pensar a possibilidade de diminuição ou até a possibilidade de congelamento do aumento da anuidade.
1. Patamares Mínimos e Máximos para pessoa física	Extrema relevância, inclusive reavaliar o abuso da anuidade cobrada.
1. Patamares Mínimos e Máximos para pessoa física	ok
1. Patamares Mínimos e Máximos para pessoa física	Reduzam os patamares mínimos e máximo, estamos no meio de uma pandemia e o CFESS tem superávit de caixa, tanto que comprou um

Máximos para pessoa física	prédio por milhões sem consulta à categoria.
1. Patamares Mínimos Máximos para pessoa física	e Rever a atual política de pagamento de anuidade, visto a atual conjuntura pandêmica global que se atravessa no mundo em especial no Brasil, país subdesenvolvido. (5)
1. Patamares Mínimos Máximos para pessoa física	e Rever atual política de pagamento de anuidade visto a crise sanitária que vivemos.
2. Anuidade Pessoa Jurídica	A mesma coisa.As pessoas jurídicas estão se arrastando por falta de demanda de trabalho.
2. Anuidade Pessoa Jurídica	considerando a crise causada pela covid19
2. Anuidade Pessoa Jurídica	Extrema relevância.
2. Anuidade Pessoa Jurídica	Garantindo a possibilidade de parcelamento em até 12 vezes dentro o mesmo ano de acordo com o mês de pagamento.
2. Anuidade Pessoa Jurídica	ok mas penso que o conjunto cfess/cress deveria fazer uma campanha para socializar a informação de que as empresas que executem serviço de consultoria em nossa área devam se inscrever nos cress.
2. Anuidade Pessoa Jurídica	Reduzam o valor da anuidade, pois teremos pandemia até 2021, estamos vivendo uma crise econômica, façam ajustes nas contas para redução das anuidades.
2. Anuidade Pessoa Jurídica	Rever a atual política de pagamento de anuidade, visto a atual conjuntura pandêmica global que se atravessa no mundo em especial no Brasil, país subdesenvolvido. (6)
2. Anuidade Pessoa Jurídica	Rever atual política de pagamento de anuidade visto a crise sanitária que vivemos.
3. Taxas e Emolumentos	considerando a crise causada pela covid19
3. Taxas e Emolumentos	Extrema relevância. Reavaliar valores que consideramos abusivos.
3. Taxas e Emolumentos	Manter
3. Taxas e Emolumentos	ok levando em consideração que em contexto de pandemia, penso que o conjunto não atingiu o patamar do planejamento financeiro.
3. Taxas e Emolumentos	Rever a atual política de pagamento de anuidade, visto a atual conjuntura pandêmica global que se atravessa no mundo em especial no Brasil, país subdesenvolvido. (5)
3. Taxas e Emolumentos	Rever atual política de pagamento de anuidade visto a crise sanitária que vivemos.
4. Descontos e Parcelamentos	4.1 Manter (5)
4. Descontos e Parcelamentos	Altamente relevante 4.1.
4. Descontos e Parcelamentos	Até 12 vezes.
4. Descontos e Parcelamentos	Coaduno com a proposta 4.1, mas também não impede que haja o parcelamento porém com a anuidade do valor integral.
4. Descontos e Parcelamentos	considerando a crise causada pela covid19
4. Descontos e Parcelamentos	debate relevante
4. Descontos e Parcelamentos	Extrema relevância. Descontos adequados,porém anuidade abusiva.
4. Descontos e Parcelamentos	Manter (2)

4. Descontos e Parcelamentos	Proposta relevante e de acordo.
5. Publicação de Resolução	Após avaliação de anuidade abusiva, a publicação é de extrema relevância.
5. Publicação de Resolução	Assistentes sociais não fizeram votos de pobreza, mas é como se tivessem feito.
5. Publicação de Resolução	considerando a crise causada pela covid19
5. Publicação de Resolução	Desnecessário.
5. Publicação de Resolução	Manter (7)
5. Publicação de Resolução	relevante
6. Política de Gestão Documental	6.1 Manter (6)
6. Política de Gestão Documental	De acordo com a proposta 6.1. Instituir a Política de Diretrizes da Gestão Documental para o conjunto Cfess/Cress, em observância à legislação vigente, contemplando a elaboração de um plano de ações a serem desenvolvidas e seus resultados, por parte de cada Cress e do Cfess.
6. Política de Gestão Documental	Extrema relevância.
6. Política de Gestão Documental	Mudança já!!!Muita coisa precisa ser mudada se o serviço social quiser sobreviver. Querem ver um exemplo: Dos filhos e filhas de vocês quem deseja seguir os seus passos? Raramente seguem essa profissão, a menos que já vislumbrem espaços interessantes como "herança".
6. Política de Gestão Documental	Proposta 6.1 mais relevante.
6. Política de Gestão Documental	Públicizem,assim como aprendam a fazer detalhamento de gastos nas prestações de contas, pois há pouca transparência na divulgação dos gastos.
6. Política de Gestão Documental	Relevante
6. Política de Gestão Documental	Suprimir
7. Diretrizes para planejamento do Conjunto Cfess/Cress	7.1 Manter (7)
7. Diretrizes para planejamento do Conjunto Cfess/Cress	Altamente relevante 7.1
7. Diretrizes para planejamento do Conjunto Cfess/Cress	Coaduno com a proposta 7.1. O conjunto CFESS/CRESS já devem seguir as normativas do TCU.

7. Diretrizes para planejamento do Conjunto Cfess/Cress	de acordo com a proposta 7.1. Normatizar as diretrizes gerais do plano de ação anual e relatórios de gestão, como desdobramento do planejamento estratégico trienal e da construção de indicadores de monitoramento e avaliação.
7. Diretrizes para planejamento do Conjunto Cfess/Cress	Extrema relevância.
7. Diretrizes para planejamento do Conjunto Cfess/Cress	Já comentei bastante a esse respeito.
7. Diretrizes para planejamento do Conjunto Cfess/Cress	Muito bom
7. Diretrizes para planejamento do Conjunto Cfess/Cress	O planejamento é um instrumento de gestão fundamental para aprimorar as ações, dar uma compreensão de unidade nos conselhos, construir indicadores é um processo de avaliação importante para acompanhar e aprimorar as ações aprovadas e desenvolvidas.
8. Transparência e Lei de Acesso à Informação	8.1 manter (6)
8. Transparência e Lei de Acesso à Informação	de acordo com a proposta 8.1. Padronizar e aprimorar as iniciativas de transparência do Conjunto Cfess/Cress, qualificando-as, de forma a permitir que o conteúdo e as justificativas políticas destas iniciativas também sejam socializados de acordo com o que estabelece a Lei no 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI).
8. Transparência e Lei de Acesso à Informação	Elaborem um plano anual de atividades com detalhamento de gastos a serem investidos tendo a opção de aprovação de cada gasto e atividade pela categoria.
8. Transparência e Lei de Acesso à Informação	Manter considerando os concursos públicos para preenchimento de quadro
8. Transparência e Lei de Acesso à Informação	ok. Se complementam.
8. Transparência e Lei de Acesso à Informação	Quebrem padrões e resoluções.
8. Transparência e Lei de Acesso à Informação	relevante
9. GT de Padronização dos Procedimentos de Inscrição	9.1 manter (6)
9. GT de Padronização dos	Desburocratizar.

Procedimentos de Inscrição	
9. GT de Padronização dos Procedimentos de Inscrição	Manter com preenchimento de profissionais concursados conforme estabelecido em concurso público do CRSS SP
9. GT de Padronização dos Procedimentos de Inscrição	ok. Me admiro disso ainda não ocorrer.
9. GT de Padronização dos Procedimentos de Inscrição	relevante
9. GT de Padronização dos Procedimentos de Inscrição	suma importância essa padronização para o conjunto cfess/cress
9. GT de Padronização dos Procedimentos de Inscrição	Uniformizem isso, a reclamação é geral, principalmente que não atendem telefone e nem respondem email em tempo hábil.
10. Sistemas Integrados de Gestão	10.1 Manter (6)
10. Sistemas Integrados de Gestão	10.1 manter Rever o contrato com a EMPRESA
10. Sistemas Integrados de Gestão	O Conjunto está muito bem obrigada. Quem precisa de atenção é a categoria pobre e desqualificada.
10. Sistemas Integrados de Gestão	Penso ser possível aglutinar as três propostas, uma vez que elas se somam
10. Sistemas Integrados de Gestão	proposta 10.1
11. Cota-Parte	11.2 Manter (5)
11. Cota-Parte	Altamente relevante 11.2
11. Cota-Parte	De acordo com a proposta 11.2 (2)
11. Cota-Parte	Estudo sobre a cota parte vocês podem fazer, mas estudos pra redução da anuidade não podem?
11. Cota-Parte	Manter desde que assegure o chamamento e ampliação de profissionais aprovados em concurso público
11. Cota-Parte	O Conjunto está muito bem obrigada. Quem precisa de atenção é a categoria pobre e desqualificada.
12. Fundo de Apoio	Altamente relevante
12. Fundo de Apoio	De acordo (2)
12. Fundo de Apoio	Manter (6)
12. Fundo de Apoio	Manter, considerando chamar profissionais que foram aprovados em concurso público
12. Fundo de Apoio	O Conjunto está muito bem obrigada. Quem precisa de atenção é a categoria pobre e desqualificada.

13. Enfrentamento Inadimplência	à	13.2 Rever a atual política de inadimplência de anuidade, visto a atual conjuntura pandêmica global que se atravessa no mundo em especial no Brasil, país subdesenvolvido (6)
13. Enfrentamento Inadimplência	à	Coaduno da proposta 13.1 e receio da proposta 13.2 por se tratar de um tributo. Caso seja viável juridicamente e os cress se responsabilizem dentro de cada gestão, sou favorável.
13. Enfrentamento Inadimplência	à	considerando o impacto da pandemia, defendo uma ação específica para o momento, sendo assim acompanho a proposta 13.4
13. Enfrentamento Inadimplência	à	é importante negociar as pendências financeiras
13. Enfrentamento Inadimplência	à	Garantindo que a dívida seja parcelada em até 12 vezes
13. Enfrentamento Inadimplência	à	Maior autonomia para negociações, isenções de juros/multas e parcelamentos pelos Cress.
13. Enfrentamento Inadimplência	à	Reduzam as anuidades e coloquem valores mais acessíveis, haja vista que ainda são um valor alto considerando a realidade salarial.
13. Enfrentamento Inadimplência	à	Rever a atual política de inadimplência, de anuidade visto a crise sanitária que vivemos.
13. Enfrentamento Inadimplência	à	Tão humanos, tão preocupados com os presos, drogados, abortamento, só não olham para a categoria. Isso é revoltante.
14. Prestador de Serviços Bancários do Conjunto Cfess/Cress		Acredito que periodicamente deva se fazer este estudo, mas direcionar a instituição bancária não acho viável. De tempos em tempos a se pensar para levantar estas tarifas e pensar na mudança (ex. triênio, a cada dois anos... para que também os cress só executem essas ações)
14. Prestador de Serviços Bancários do Conjunto Cfess/Cress		Altamente relevante
14. Prestador de Serviços Bancários do Conjunto Cfess/Cress		ampliar a forma de pagamento para cartão de credito (6)
14. Prestador de Serviços Bancários do Conjunto Cfess/Cress		Concordo (2)
14. Prestador de Serviços Bancários do Conjunto Cfess/Cress		É com vocês, como diz o ditado: "farinha pouca, meu pirão primeiro".
14. Prestador de Serviços		Rever com indicativo para ampliação de formas de pagamentos à anuidade como por exemplos cartões de créditos.

Bancários do Conjunto Cfess/Cress	
15. Resolução Nacional de Diárias	15 Manter, e ampliar essa discussão com a categoria (3)
15. Resolução Nacional de Diárias	Acredito que cada regional tenha uma realidade e cada regional que tenha sua resolução. Não deve ser uma tarefa do nacional, no máximo colocar parâmetros, mas mesmo assim continuo optando pelos cress pensarem sua realidade, tanto de arrecadação quanto de gastos.
15. Resolução Nacional de Diárias	Altamente relevante
15. Resolução Nacional de Diárias	Atualizem e acrescentem o item TRANSPARÊNCIA .
15. Resolução Nacional de Diárias	de acordo
15. Resolução Nacional de Diárias	De acordo.É preciso contemplar as particularidades regionais
15. Resolução Nacional de Diárias	Gastar o mínimo possível.Quem quiser viajar em primeira classe e se hospedar em hotel 5 estrelas, que tire do próprio bolso.
15. Resolução Nacional de Diárias	Manter e ampliar essa discussão com a categoria (3)
15. Resolução Nacional de Diárias	Rever e discutir com a categoria.
16. Espaço Criança	ação continuada
16. Espaço Criança	Concordo
16. Espaço Criança	é uma proposta interessante, e penso que deva ser tarefa de cada regional. Nas ações nacionais não penso ser viável, já que o custo das ações aumentará mais ainda.
16. Espaço Criança	esse estudo não já foi concluído?
16. Espaço Criança	Fundamental para garantir participação dos profissionais que tem filhos pequenos.
16. Espaço Criança	Manter (4)
16. Espaço Criança	Manter e ampliar
16. Espaço Criança	Muitíssimo relevante numa profissão predominante feminina
16. Espaço Criança	Proposta relevante e necessária
16. Espaço Criança	Rever por pouca adesão durante as atividades.
16. Espaço Criança	Super válido nas atividades presenciais. Já que a categoria composta, em sua maioria por mulheres. E com filhos pequenos
17. Trabalho remoto e	17 Manter e ampliar a discussão junto a categoria

atendimento no Conjunto Cfess/Cress na Pandemia	
17. Trabalho remoto e atendimento no Conjunto Cfess/Cress na Pandemia	Altamente relevante
17. Trabalho remoto e atendimento no Conjunto Cfess/Cress na Pandemia	Discordo em parte, pois já temos um horário reduzido. Inclusive no RJ é histórico a dificuldade dos assistentes sociais de base conseguir contato por telefone e por vezes presencial, imagine à distância.
17. Trabalho remoto e atendimento no Conjunto Cfess/Cress na Pandemia	essa ação já está em execução, não entendo ser necessária vim para cá
17. Trabalho remoto e atendimento no Conjunto Cfess/Cress na Pandemia	Manter e ampliar
17. Trabalho remoto e atendimento no Conjunto Cfess/Cress na Pandemia	Manter e ampliar a discussão junto a categoria (4)
17. Trabalho remoto e atendimento no Conjunto Cfess/Cress na Pandemia	Não concordo. A maioria dos profissionais que atuam atendendo fluxo constante de pessoas estão trabalhando presencialmente, adotando as recomendações em saúde e normas sanitárias, no conjunto não há fluxo intenso de pessoas para optar pelo teletrabalho.
17. Trabalho remoto e atendimento no Conjunto Cfess/Cress na Pandemia	Relevante
17. Trabalho remoto e atendimento no Conjunto Cfess/Cress na Pandemia	Rever com a categoria.
17. Trabalho remoto e atendimento no Conjunto Cfess/Cress na Pandemia	Tema urgente que impacta no atendimento e processo de trabalho
18. Processo Eleitoral online e quórum	18 Revisão não somente do quórum, mas também a qualificação do mesmo, de acordo com cada região (4)
18. Processo Eleitoral online e	De acordo.

quórum	
18. Processo Eleitoral online e quórum	deve continuar online pois permite uma participação maior dos profissionais
18. Processo Eleitoral online e quórum	Rever com a categoria o quórum assim como a empresa que prestou os serviços.
18. Processo Eleitoral online e quórum	Revisão não somente do quórum, mas também a qualificação do mesmo, de acordo com cada região
18. Processo Eleitoral online e quórum	Revisar não só o quórum como a qualificação desse quórum de acordo com cada região.
18. Processo Eleitoral online e quórum	sem comentário
19. Cota para negros nas gestões dos Cress	Acredito que embora não instituído isso já ocorra quando da montagem das chapas, porém não discordo.
19. Cota para negros nas gestões dos Cress	Debate importante
19. Cota para negros nas gestões dos Cress	é relevante
19. Cota para negros nas gestões dos Cress	Essencial e endossa nossa bandeira de lutas . Parabéns colegas do Nordeste
19. Cota para negros nas gestões dos Cress	Insistem em discriminar os negros , como se fossem menos capazes.Acho isso ridículo.
19. Cota para negros nas gestões dos Cress	Manter
19. Cota para negros nas gestões dos Cress	me pergunto quanto a viabilidade na prática dessa ação, considerando que já há dificuldades em trazer colegas para compor as gestões do cress
19. Cota para negros nas gestões dos Cress	Proposta muito relevante, mas seria interessante ter cota para pessoas com deficiência também
20. Autonomia e Independência dos Conselhos	20 Manter, inclusive ampliando a discussão junto as seccionais (7)
20. Autonomia e Independência dos Conselhos	20.1Fundamental
20. Autonomia e Independência dos Conselhos	De acordo.
20. Autonomia e	Debate importante

Independência dos Conselhos	
20. Autonomia e Independência dos Conselhos	defesa da autonomia, independência dos conselhos de profissão e estudar estratégias para que os postos de trabalho respeitem essa autonomia.
20. Autonomia e Independência dos Conselhos	Em tempos de todos os tipos de ataques e de fascismo, o fortalecimento dos conselho deve está na agenda do dia
20. Autonomia e Independência dos Conselhos	Não concordo.

3.5 COMUNICAÇÃO:

TEMA	COMENTÁRIO
1. Dia do/a Assistente Social de 2021	1.4 e 1.5 e 1.6 Manter
1. Dia do/a Assistente Social de 2021	1.6 É mais abrangente e contempla a necessidade de resistência neste momento histórico
1. Dia do/a Assistente Social de 2021	1.6 Manter (5)
1. Dia do/a Assistente Social de 2021	ACHEI A TEMÁTICA MUITO INTERESSANTE.
1. Dia do/a Assistente Social de 2021	Altamente relevante- 1.6
1. Dia do/a Assistente Social de 2021	De acordo com a proposta 1.6.
1. Dia do/a Assistente Social de 2021	Defendo o tema 1.4
1. Dia do/a Assistente Social de 2021	Em meu entendimento a proposta 1.1 contempla em uma redação acessível, a luta por vida e nossos povos originários. Além do mais é importante nesse momento dos graves crimes ocorridos na Amazônia e Pantanal.

1. Dia do/a Assistente Social de 2021	excelente!
1. Dia do/a Assistente Social de 2021	Manter 1.5
1. Dia do/a Assistente Social de 2021	Não concordo, se essencial somos nós, não o lucro, o conjunto deveria deixar de cobrar anuidades. Ao proibir o lucro de quem trabalha e produz, impedimos a economia de crescer e de termos IDH sustentáveis. Não vivemos em uma sociedade socialista ou comunista.
1. Dia do/a Assistente Social de 2021	Proposta 1.6. Representa bem o contexto de pós-pandemia; o respeito às vidas ceifadas em decorrência da Covid-19; a "essencialidade" do Serviço Social nesse cenário; e a força que a classe trabalhadora tem de parar o capital.
1. Dia do/a Assistente Social de 2021	Realizar pesquisa documental e oral sobre a história da organização da categoria dos A Sociais em MS
1. Dia do/a Assistente Social de 2021	Reflexão que a proposta 1.6 seria importante para dar destaque aos fundamentos do Serviço Social para construção de respostas profissionais nesta conjuntura.
1. Dia do/a Assistente Social de 2021	Votação Tema para as comemorações do Dia do/a Assistente Social, em 2021: - O LUTO É LUTA - essenciais somos nós, classe trabalhadora, não o lucro! A VIDA NÃO CABE NUMA #HASHTAG.
2. Campanha de Gestão para o Triênio 2020-2023	2.3. Perfeita.
2. Campanha de Gestão para o Triênio 2020-2023	2.5 Manter (5)
2. Campanha de Gestão para o Triênio 2020-2023	A emancipação é feminina: assistentes sociais contra toda forma de opressão-exploração e em defesa da vida
2. Campanha de Gestão para o Triênio 2020-2023	A proposta 2.5 caminha na pactuação que fizemos no último encontro nacional de dar continuidade a campanha de triênio "Assistentes Sociais no combate ao racismo". Em tempos tão cruéis é necessário defender e explicitar o óbvio. É uma proposta que tem como perspectiva a construção de respostas profissionais à luz dos fundamentos da profissão que busquem contribuir para dimensão pedagógico do trabalho profissional, das lutas populares e uma práxis antirracista.
2. Campanha de Gestão para o Triênio 2020-2023	Acredito que a proposta 2.5 é fundamental nesse momento histórico! VIDAS NEGRAS IMPORTAM!!!
2. Campanha de Gestão para o Triênio 2020-2023	Altamente relevante - 2.3 e 2.5
2. Campanha de Gestão para o Triênio 2020-2023	De acordo com a proposta 2.4.
2. Campanha de Gestão para o Triênio 2020-2023	Defendo o tema 2.4
2. Campanha de Gestão para o Triênio 2020-2023	EXCELENTE A CAMPANHA DA GESTÃO DO TRIÊNIO, PRECISAMOS AVANÇAR NA LUTA ANTIRRACISTA NA CENTRALIDADE DA LUTA POPULAR.

2. Campanha de Gestão para o Triênio 2020-2023	Não concordo. Não é acabando com o capitalismo que vamos resolver os problemas. Ademais não somos a palmatória do mundo. Temos que nos posicionar e ter posturas técnicas condizentes com a realidade dos nossos campos de atuação. Como vou fazer campanha anticapitalista trabalhando em uma empresa privada que me garante o sustento? Isso é delírio coletivo do conjunto.
2. Campanha de Gestão para o Triênio 2020-2023	VOTO: 2.5. Aprovar campanha de gestão para o triênio: Campanha de Gestão 2020-2023: "O essencial é a vida! A centralidade da luta popular antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e da organização política para o trabalho e a formação profissional em serviço social> (Vidas Negras Importam)".
3. Política de Comunicação do Conjunto Cfess/Cress	3.3 e 3.4 Manter e rever o contrato com a empresa de comunicação
3. Política de Comunicação do Conjunto Cfess/Cress	De acordo com a proposta 3.3
3. Política de Comunicação do Conjunto Cfess/Cress	Essencial, principalmente a questão da divulgação dos instrumentos e estratégias comunicacionais do conjunto
4. Seminário Nacional de Comunicação	4.1 Manter e ampliar a discussão com a categoria, também de forma virtual (2)
4. Seminário Nacional de Comunicação	De acordo.
4. Seminário Nacional de Comunicação	Manter
4. Seminário Nacional de Comunicação	Manter e ampliar a discussão a categoria tbm de forma virtual
4. Seminário Nacional de Comunicação	Manter e ampliar a discussão com a categoria, também de forma virtual
4. Seminário Nacional de Comunicação	Seminário online.
4. Seminário Nacional de Comunicação	Suprimir.
5. Acessibilidade	5.1 Manter e promover curso de libras para a categoria
5. Acessibilidade	5.1 Manter e promover curso de libras para a categoria profissional.
5. Acessibilidade	5.1 manter E se possível promover curso de libras para a categoria (5)
5. Acessibilidade	5.1 -NECESSÁRIO
5. Acessibilidade	Concordo.
5. Acessibilidade	de acordo com a proposta 5.1.
5. Acessibilidade	importante a acessibilidade, já que defendemos os direitos sociais, devemos cumprir também

5. Acessibilidade	Maravilhoso!
5. Acessibilidade	Muito bom.
6. Comunicação como Direito Humano	incluir o SUDESTE
6. Comunicação como Direito Humano	proposta 6.1.
7. Memória e Cultura da Profissão	7.1 manter (6)
7. Memória e Cultura da Profissão	Concordo, até para os profissionais de outros países se possível terem acesso e ver como o Serviço Social brasileiro é medíocre.
7. Memória e Cultura da Profissão	De acordo.
7. Memória e Cultura da Profissão	Muito relevante para historiografia da profissional ter um acervo que preserve nossos acúmulos de conteúdo e experiência
7. Memória e Cultura da Profissão	Proposta relevante e necessária. É preciso garantir a memória.
7. Memória e Cultura da Profissão	Relevante
7. Memória e Cultura da Profissão	Suprimir
8. Combate ao Racismo	8.2 Manter (7)
8. Combate ao Racismo	8.2. Promover ações que tenham como norte o combate ao racismo no exercício profissional como estratégia permanente do triênio 2020-2023. - PROPOSTA RELEVANTE, NECESSÁRIA E URGENTE.
8. Combate ao Racismo	Concordo
8. Combate ao Racismo	de acordo com a proposta 8.2.
8. Combate ao Racismo	Entendo que as ações de combate ao racismo precisa ser estratégia permanente do triênio 2020-2023.
8. Combate ao Racismo	importante dar continuidade às ações de combate ao racismo uma vez que muitos assistentes sociais ainda têm dificuldade para praticar ações antirracistas.
8. Combate ao Racismo	Muito importante pois trata de uma opressão estrutural na formação não Social brasileira
9. Informativo Serviço Social é Notícia	Concordo se não forem usar como mecanismo de política partidária.
9. Informativo Serviço Social é Notícia	de acordo.

9. Informativo Serviço Social é Notícia	excelente!
9. Informativo Serviço Social é Notícia	Importante veículo de comunicação... constar possíveis agendas...
10. Estratégias de Comunicação com a categoria	Ampliar estratégias e divulgar as mesmas. De acordo.
10. Estratégias de Comunicação com a categoria	Concordo
10. Estratégias de Comunicação com a categoria	TEM SUPER ACORDO COM ESSA PROPOSTA. Tiramos essa proposta na etapa estadual.
10. Estratégias de Comunicação com a categoria	hoje a rede é a melhor forma de comunicação
10. Estratégias de Comunicação com a categoria	Incluir na página do CFESS, o link dos sites de todos os CRESS
10. Estratégias de Comunicação com a categoria	Muito interessantes as sugestões de estratégias de comunicação. Penso que podem ser ampliadas para todas as regiões.
10. Estratégias de Comunicação com a categoria	Relevante
11. Apoio financeiro aos Cress	11.1 Rever, tendo como primazia profissionais concursado e específico para desenvolver a assessoria. (4)
11. Apoio financeiro aos Cress	Em desacordo.
11. Apoio financeiro aos Cress	Fundamental este debate.
11. Apoio financeiro aos Cress	Rever tendo como primazia profissionais com quadros concursados e específicos para desenvolver essa função/capacitação.
11. Apoio financeiro aos Cress	Rever, tendo como primazia profissionais concursado e específico para desenvolver a assessoria. (2)
12. Fórum da Comunicação	De acordo.
12. Fórum da Comunicação	Fundamental essa articulação regional.
12. Fórum da Comunicação	Manter (7)

3.6 FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

TEMA	COMENTÁRIO
1. Fórum em defesa da Formação e Trabalho	1.3 Manter (5)
1. Fórum em defesa da Formação e Trabalho	Altamente relevante 1.3
1. Fórum em defesa da Formação e Trabalho	Articulação com os fóruns estaduais de educação, ligado ao CONEDEP/ENE.
1. Fórum em defesa da Formação e Trabalho	coaduno com a proposta 1.3.
1. Fórum em defesa da Formação e Trabalho	é relevante
1. Fórum em defesa da Formação e Trabalho	Em primeiro lugar o serviço social vem formando militantes na atualidade.A profissão liberal de natureza técnico científica e ética ficou no passado.Infelizmente estamos vivenciando isso.
1. Fórum em defesa da Formação e Trabalho	Extrema relevância.
1. Fórum em defesa da Formação e Trabalho	Manter e agregar iniciativas que ocorrem nas seccionais.
1. Fórum em defesa da Formação e Trabalho	Manter redação 1.3
1. Fórum em defesa da Formação e Trabalho	Nesta conjuntura torna-se importante manter as ações para implementar os fóruns em defesa da Formação e do Trabalho Profissional em Serviço Social, especialmente em âmbito estadual.
1. Fórum em defesa da Formação e Trabalho	o CRESS propõe a realização do IV Congresso Estadual de Assistentes Sociais
1. Fórum em defesa da Formação e Trabalho	Pertinente, opino pela 1.3
1. Fórum em defesa da	Proposta relevante.

Formação e Trabalho	
1. Fórum em defesa da Formação e Trabalho	Relevante
2. Residência em Saúde	2.2 Manter (7)
2. Residência em Saúde	A proposta 2.2 é mais ampla e abarca as outras
2. Residência em Saúde	Ainda busca se preocupação com um planejamento que considere necessidades e anseios da comunidade. onde o planejar inclua o idoso abandonado por seus familiares nas internações nas instituições de saúde entre outras ações a serem desenvolvidas no próprio município com a falta de casas asilares para sua proteção.
2. Residência em Saúde	Altamente relevante 2.2
2. Residência em Saúde	Coaduno com a proposta 2.2
2. Residência em Saúde	CONCORDO PLENAMENTE, SOU RESIDENTE E SINTO FALTA DA ATENÇÃO DA CATEGORIA NESTE PONTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.
2. Residência em Saúde	debate essencial. mapear os programas de residência e debater a formação em serviços
2. Residência em Saúde	é relevante, a formação tem que sempre adequada
2. Residência em Saúde	Extrema relevância.
2. Residência em Saúde	Manter redação 2.2
2. Residência em Saúde	Necessidade de se discutir também a modalidade Residência Técnica implementada no estado do Paraná através da Lei Nº 20086 DE 18/12/2019. Essa modalidade tem gerado dúvidas, não somente quanto às atribuições e competências dos residentes, mas também dos profissionais supervisores. Esta demanda vem sendo imposta aos escassos profissionais que já atuam em sobrecarga de trabalho, sem discussão prévia.
2. Residência em Saúde	Proposta relevante e urgente. Os espaços de debate sobre a residência estão desmontados assim como as residências estão precarizadas, é necessário fortalecer os movimentos e espaços coletivos de debate.
2. Residência em Saúde	regionalização dos NUEPS para facilitar os pequenos municípios brasileiros
2. Residência em Saúde	Relevante, opino pela 2.2
2. Residência em Saúde	Tudo é precarizado, não é mesmo? Pergunto: onde está a nossa implicação nessa precarização???
3. Educação Permanente	3.4 3.5 3.6 Manter (6)
3. Educação Permanente	3.8 Promover espaços de debate e formação com a categoria profissional sobre as relações de gênero, incluindo sexualidade, visando a desmistificação da heterocisnormatividade enraizada nas políticas públicas e na realidade social enquanto totalidade.
3. Educação Permanente	4.3/3.5/3.6 manter
3. Educação Permanente	A Política de Educação Permanente deve ser uma prioridade para o conjunto cfess/cress, considerando as principais demandas do Serviço Social na perspectiva afirmativa dos compromissos ético-políticos profissionais articulados com a Abepss.
3. Educação Permanente	Altamente relevante 3.5
3. Educação Permanente	Capacitação permanente para profissionais se faz necessário, uma vez que as questões sociais surgem assim como as mudanças sociais.
3. Educação Permanente	CONCORDO PLENAMENTE SOBRE A DISCUSSÃO DA FORMAÇÃO LATO SENSU NA SAÚDE.

3. Educação Permanente	Creio que não cabe ao conjunto discutir heterocisnorma, vivemos em uma sociedade livre, cada um vive a sua identidade da forma que achar conveniente.
3. Educação Permanente	é relevante
3. Educação Permanente	EDUCAÇÃO PERMANENTE É AÇÃO FUNDAMENTAL UMA VEZ QUE A REALIDADE É DINAMICA E A CADA DIA SURGEM OLHARES DIFERENTES PARA A REALIDADE.
3. Educação Permanente	Manter a 3.5 com prioridade para o chamamento dos profissionais concursados
3. Educação Permanente	Manter redação 3.4
3. Educação Permanente	Nos possibilita reflexões críticas sobre a nossa prática em consonância com a teoria. Propiciando aos nossos usuários atendimento de qualidade, com resolutividade e comprometimento com a efetivação de direitos.
3. Educação Permanente	Opto pela proposta 3.2.
3. Educação Permanente	Penso que aqui poderia se adensado o debate sobre a curricularização da extensão em parceria com a ABEPSS
3. Educação Permanente	Perfeito, desde quando observem os avanços mundiais da profissão e parem de dizer que o/a assistente social não é capacitado para isso ou aquilo.O que cada profissional investe na sua profissão deveria ser reconhecido e legitimado pelo Conjunto.
3. Educação Permanente	Promover ações em defesa do trabalho e da formação de assistentes sociais e contra a precarização do ensino superior; Contribuir para o fortalecimento dos Fóruns de Supervisão de Estágio em âmbito estadual e regional; Dar continuidade à fiscalização do exercício profissional na formação, buscando o efetivo cumprimento das legislações que regulamentam a profissão e da implementação das diretrizes curriculares; Articular a abertura de cursos de Serviço Social nas universidades públicas, juntamente com órgãos da categoria de âmbito nacional (CFESS, ABPESS); Implementar a Política de Educação Permanente dando prioridade ao Projeto Ética em Movimento, promovendo este debate junto às/aos supervisoras/es de estágio; Reforçar a articulação com outras entidades e forças políticas em defesa da profissão e de condições efetivas de qualidade para o trabalho das/os assistentes sociais; Identificar demandas para a promoção de encontros temáticos de atualização profissional ; Propor a realização
3. Educação Permanente	Proposta relevante.
3. Educação Permanente	Relevância imediata.
3. Educação Permanente	Relevante
3. Educação Permanente	Relevante, opino pela 3.6
4. Fortalecimento das comissões de formação	4.3 Manter (6)
4. Fortalecimento das comissões de formação	A favor da proposta 4.1.
4. Fortalecimento das comissões de formação	Altamente relevante 4.3
4. Fortalecimento das comissões de formação	Considero que o fortalecimento da comissões de formação nos CRESS é um instrumento de grande valia para oportunizar e incentivar o debate sobre essa temática, incluindo as instituições do conjunto da categoria e a base.
4. Fortalecimento das comissões de formação	Desde quando não seja unilateral,privilegiando as correntes sociopolíticas, dando vez e voz às correntes psicossociais e fazendo justiça à

comissões de formação	categoria como um todo.
4. Fortalecimento das comissões de formação	é relevante
4. Fortalecimento das comissões de formação	Extrema relevância.
4. Fortalecimento das comissões de formação	incentivar e fortalecer as comissões, estabelecendo as diretrizes de trabalho mediando com as necessidades vivenciadas pelas unidades de ensino e pelos supervisores de campo. Discutir de forma sistemática a supervisão direta de estágio como atribuição privativa.
4. Fortalecimento das comissões de formação	Manter redação 4.3
4. Fortalecimento das comissões de formação	Nos tempos atuais é necessário incluir profissionais das mais variadas regiões garantindo assim a participação de membros do sertão, uma vez que estes tem demandas diferentes e como tal espaços também diferentes.
4. Fortalecimento das comissões de formação	Proposta relevante.
4. Fortalecimento das comissões de formação	Relevante
4. Fortalecimento das comissões de formação	Relevante, opino pela 4.3
5. Ações de enfrentamento à precarização do ensino	5. 2 5.4 5.5 Manter (6)
5. Ações de enfrentamento à precarização do ensino	5.6 é fundamental esta discussão.
5. Ações de enfrentamento à precarização do ensino	Acredito que as propostas podem ser condensadas em uma única, pois não são conflitantes, porém pelo histórico do conjunto é dar continuidade as ações de enfrentamento, já que temos um bom histórico.
5. Ações de enfrentamento à precarização do ensino	Altamente relevante 5.5
5. Ações de enfrentamento à precarização do ensino	As propostas 5.2, 5.3 e 5.4 deveriam serem aprovadas ou elaborada uma tentativa de redação que envolva todos os conteúdos nelas abordados
5. Ações de enfrentamento à precarização do ensino	Começemos pelas leis de diretrizes e bases da graduação do serviço social a brasileiro. Essa é a maior precarização a meu ver.
5. Ações de enfrentamento à precarização do ensino	Contra o item 5.2 pois algumas bandeiras de lutas tem foro íntimo e pessoal e o profissional deve ter a liberdade para apoiar ou não.
5. Ações de enfrentamento à precarização do ensino	é relevante acompanhar o processo de formação profissional nas unidades presenciais e a distância, como também os inúmeros cursos de curta duração ou pós graduações que estão surgindo. Quanto ao estágio, mesmo com autorização do MEC não consigo visualizar um estágio remoto ou a distância, ou com a construção de outros documentos.

5. Ações de enfrentamento à precarização do ensino	Essencial. O aligeiramento da formação repercute diretamente no trabalho profissional
5. Ações de enfrentamento à precarização do ensino	Extrema relevância.
5. Ações de enfrentamento à precarização do ensino	Manter a 5.2 primando para o chamamento de profissionais aprovados em concurso público
5. Ações de enfrentamento à precarização do ensino	Manter redação 5.6
5. Ações de enfrentamento à precarização do ensino	No momento de pandemia profissionais de serviço social ficaram a mercê das outras profissões e protocolos, um momento de questões sociais e esses foram apagados falta de reconhecimento por esses foi tanta que profissionais de outras classes tiveram suas gratificações "adicional de 40%" enquanto o serviço social ficou só com as atividades,
5. Ações de enfrentamento à precarização do ensino	O debate sobre a precarização da formação tem sido uma das prioridades do conjunto cress/crees, assistimos um aumento significativo do ensino a distância, por isso julgo fundamental trazer esse tema de forma contínua nos eventos da categoria.
5. Ações de enfrentamento à precarização do ensino	proposta relevante e necessária.
5. Ações de enfrentamento à precarização do ensino	relevante opinio pela 5.5
6. Ações de articulação com Abepss e UFAs	6.2 Manter (7)
6. Ações de articulação com Abepss e UFAs	Acredito que a proposta 6.1 está mais completa, podendo ser inserida a questão da transversalidade da questão etnico-racial.
6. Ações de articulação com Abepss e UFAs	essencial
6. Ações de articulação com Abepss e UFAs	Extrema relevância.
6. Ações de articulação com Abepss e UFAs	INCLUIR: Articular junto às unidades de ensino a inclusão do debate sobre as relações de gênero/ patriarcais de gênero/ sociais de sexo na formação profissional, visando sua inclusão nas disciplinas curriculares, tendo como referência vários estudos da área sobre a temática e sua relação com trabalho/formação profissional, incluindo as produções do GTP da ABEPSS Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades.
6. Ações de articulação com Abepss e UFAs	Manter redação 6.1

6. Ações de articulação com Abepps e UFAs	Proposta relevante. Necessário também investigar de qual forma os cursos de graduação estão debatendo a questão étnico racial nas disciplinas. É de forma qualificada? Quais leituras estão sendo propostas? Quais autores estão sendo utilizados? Existe isso previsto na ementa? Quando estudante passei praticamente toda a Graduação sem o contato com a temática, senão fosse os espaços da ENESO e CRESS provavelmente não teria subsídios nenhum. Necessidade urgente de se construir um projeto de disciplina que debata a questão étnico racial
6. Ações de articulação com Abepps e UFAs	Qual o resultado dessas articulações?
6. Ações de articulação com Abepps e UFAs	Relevante (2)
6. Ações de articulação com Abepps e UFAs	relevante opino pela 6.2
7. Trabalho Remoto e Formação	Creio que não seja um tema para debate haja vista que o trabalho remoto é uma forma de muitos serviços não paralisarem totalmente e a população ser prejudicada. Temos que nos adaptar e adequar à essa nova realidade.
7. Trabalho Remoto e Formação	Discordo em parte. Com a pandemia tenho visto novas formas de atuação para o exercício da profissão, entretanto há ressalvas quanto ao processo de formação.
7. Trabalho Remoto e Formação	Discordo. O trabalho remoto está acontecendo, inclusive no âmbito do CRESS. Isso não significa que ele será perene. As atividades de formação podem sim ser remotas.
7. Trabalho Remoto e Formação	Fundamental.
7. Trabalho Remoto e Formação	Muito interessante!!! Por que medicina,odontologia, direito e psicologia não estão incluídas no sistema de ensino EAD? "ncongruência entre o trabalho remoto e as atividades de formação e de exercício profissional da categoria"(?).
7. Trabalho Remoto e Formação	Muito relevante
7. Trabalho Remoto e Formação	Supressão.
8. Plano de Lutas	Altamente relevante
8. Plano de Lutas	Concordo, com vistas a reatualizar com a nova conjuntura.
8. Plano de Lutas	Extrema relevância.
8. Plano de Lutas	Irrelevante, supressão
8. Plano de Lutas	Manter (7)
8. Plano de Lutas	Relevante
8. Plano de Lutas	Sistematizar o trabalho desenvolvido na "modalidade" remota, indicando inclusive quais as possibilidades que os assistentes sociais tiveram de manifestar sua posição sobre a questão.
8. Plano de Lutas	Somente vocês do Conjunto CFESS /CRESS e a coligada ABEPSS podem resolver a precarização DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL.

9. Cursos de extensão	9.1 Manter e articular com as entidades ABEPSS E ENESSO.
9. Cursos de extensão	91 Importante proposta com fiscalização persistente dos Cress
9. Cursos de extensão	A tônica desse conjunto é "lutar e combater".Façam por merecer destaque através da excelência.Interessante, vejo essas perguntas como se estivessem feitas por pessoas alheias às mazelas da profissão.Dessa forma o fracasso será INEVITÁVEL.
9. Cursos de extensão	Acho que pode estar inserida na campanha contra a precarização da formação.
9. Cursos de extensão	Além de ações de combate, deveria se pensar atividades desenvolvidas pelos conselhos aos profissionais de maneira a contribuir para a educação permanente, não somente para os concursados como acontece na atualidade.
9. Cursos de extensão	é altamente relevante
9. Cursos de extensão	essencial
9. Cursos de extensão	Imediata relevância.
9. Cursos de extensão	Manter
9. Cursos de extensão	Manter e articular junto as entidades ABEPSS e ENESSO
9. Cursos de extensão	Manter e articular, junto com as entidades (abepss e enesso) (5)
9. Cursos de extensão	Supressão
10. Supervisão de Estágio	é relevante, principalmente nestes tempos de pandemia e também considero importante o CFESS E CRESS capacitar para a execução desta atribuição
10. Supervisão de Estágio	Incluir também a resolução 533
10. Supervisão de Estágio	Penso que o conjunto cfess/cress já tem inserido em sua atuação tal questão. Se é reafirmar, ok.
10. Supervisão de Estágio	Percebe-se que em muitos acadêmicos são deixados no campo de estágio quando o AS sai para realizar visitas domiciliares, outras vezes o profissional está em sua sala e o estagiário em outra. Acredito que o profissional possa orientar seu estágio, colaborando para que o mesmo possa conhecer as demandas do órgão. E que havendo mais de um estagiário que eles sejam avaliados separadamente. Tive um excelente estágio, mas ao observar outros colegas percebi a diferença. Por isso, acredito que uma maior fiscalização possa tornar profissionais mais capacitados. Os NUCRESS podem ajudar o Conselho nesta fiscalização.
10. Supervisão de Estágio	Precisam mudar tudo.A Abepss...
10. Supervisão de Estágio	Relevante, manter
10. Supervisão de Estágio	Supressão

3.7 RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

TEMA	COMENTÁRIO
1. Articulações Internacionais	1.1 manter (9)
1. Articulações Internacionais	Altamente relevante 1.1
1. Articulações Internacionais	Concordo, até porque se sabe que o Brasil é um dos poucos países que não acompanham a agenda global do Serviço Social
1. Articulações Internacionais	Isso é urgente.O Brasil está CIENTIFICAMENTE fora do contexto mundial da profissão.É uma pobreza!
1. Articulações Internacionais	Relevante.
1. Articulações Internacionais	Sim...
2. Articulação América Latina	2.1 manter (8)
2. Articulação América Latina	Concordo. (2)
2. Articulação América Latina	O serviço social do Brasil está abaixo do serviço social da maioria dos países da América Latina.
2. Articulação América Latina	Relevante.
2. Articulação América Latina	Sim...
3. Refugiados e povos indígenas - países de fronteira e trabalho com essas populações	3.1 manter (6)
3. Refugiados e povos indígenas - países de fronteira e trabalho com essas populações	Concordo
3. Refugiados e povos indígenas - países de fronteira e trabalho com essas populações	em acordo com a proposta 3.4. Penso que temos certo acúmulo com essa temática. É resgatar esses profissionais, publicizar seus trabalhos e pensamentos.
3. Refugiados e povos indígenas - países de fronteira e trabalho com essas populações	Manter redação 3.2

3. Refugiados e povos indígenas - países de fronteira e trabalho com essas populações	Neste eixo nos deparamos com a exploração sexual e tráfico humano q se dá entre regiões do país como pelas fronteiras . Infelizmente essa temática é real e não pode passar despercebida.
3. Refugiados e povos indígenas - países de fronteira e trabalho com essas populações	Relevante.
3. Refugiados e povos indígenas - países de fronteira e trabalho com essas populações	Sim...
4. Debate sobre RI	4.1 manter (8)
4. Debate sobre RI	Altamente relevante, diante da necessidade de se defender o PEPSS diante da situação da profissão em outros países, tanto em termos de regulamentação, quanto em termos de direção ético-política
4. Debate sobre RI	Concordo
4. Debate sobre RI	Em acordo, pois acredito que a luta coletiva e internacional é mais eficaz.
4. Debate sobre RI	Relevante.
4. Debate sobre RI	Sim...
5. Intercâmbio entre estudantes e professores/as	5.1 Manter (3)
5. Intercâmbio entre estudantes e professores/as	Acredito que dentro da profissão temos espaço já estabelecido, de repente ampliar.
5. Intercâmbio entre estudantes e professores/as	Altamente relevante
5. Intercâmbio entre estudantes e professores/as	Concordo
5. Intercâmbio entre estudantes e professores/as	Fundamental!É preciso ver o que está acontecendo no mundo,trazer esse avanços para a realidade brasileira.
5. Intercâmbio entre estudantes e professores/as	Manter (5)
5. Intercâmbio entre estudantes e professores/as	Papel da universidade
5. Intercâmbio entre	Relevante

estudantes e professores/as	
5. Intercâmbio entre estudantes e professores/as	Sim...

